

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

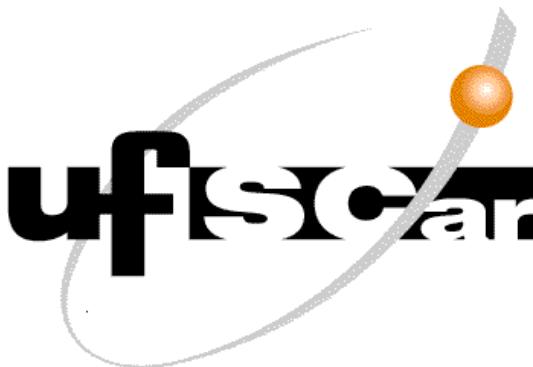


LUANA ALVES DE ABREU BRASELIANO

**ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL E COMUNICACIONAL EM EDITAIS DE
INGRESSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO**

São Carlos
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL



LUANA ALVES DE ABREU BRASELIANO

**ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL E COMUNICACIONAL EM EDITAIS DE
INGRESSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Especial.

Orientação: Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral

São Carlos

2024

Braseliano, Luana Alves de Abreu

Acessibilidade Informacional e Comunicacional em Editais de Ingresso da Educação Superior: Um Estudo de Caso / Luana Alves de Abreu Braseliano -- 2024. 159f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Leonardo Santos Amâncio Cabral
Banca Examinadora: Cristina Broglia Feitosa de Lacerda, Renata Flores Tibyriçá
Bibliografia

1. Educação especial. 2. Educação superior. 3. Edital. I. Braseliano, Luana Alves de Abreu. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Luana Alves de Abreu Braseliano, realizada em 06/03/2024.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral (UFSCar)

Profa. Dra. Renata Flores Tibyriçá (DPESP)

Profa. Dra. Cristina Broglia Feitosa de Lacerda (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial.

Para minha sobrinha e afilhada Maria Vitória, de cuja
existência soube no mesmo dia em que passei no mestrado.

Foram duas alegrias!

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus por me conduzir pelos melhores e mais felizes caminhos com pessoas maravilhosas.

Aos meus pais, José e Maria, a minha irmã Lucélia e cunhado Fábio, que sempre me apoiaram em todas as minhas aventuras de novos encontros. A cada momento que vislumbro um sonho, são eles que me dão apoio para alcançá-los.

Ao meu marido Erick Braseliano, por caminhar comigo em todos os momentos da minha vida, incentivando e participando da minha trajetória acadêmica. Sem ele e suas planilhas, eu realmente teria muitas dificuldades.

Ao meu primo Murilo, por ser meu amigo e presente na minha vida. Mesmo com as suas atribuições do dia a dia, contribuiu nesta jornada.

Aos meus amigos.

A Jairo, amigo sagitariano que o mestrado me deu, agradeço demais pelas conversas e pelas importantes contribuições acadêmicas e de vida.

À Daiane e Emanuele, por todas as “saídas das meninas” tão divertidas e por todos esses dez anos de amizade.

À Renata Gerassi, por me conduzir nos caminhos mais equilibrados, fazendo-me enxergar a força que eu tinha e não sabia.

Aos amigos do GP-Idea, pelos compartilhamentos nas reuniões do grupo. Feliz por ter aprendido com vocês.

Ao meu professor orientador Leonardo Cabral, pelas orientações, trocas e compartilhamentos. Obrigada por ensinar tão lindamente que podemos construir o saber de forma coletiva e recíproca. Por sempre me responder prontamente quando me surgiram

dúvidas e pelas problematizações. Sem dúvida, todas as contribuições ampliaram meu horizonte de olhar sobre a educação.

Agradeço às/aos professoras/es Dra. Renata Tibyriçá, Dr. Daniel Leiva, Dra. Cristina Lacerda e Dra. Aline Maira Silva por aceitarem o convite para comporem a banca e pelas valiosas contribuições.

Agradeço à Secretaria Municipal de Educação de Rio Claro-SP, por incentivar os professores da rede na busca por conhecimento e aos profissionais da E. M. Gunar Koelle por compartilharem comigo esse momento.

Agradeço finalmente a todos que, embora não estejam mencionados aqui, de alguma forma participaram desta minha jornada. Cada um deixou uma lembrança e contribuiu para que eu pudesse crescer e me desenvolver. Que tenhamos bons encontros pela vida!

RESUMO

As Instituições da Educação Superior (IES) caracterizam-se como importantes espaços sócio- históricos e culturais de desenvolvimento, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e convivencialidade. Contudo, pessoas com deficiência têm indicado dificuldades de acessar as informações que garantem a materialização de seus direitos formais para o ingresso, a permanência e a titulação nesse nível de ensino. Nesse cenário, a presente pesquisa teve como objetivo geral identificar e analisar, na perspectiva da acessibilidade, elementos comunicacionais e informacionais que constituem editais de ingresso em cursos de graduação. Especificamente, pretendeu-se: (a) identificar as principais variáveis que transversalizam a elaboração e/ou revisão de documentos formais com abordagem da acessibilidade comunicacional e informacional; (b) compreender as perspectivas de estudantes em relação aos instrumentos de ingresso na Educação Superior; (c) analisar aspectos facilitadores e dificultadores comunicacionais, informacionais e tecnológicos presentes nos ativos digitais relacionados a editais de ingresso na graduação; (d) propor diretrizes estruturais, informacionais, linguísticas e tecnológicas para elaboração de editais acessíveis. Trata-se de um estudo de caso, de caráter predominantemente qualitativo. A coleta de dados foi realizada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na modalidade on-line e presencial. A pesquisa considerou a participação de três sujeitos vinculados à UFSCar: uma pessoa com deficiência estudante da graduação, uma servidora responsável pela elaboração, revisão e difusão do edital e um servidor com deficiência envolvido nas bancas de verificação de ingresso. Os dados foram tratados com base em seus conteúdos e analisados com abordagem teórica de Análise Institucional. Os resultados indicam aspectos facilitadores e dificultadores culturais, administrativos, no conteúdo das informações e na estrutura comunicacional do edital de ingresso. São relevantes cientificamente, por sistematizar metodológica e teoricamente caminhos para

analisar e aprimorar documentos; academicamente, por possibilitarem a retroalimentação de uma abordagem cooperativa para resolução de questões institucionais; e socialmente, pela materialização de direitos, provendo à população um edital mais acessível, acessável e acessibilizado.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Superior. Pessoas com Deficiência. Direito. Edital.

ABSTRACT

Higher Education Institutions (HEIs) are important social historical-cultural spaces, for development, through their teaching, research, extension, management and coexistence activities. However, people with disabilities have found it difficult to access the information that guarantees the materialization of their formal rights to enter, stay and graduate from this level of education. Against this backdrop, the general aim of this research was to identify and analyze, from an accessibility perspective, the communication and information elements that make up undergraduate admission notices. Specifically, the aim was to: (a) identify the main variables that cross-cut the drafting and/or revision of formal documents with a communicational and informational accessibility approach; (b) understand students' perspectives in relation to higher education admission instruments; (c) analyze the facilitating and hindering communicational, informational and technological aspects present in digital assets related to undergraduate admission notices; (d) propose structural, informational, linguistic and technological guidelines for preparing accessible notices. This is a predominantly qualitative case study. Data was collected at the Federal University of São Carlos (UFSCar), both online and in person. The research included the participation of three subjects linked to UFSCar: a disabled undergraduate student, a civil servant responsible for drafting, reviewing and disseminating the public notice and a disabled civil servant involved in the entrance exam boards. The data was processed based on its content and analyzed using the theoretical approach of Institutional Analysis. The results indicate aspects that facilitate and hinder in culture, administration, in the content of the information and in the communication structure of the admissions notice. They are scientifically relevant because they methodologically and theoretically systematize ways of analyzing and improving documents; academically relevant because they enable feedback on a cooperative approach to

resolving institutional issues; and socially relevant because they materialize rights providing the population with more access, accessibility and accessibilization.

Keywords: Special education. Higher Education. People with disabilities. Law. Notice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 *Representação do sistema de reserva de vagas, com base nas disposições da Lei 13.409/2016 e da Portaria Normativa MEC nº 9, de 5 de maio de 2017*

Figura 2 *Representação da busca dos títulos de teses e dissertações*

Figura 3 *Distribuição de temas por força de aproximação (em cinco níveis) com a temática da pesquisa*

Figura 4 *Notícia sobre a publicação do edital acessível para seleção de ingresso em 2023*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 *Dados censitários de estudantes universitários com deficiência da UFSCar (2008 a 2023)*

Tabela 2 *Temas e quantitativo de publicações por níveis de aproximação*

Tabela 3 *Interlocução entre os setores envolvidos com o edital de ingresso*

Tabela 4 *Comissões para veracidade documental*

Tabela 5 *Exemplo do trecho sem respaldos institucionais*

Tabela 6 *Legislação Nacional para assegurar a garantia do direito à acessibilidade informacional e comunicacional em editais de ingresso para a Educação Superior*

Tabela 7 *Documentos internacionais que subsidiam a garantia da acessibilidade informacional e comunicacional*

Tabela 8 *Diretrizes e normas técnicas que subsidiam a garantia da acessibilidade informacional e comunicacional*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP – Abordagem do Ciclo de Políticas

BCo – Biblioteca Comunitária da UFSCar

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

Cech – Centro de Educação e Ciências Humanas

CEP – Comissão de Ética em Pesquisa

CIG – Coordenadoria de Ingresso

CLEEsp – Curso de Licenciatura em Educação Especial

Civase – Comissão Institucional de Verificação de Aspectos Socioeconômicos

Cive – Comissão Institucional de Verificação de Escolaridade

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CoG – Conselho de Graduação

CoIDH – Coordenadoria de Inclusão e Direitos Humanos

ConsUni – Conselho Universitário

CVA – Comissão Institucional de Verificação da Autodeclaração Étnico/Racial

CVDD – Comissão Institucional de Verificação de Aspectos Biopsicossociais da Pessoa com Deficiência

Digra – Divisão de Gestão e Registro Acadêmico

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

HTML – *Hyper Text Markup Language*

Geres – Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior

GP-Idea – Grupo de Pesquisa Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade

GTI-Acessibilidade – Grupo de Trabalho Interdisciplinar para a Acessibilidade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Educação Superior

Ifes – Instituição Federal de Educação Superior

Inaf – Indicador de Alfabetismo Funcional

Incluir – Programa Nacional de Acessibilidade na Universidade

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Ipes – Instituições Públicas de Educação Superior

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

Libras – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização Das Nações Unidas

PDF – *Portable Document Format*

Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Alunos

Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PMEE – Programa de Mestrado em Educação Especial

PPGEEs – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

ProACE – Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos e Estudantis

ProGrad – Pró-Reitoria de Graduação

Prover – Programa de atendimento a grupos especiais de usuários: deficientes visuais

Reuni – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras

Saade – Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade

Setils – Seção de Tradução e Interpretação de Língua de Sinais e Língua Portuguesa

Siga – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica

Sisu – Sistema de Seleção Unificada

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

Tilsp – Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
Aspectos sobre acessibilidade no documento da dissertação de mestrado	22
CAPÍTULO 1 – COMPREENDENDO O CENÁRIO DA PESQUISA	25
1.1. Complexo “chave” e “cilindro” das portas institucionais: Enem e Sisu como mecanismo para o ingresso nas Ifes brasileiras.....	29
1.2. Compreendendo o mecanismo de fechadura da porta da UFSCar, dentre tantas outras instituições.....	32
1.3. Compreensão do direito formal para a materialização e legitimação do direito de ingresso à Educação Superior	36
CAPÍTULO 2 – ACESSIBILIDADE PARA ALÉM DE RAMPAS	44
2.1. Acessibilidade comunicacional.....	45
2.2. Acessibilidade informacional	46
2.3. Acessibilidade comunicacional e informacional em editais para o ingresso na Educação Superior	46
CAPÍTULO 3 – A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	50
CAPÍTULO 4 – PROBLEMAS, QUESTÕES E OBJETIVOS DA PESQUISA	57
CAPÍTULO 5 – MÉTODO	61
5.1. Tipo de Estudo.....	61
5.2. Procedimentos éticos da pesquisa	61

5.3. Contexto de investigação e processos de identificação e seleção dos participantes	62
5.4. Procedimentos e instrumentos para a coleta e o tratamento dos dados.....	63
5.5. Análise dos dados	65
CAPÍTULO 6 – ESTUDO 1: ANÁLISE SOBRE A ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL E COMUNICACIONAL	69
6.1. Acessibilização cognitiva.....	71
6.1.1 Compreensão textual do edital de ingresso.....	73
6.1.2 Definição de Linguagem Simples como meio acessível.....	75
6.2. Domínio e apropriação das informações.....	77
6.2.1 Interpretação e identificação de documentos solicitados no edital	78
6.3. Aspectos dificultadores e facilitadores de leitura	80
CAPÍTULO 7 – ESTUDO 2: ANÁLISE INSTITUCIONAL: PROCESSO DE PRODUÇÃO, REVISÃO E DIFUSÃO DE EDITAIS DE INGRESSO.....	84
7.1. Secretaria, comissões e departamentos	85
7.2. Recursos humanos.....	87
7.3. Cultura organizacional	89
7.3.1 Interdisciplinaridade e intersetorialidade	92
7.3.2 Interlocação entre agentes na construção do edital da graduação acessível ...	95
7.3.3 Ética, cooperação e corresponsabilização	97
7.4. Reflexões sobre a publicação e difusão do edital de 2023.....	100
7.4.1 Acessibilidade comunicacional, informacional e linguística	102

CAPÍTULO 8 – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE EDITAIS DE INGRESSO NA ABORDAGEM DA ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL E COMUNICACIONAL...	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE A – REPRESENTATIVO DE LEGISLAÇÕES NACIONAL, INTERNACIONAL, NORMAS TÉCNICAS E RECOMENDAÇÕES PARA A ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL E COMUNICACIONAL.....	135
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE...	139
APÊNDICE C – AVALIAÇÃO HEURÍSTICA	141
APÊNDICE D – QUESTÕES DAS ENTREVISTAS	142
ANEXO A – TÍTULOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA DAS TESES E DISSERTAÇÕES AGRUPADOS POR NÍVEIS DE APROXIMAÇÃO	144
ANEXO B – ORGANOGRAMA DE ÓRGÃOS COLEGIADOS À UFSCar	153
ANEXO C – LINK DE ACESSO AO EDITAL PROGRAD N° 005, DE 9 DE FEVEREIRO 2022	155
ANEXO D – LINK DE ACESSO AO EDITAL DE REGULAMENTO DA SELEÇÃO PARA INGRESSO EM 2023 NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS.....	156
ANEXO E – TERMO DE ADESÃO DO SISU 2023	157
ANEXO F – LINK DE ACESSO AO EDITAL PROGRAD N° 20, DE 8 DE JANEIRO DE 2024	158

APRESENTAÇÃO

Muitas palavras poderiam ser ditas nesta apresentação, contudo escolho uma parte da minha vida, da qual tenho muito orgulho: filha de nordestinos, Dona Maria e Seu José, pais que escolheram sair do interior do Ceará ainda jovens para tentar uma vida em São Paulo, assim como tantos outros brasileiros. Os caminhos percorridos por eles foram longos e difíceis, para que minha irmã e eu, nascidas em São Paulo, tivéssemos a oportunidade de uma vida diferente da deles, uma vida em que pudéssemos estudar.

Aqui trago vagas lembranças do papel da minha irmã mais velha, Lucélia, que se sentava para realizar suas atividades escolares, enquanto eu desenhava em uma folha na qual imaginava escrever longos textos, como se aquilo fizesse extensão de uma atividade que para mim parecia muito difícil.

Durante toda a minha infância acompanhei os esforços dos meus pais para que concluíssem a Educação Básica no antigo supletivo (conhecido hoje como Educação de Jovens e Adultos). O caminho cansativo deles, de trabalhar, estudar à noite e cuidar de duas filhas, fizeram-me acreditar que ir em busca dos seus sonhos era algo possível.

Meu percurso escolar foi na rede pública de ensino, realizado no interior de São Paulo e que, mesmo com seus percalços, me fizeram acreditar que eu poderia ter mais do que a Educação Básica.

A escolha pelo curso de Pedagogia foi exatamente por acreditar em uma educação de qualidade. Então, em 2010, cursei a graduação no Centro Universitário Hermínio Ometto. Concomitantemente iniciei meu trabalho como funcionária pública, sendo monitora de estudantes com deficiência. Aquela não foi a primeira vez que tive contato com crianças com deficiência, pois um de meus primos havia nascido com cranioestenose, causando uma

deficiência intelectual leve. Com isso havia muita cautela por parte de seus responsáveis, então conhecia apenas a concepção médica/biológica da deficiência.

Ao trabalhar com crianças com deficiência, pude conhecer outras concepções, principalmente aquela que propõe que qualquer pessoa pode aprender. Encantei-me com essa vertente educacional e, em 2015, realizei a especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, seguida de outra em Educação Especial e Inclusiva, em 2016, dentre outras formações.

Início meu trabalho como professora de Educação Especial em 2017, no município de Rio Claro-SP, o que reafirma todos os dias que é possível aprender, independentemente da condição que um aluno pode apresentar.

Toda essa vontade de acreditar serviu como impulso para retomar minha trajetória acadêmica. Inicialmente, realizei cursos de formação para professores ofertados pela Secretaria de Educação do município de Rio Claro em parceria com cursos oferecidos pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Posteriormente, lendo textos do meu então futuro orientador, surgiu o sentimento de identificação e desejo de aproximação com o tema, pois, como professora da Educação Básica, vi a necessidade de compreender melhor como funcionava a transição das pessoas com deficiência do nível educacional em que atuo à Educação Superior.

Assim, a vivência nas escolas regulares me fez seguir uma nova possibilidade de percurso. Atualmente, enquanto estudante do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar, orientada pelo Professor Leonardo Cabral, participo do grupo por ele liderado, denominado Grupo de Pesquisa Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-Idea).

Com o GP-Idea, pude realizar as primeiras aproximações no campo de conhecimento da acessibilidade comunicacional e informacional, que veio a ser o foco do meu projeto,

relacionado ao ingresso do estudante com deficiência na Educação Superior. Estudar e pesquisar sobre acessibilidade foi um meio que identificamos para conectar os assuntos abordados no grupo – diferenças, identidades, igualdades –, sobre os quais intencionamos tratar com foco na vida das pessoas com deficiência na Educação Superior.

Entendo a Educação enquanto direito de valor social inestimável e fator primordial para diminuição das grandes problemáticas políticas, sociais, econômicas e culturais que atravessam nossas vidas. É por essa perspectiva que buscamos compreender a construção do edital de ingresso da graduação, uma vez que o processo faz parte da trajetória de alunos que desejam ingressar na universidade.

O intuito é, especialmente, compreender a acessibilidade comunicacional e informacional desse documento e como os percursos institucionais têm legitimado os direitos da pessoa com deficiência. Visto que estamos vivendo um momento que garante às diversidades populacionais a oportunidade do ingresso pelo Sisu/Enem, nada mais coerente que verificar, por meio de objetivos e um método científico, se e como isso tem ocorrido.

Participar desse processo de conhecimento tem sido algo muito grande e especial para mim, que imaginava o mestrado como algo distante na minha vida. Frequentar as disciplinas me trouxe um novo mundo acadêmico. Enquanto professora da Educação Básica, entendo que devemos estar em constante busca de conhecimento, pois, afinal, nunca teremos respostas para tudo, mas conseguimos encontrar caminhos.

É nesse sentido que apresentamos a dissertação de mestrado “Acessibilidade comunicacional e informacional em editais de ingresso da Educação Superior”, a qual está organizada da maneira como se expõe a seguir.

Nos primeiros capítulos são apresentados aspectos teóricos, políticos, demográficos e sociológicos da Educação Especial, com a intenção de contextualizar e subsidiar a

justificativa do estudo. Segue-se para os objetivos, método abordado e os resultados da pesquisa, que estão dispostos nos Capítulos 6, 7 e 8, da seguinte maneira:

1. análise sobre a acessibilidade comunicacional e informacional em relação à compreensibilidade textual do edital;
2. aspectos facilitadores e dificultadores nos elementos linguísticos constituintes do edital de ingresso;
3. acessibilização cognitiva frente a uma análise de pensamento, memória e internalização;
4. análise institucional e os aspectos que perpassam a elaboração de um edital acessível;
5. possíveis diretrizes a serem abordadas em documentos formais institucionais, a fim de garantir o direito material da pessoa candidata.

Segue-se para as considerações finais do estudo, apresentando os fenômenos relacionados à acessibilidade frente ao ingresso, mais especificamente ao edital da graduação da UFSCar, sistematizando aspectos que tangenciam os direitos das pessoas que desejam ingressar em uma universidade, reconhecendo que a população ingressante possui uma vasta diversidade cultural, educacional e linguística.

Aspectos sobre acessibilidade no documento da dissertação de mestrado

- Notas: as notas foram disponibilizadas ao final de cada capítulo, uma vez que os leitores de tela apresentam limitações de navegabilidade em notas de rodapé.
- Figuras e tabelas: foram utilizados apenas figuras e tabelas, de acordo com as normas da *American Psychological Association* – APA (tabelas apresentadas com números arábicos de forma sequencial e figuras para imagens, organograma, esquema e figura).
- Notas de acessibilidade: as figuras possuem texto alternativo para usuários de leitores de tela e descrição da imagem.

- *Hiperlinks*: foram inseridos no sumário, apêndices, anexos, em alguns tópicos e nas referências, caso a pessoa tenha interesse de acessar o site pesquisado.
- Níveis dos tópicos: os capítulos foram considerados como tópico principal, e foram utilizados níveis de subtópicos, indicando a hierarquia dos conteúdos.
- Alinhamento das margens: conforme orientações internacionais do [Web Accessibility Initiative \(link externo\)](#), o conteúdo do texto está alinhado à margem esquerda da página. Essa configuração contribui para uma melhor navegabilidade no processo de leitura por pessoas com baixa visão, dislexia, TDAH, dentre outras condições.
- Mudança de página: ao concluirmos um tópico, utilizamos quebra de página, para que os leitores de tela não dificultem, dizendo “em branco”.
- Siglas: a primeira vez que uma sigla for usada, é acompanhada pela sua definição.
- Citação nas normas da APA: o símbolo “&” é lido, pelos leitores de tela, como “e comercial”. Para evitar essa frequente decodificação em um texto científico, optamos por substituir esse símbolo, no corpo do texto, pelo latim *et*. O símbolo original “&” foi mantido nas suas respectivas referências.

A dissertação passou por uma revisão linguística, buscando melhorar os aspectos de acessibilidade e acessibilização.

Espera-se que o alcance dos objetivos do presente estudo venha a contribuir com a aplicabilidade social e da comunidade acadêmica, no sentido de subsidiar diretrizes que possam acessibilizar documentos institucionais, legitimando o direito da população brasileira no ingresso à Educação Superior.

Como finalidade, espera-se que parte dos resultados desta pesquisa coopere com processos de ressignificação social e acadêmica. Desse modo, compreende-se que a escrita faz relação com a Linha 3 do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar, “Produção científica e formação de recursos humanos em Educação Especial”, pela

possibilidade de apresentar diretrizes e formação continuada dos recursos humanos de instituições da Educação Superior.

CAPÍTULO 1 – COMPREENDENDO O CENÁRIO DA PESQUISA

A presente pesquisa tem como objetivo identificar e analisar os elementos comunicacionais e informacionais que constituem e garantem a acessibilidade de editais para o ingresso em cursos de graduação em Instituições de Educação Superior (IES) ([Nota 01 – link de navegabilidade](#)).

Especificamente, o estudo explora essa temática no âmbito de Instituições Federais de Educação Superior (Ifes) brasileiras, implantadas no contexto de um país continental, constituído por regiões de fronteira, ribeirinhas, quilombolas, de assentamentos rurais, periféricas, entre outras. Nesse sentido, é fundamental considerar que as Ifes estão imbricadas em contextos com pluralidades culturais e linguísticas.

Sobre esse cenário, Cotrim-Guimarães (2022) identifica que essa contingência de diversidade e diferenças subjetivas tem sido uma variável importante na atual política de ingresso nas Ifes brasileiras. Essa afirmação sustenta-se na identificação de fatores que podem dificultar ou impedir que estudantes concluam a Educação Básica e transicionem para a Educação Superior, se assim desejarem.

De modo mais evidente, esses aspectos da diversidade humana emergem das e nas políticas para a formação profissional a partir de 2009, quando ocorre a reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Consequentemente, as dinâmicas de seleção para o ingresso na Educação Superior passaram a ocorrer parcial ou integralmente por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) (*Portaria Normativa n° 2, 2010*).

O referido sistema tem como princípio considerar o direito de pessoas interessadas em se candidatar ao ingresso em cursos de graduação em alguma Ifes brasileira. Nesse sentido, o resultado obtido no Enem é variável determinante no processo de escolha da pessoa candidata a vagas em cursos disponíveis em Ifes de todo o país, independentemente de sua origem

geográfica, valendo-se ou não de políticas de ações afirmativas para a institucionalização de seu ingresso. Esses aspectos sugerem um caráter mais democrático desse mecanismo, com menores custos às pessoas candidatas, sobretudo quando comparado a muitos vestibulares que, tradicionalmente, tenderam a polarizar seus processos em localidades específicas (Nogueira et al., 2017).

Por falar nisso, cumpre destacar que as ações afirmativas vão muito além de “cotas”:

1. Segundo Cabral (2018), a expressão *affirmative action* surge, pela primeira vez, no cenário estadunidense quando, em 1935, sob o governo do Presidente Franklin D. Roosevelt, o Congresso Nacional promulgou a *National Labor Relations Act*, como forma de política preferencial no âmbito do trabalho, ainda que não de forma compulsória. Todavia, foi somente na década de 1970, naquele mesmo país, que as políticas preventivas, de proteção e ações afirmativas são estendidas às pessoas com deficiência, por meio do *Rehabilitation Act of 1973*.
2. No Brasil, são vários os termos com significado similar ao de ação afirmativa, conforme apresenta Madruga (2016): tratamento preferencial; discriminação positiva; discriminação reversa; ações positivas; medidas especiais e concretas; medidas apropriadas; medidas positivas especiais; medidas específicas.
3. Mesmo que por vários anos o termo “cotas” tenha significado parcela ou quantia, em muitas situações esse substantivo denota situações de marginalização ou supervalorização/privilégio. Por esse motivo, inclusive nos atuais documentos oficiais que preveem esse sistema no âmbito das ações afirmativas, o termo utilizado tem sido “reserva de vagas”, e não “cotas”.
4. Políticas de ações afirmativas na Educação Superior, segundo Cabral (2018), podem ser entendidas como:

instrumentos alternativos de caráter temporário ou indeterminado os quais, sob

perspectivas e interesses sociais, políticos, econômicos e culturais, são destinados ao reconhecimento das diferenças historicamente marginalizadas. Isso pode ocorrer por critérios econômicos, biopsicossociais, étnicos, raciais, religiosos, de deficiência, e/ou de diversidade sexual e de gênero. Tem como escopo atenuar as desvantagens no acesso, na permanência, na plena participação e na formação acadêmica dessas populações, fomentando ainda a pluralidade das identidades nos contextos universitários, a igualdade formal e substancial de oportunidades e a equidade de direitos (p. 24).

Como resultado desse mecanismo, ao longo dos últimos 15 anos (2009 a 2024), algumas implicações interessantes se consolidaram nesses cenários institucionais: de uma parte, as Ifes depararam-se com a multiplicidade de perfis de pessoas candidatas e ingressantes; de outra, essas mesmas pessoas passaram a ter oportunidade de conhecer e vivenciar diferentes culturas e contextos, uma vez vinculadas a alguma Ifes.

Houve, então, um significativo aumento de matrículas de pessoas pretas, pardas, indígenas, sendo elas com ou sem deficiência e/ou com baixa renda nas IES brasileiras. Isso é constatado tanto em números absolutos quanto em índices de representatividade.

No que tange diretamente à temática da presente pesquisa, destacam-se os dados obtidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicado em 2021, em relação à população constituída por pessoas com deficiência na Educação Superior. Em relação ao ano de 2011, os dados obtidos indicavam que essa população representava 0,33% (22.367) do total de matrículas nesse nível de ensino. Em 2021, esse segmento populacional conquistou a representatividade de 0,71% (64.404) do total de matrículas, indicando um aumento de 288% nos últimos dez anos.

Os dados apresentados são frutos de uma construção histórica, sobretudo quando consideramos que, até recentemente, esse segmento populacional tinha sido excluído dos contextos educacionais referentes a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Canevaro et al. (2009) resgatam um importante marco político-temporal dessa construção:

No final dos anos sessenta, o movimento estudantil, a contestação antiautoritária e uma forte mobilização político-ideológica e sindical criaram um clima favorável aos processos de desinstitucionalização e “libertação” dos “sujeitos frágeis”, gerenciados até então de modo separado, especial e segregacionista. O clima cultural e político clamava pela garantia dos direitos de plena cidadania para todos, considerando a sua situação pessoal e social (p. 9).

No Brasil, podemos destacar as influências da reforma universitária de 1968; da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, promulgada em 1975 pela Organização das Nações Unidas (ONU); do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, instituído em 1981; da promulgação da Década das Nações Unidas para a Pessoa com Deficiência, de 1983 a 1992; e da instituição do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (Geres), em 1986 (Cabral, 2018; Tibyriçá, 2018).

O artigo 24 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência “não só assegurou o sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado, mas o aprendizado ao longo de toda a vida” (Tibyriçá, 2018, p. 62).

Foi naquela conjuntura política e histórica que a Constituição Federal de 1988 foi promulgada. Vigente até os dias atuais, a Carta Magna preconiza a implantação de políticas públicas sociais de caráter universal sob a disseminação de um discurso de “inclusão social” (Cury et al., 1996). Na esfera educacional, o documento garante o acesso democrático em

todos os níveis de ensino, incluindo o sistema da Educação Superior. Sobre esse movimento, Dourado et al. (2004) resgatam:

a partir de meados dos anos de 1990, tornaram-se crescentes as ações e debates envolvendo a ampliação e a diversificação do sistema, evidenciados pela criação dos cursos sequenciais e de alternativas ao vestibular aberto pela LDB (Lei nº 9.394/96); pelo novo programa de crédito educativo (Fies); pela pressão exercida por grupos historicamente excluídos do Ensino Superior – mediante movimentos de isenção da taxa de inscrição para o vestibular e da experiência dos cursos pré-vestibulares alternativos –; e ainda pela introdução do sistema de cotas para alunos negros e outros, oriundos de escolas públicas, como nova forma de acesso à educação superior (p. 101-102).

Nesse sentido, tem-se não somente a garantia do ingresso, mas do acesso, da permanência e da titulação de pessoas com deficiências na Educação Superior. A fruição desses mecanismos passou a ser preconizada por meio de políticas de ações afirmativas institucionalizadas por políticas e práticas, valendo-se de recursos humanos, tecnológicos, materiais didáticos, econômicos, dentre outros.

Assim, as ações afirmativas no âmbito do Enem e o Sisu podem ser considerados complementares um ao outro, em um mesmo mecanismo de democratização da Educação Superior brasileira.

1.1. Complexo “chave” e “cilindro” das portas institucionais: Enem e Sisu como mecanismo para o ingresso nas Ifes brasileiras

O Enem, instrumento analogamente representado na presente pesquisa como a “chave” desse mecanismo atual para o ingresso em Ifes brasileiras, é uma avaliação criada

pela Portaria Ministerial nº 438, de 28 de maio de 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da Educação Básica, ou seja, egressos do Ensino Médio.

Em 2009, mediante a publicação da Portaria nº 109, de 27 de maio daquele ano, o exame teve seu método reformulado e passou a ser utilizado como a “chave” principal para o início dessa trajetória de ingresso na Educação Superior (Art 2º, Inciso VII). Essa normativa foi referendada pela Portaria nº 807, de 18 de junho de 2010 ([Nota 02 – link de navegabilidade](#)).

No âmbito educacional, o Enem configura-se como uma avaliação individual que ocorre em dois dias e considera âmbitos de quatro grandes áreas: linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; e matemática e suas tecnologias ([Nota 03 – link de navegabilidade](#)). O conjunto de resultados decorrentes da realização do exame pode indicar habilidades e conteúdos adquiridos pelos estudantes ao longo de sua trajetória escolar até o Ensino Médio. Além disso, o Enem pode possibilitar o desenvolvimento de estudos e de indicadores educacionais para a formulação de políticas e desenvolvimento de práticas.

A partir da reformulação do Enem e considerando a potência de sua nova configuração, o Ministério da Educação (MEC) em cooperação com as IES brasileiras propuseram o desenvolvimento e a implantação do Sisu ([Nota 04 – link de navegabilidade](#)). No presente estudo, esse sistema pode ser analogamente considerado como o “cilindro” da porta de ingresso, que obrigatoriamente precisa ser utilizado duas vezes ao ano por pessoas interessadas em se candidatar a ingressar em alguma das vagas disponibilizadas em cursos de graduação das Ifes.

Como respaldo para a legitimação desse mecanismo e efetiva implantação do complexo “chave” (Enem) e “cilindro” (Sisu), em 2009 foi publicado o “Termo de Referência

– Novo Enem e Sistema de Seleção Unificada” com a finalidade de orientar as IES brasileiras em relação aos procedimentos necessários para formalizarem seu pedido de adesão institucional ao Sisu ([Nota 05 – link de navegabilidade](#)), que é o:

sistema informatizado do Ministério da Educação apto a processar o registro das vagas especificamente oferecidas pelas IES (“vagas Enem”), em confronto com as listas ordenadas de candidatos, em ordem decrescente, por curso, segundo a pontuação no Exame. O pressuposto da adesão ao Sistema de Seleção Unificada é a de aptidão para áreas específicas (p. 1).

Nesse processo, para que as Ifes se valham desse “cilindro” (Sisu) como parte do mecanismo de ingresso à Educação Superior, é previsto que a instituição interessada: (a) registre os cursos, habilitações, turnos e vagas disponíveis em cada *campus* ou unidade educacional; (b) indique diferentes pesos para cada uma das cinco provas (Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências da Sociedade e Redação), em relação a cada curso; (c) explicita os critérios para a adoção das políticas afirmativas; e (d) assine digitalmente um termo de participação (*Termo de Referência – Novo Enem e Sistema de Seleção Unificada*, 2009).

Tendo em vista esse panorama, a presente pesquisa considerou suas investigações e análises a respeito de variáveis que configuram o contexto de Ifes que optaram pela adesão ao Sisu. Isso porque, conforme indica Cabral (2018), até 2010 (ano da implantação do Sisu), das 31 Instituições Públicas de Educação Superior (Ipes) que adotavam políticas de ações afirmativas de ingresso destinadas a pessoas candidatas de escolas públicas, sendo ou não pretas, pardas, indígenas e/ou pessoas com deficiência, 22 (71%) eram da esfera administrativa federal (Ifes).

1.2. Compreendendo o mecanismo de fechadura da porta da UFSCar, dentre tantas outras instituições

Das 31 universidades mencionadas precedentemente, 7% pertencem à região Norte, 19% à região Nordeste, outros 19% estão na região Sul, 23% na região Centro-Oeste e 32% na região Sudeste.

Desse conjunto, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) se destaca para se configurar como amostra para a realização da presente pesquisa, por considerar alguns dos fatos históricos que Lima et al. (2020) apresentam:

[1] A área da Educação Especial está presente na UFSCar desde a década de 1970, quando o Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) [assumiu] a responsabilidade de oferecer oportunidades de formação acadêmica e científica, culminando com a implementação do Programa de Mestrado em Educação Especial (PMEE) que, em 1990, passou a ser o atual Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs). [Esse ainda é o único programa *stricto sensu* em Educação Especial do país, que, em 2023, completou 45 anos de existência];

[2] A Biblioteca Comunitária (BCo) da UFSCar, em parceria com o PPGEEs e com os universitários com deficiência visual, fundou, em 1996, o Programa de atendimento a grupos especiais de usuários: deficientes visuais (PROVER) ...

[3] Em 2008, a UFSCar foi contemplada pelo edital público nº 03/2007, do Programa Nacional de Acessibilidade na Universidade (Incluir) ...

[4] Naquele mesmo ano [2008], de acordo com as Diretrizes do Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni), foi criado o Curso de Licenciatura em Educação Especial (CLEEsp) com o objetivo de formar professores com competências técnicas, políticas e éticas para o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais ...

[5] Foi implementada, em 2015, a Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE), constituída por três coordenadorias, sendo a de Inclusão e Direitos Humanos (CoIDH) a responsável pelas questões inerentes aos servidores e estudantes com deficiência.

[6] Uma vez instituída, a SAADE mobilizou-se com o objetivo de construir coletivamente, ao longo do ano de 2016, a Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da UFSCar (p. 22).

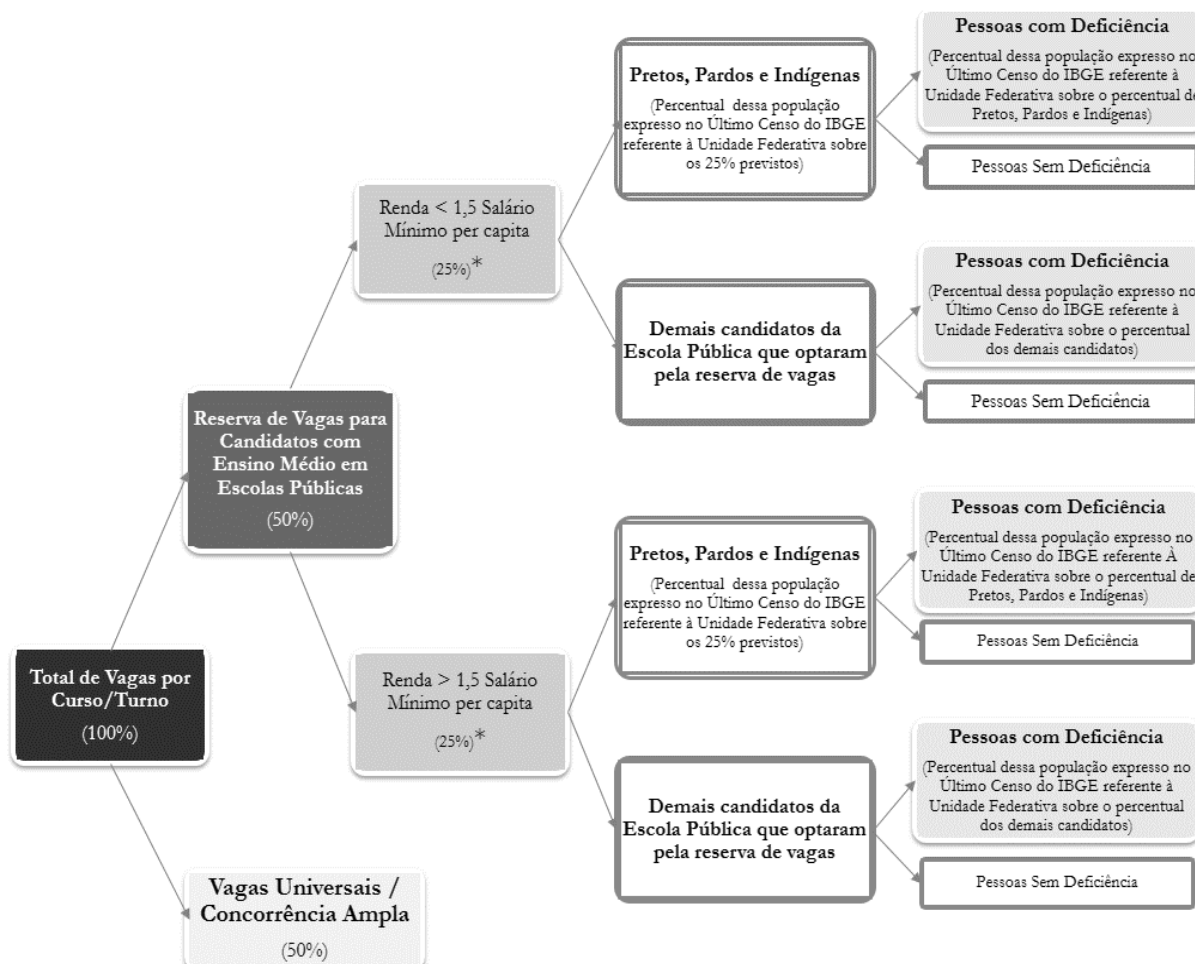
Além desses fatos, a UFSCar foi considerada por ter feito adesão ao Sisu para o ingresso de 2011, mediante aprovação da Resolução ConsUni nº 671, de 14 de junho de 2010. Desde então, 100% das vagas de seus cursos de graduação são ofertadas às pessoas candidatas que participaram do Enem, e praticamente todos os cursos estão vinculados ao Sisu ([Nota 06 – link de navegabilidade](#)).

Soma-se a isso o fato de a UFSCar ter previsto, desde 2012, um sistema de reserva de vagas baseada em critérios de origem administrativa de escolarização (escolas públicas), socioeconômicos, étnicos e/ou raciais. Ainda, a partir de 2016, a UFSCar e todas as outras Ifes foram obrigadas por lei a implantarem o sistema de reserva de vagas, nos moldes apresentados na [Figura 1 \(link de navegabilidade\)](#).

Assim, para sujeitos advindos de escolas públicas, sendo ou não pessoas pretas, pardas ou indígenas, com ou sem deficiência, a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, previu 50% (cinquenta por cento) das vagas, de cada curso e turno. Sobre essa configuração, é importante destacar que o sistema de reserva de vagas é parte de um conjunto de políticas de ações afirmativas, sobre as quais é possível se constituir algumas compreensões conceituais e aproximações de realidades e questões que, atualmente, têm constituído os contextos de IES brasileiras.

Figura 1

Representação do sistema de reserva de vagas, com base nas disposições da Lei 13.409/2016 e da Portaria Normativa MEC nº 9, de 5 de maio de 2017



Nota. Recuperada de *Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino brasileiro*, de Cabral (2018).

Descrição da Imagem. Imagem com quadros dispostos em sequência vertical contendo níveis e subníveis. Imagem com texto alternativo para usuários de leitores de tela.

No âmbito da UFSCar, especificamente, a Tabela 1 sintetiza o cenário de matrículas de ingressantes e de matrículas vigentes entre 2008 e 2023, a partir da organização da coleta de dados institucionais e, também, de dados publicados por outros pesquisadores.

Tabela 1

Dados censitários de estudantes universitários com deficiência da UFSCar (2008 a 2023)

Período (Ano)	Nº de estudantes com deficiência na UFSCar	Situação: matrículas de ingressantes ou vigentes	Campi
2008 a 2012	72	Matrículas de ingressantes e Matrículas vigentes	São Carlos e Sorocaba
2013	(Sem informação)	(Sem informação)	(Sem informação)
2014	154	Matrículas de ingressantes e Matrículas vigentes	São Carlos, Araras, Lagoa do Sino e Sorocaba
2015	97	Matrículas de ingressantes e Matrículas vigentes	São Carlos, Araras, Lagoa do Sino e Sorocaba
2016	(Sem informação)	(Sem informação)	(Sem informação)
2017	(Sem informação)	(Sem informação)	(Sem informação)
2018	68	Matrículas de ingressantes e Matrículas vigentes	São Carlos, Araras, Lagoa do Sino e Sorocaba
2019	35	Matrículas de ingressantes e Matrículas vigentes	São Carlos, Araras, Lagoa do Sino e Sorocaba
2020	19	Matrículas de ingressantes e Matrículas vigentes	São Carlos, Araras, Lagoa do Sino e Sorocaba
2021	26	Matrículas de ingressantes e Matrículas vigentes	São Carlos, Araras, Lagoa do Sino e Sorocaba
2022	61	Matrículas de ingressantes e Matrículas vigentes	São Carlos, Araras, Lagoa do Sino e Sorocaba
2023	80	Matrículas de ingressantes e Matrículas vigentes	São Carlos, Araras, Lagoa do Sino e Sorocaba

Nota. Os dados tendem a apresentar fragilidades, uma vez que, pelo fato de o sistema de matrículas da UFSCar adotar (ainda) o termo “necessidades especiais”, isso culminou na imprecisão da autodeclaração da população, muitas vezes por falta de adoção institucional dos princípios da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e da Lei Brasileira de Inclusão. Dados apresentados a partir dos estudos de Zampar (2013) e Lourenço e Battistella (2018) e atualizados pela autora da presente dissertação (2019 a 2023).

Esses dados representam a quantidade de pessoas com deficiência candidatas que puderam compreender parcial ou totalmente o mecanismo para o ingresso à Educação

Superior e, com base em sua compreensão, puderam legitimizar seus direitos, inclusive valendo-se ou não de políticas de ações afirmativas.

Sobre esse cenário, precisa ser destacada a importância de se estabelecerem entendimentos sobre os processos de garantia do direito de ingresso (direito formal) e de acesso (direito material) das minorias político-sociais nesse nível de ensino (Machado, 2022). Nesse sentido, o acesso à informação e à comunicação precisa garantir, nelas mesmas, sua acessibilidade.

1.3. Compreensão do direito formal para a materialização e legitimação do direito de ingresso à Educação Superior

É desafio material o processo de democratizar o acesso à informação jurídica acessível, aspecto predominante em editais de ingresso, reconhecendo-se a diversidade cultural, educacional e linguística que constitui nosso país. Esse desafio é potencializado particularmente ao considerar as seguintes variáveis e condições inerentes a todas as pessoas candidatas:

- Alfabetização funcional – relacionada aos processos de aprendizado da leitura e da escrita em que o sujeito sabe ler e escrever de forma básica, decodificando a língua portuguesa entre letras e símbolos (Base Nacional Comum Curricular [BNCC], 2017).
- Letramento funcional – relacionado ao processo de aprender a ler e a escrever, é o estado ou condição que uma pessoa ou grupo social alcança por se apropriar da escrita e de suas práticas sociais, ou seja, são conhecimentos e habilidades de leitura e de escrita que possibilitam o envolvimento em atividades específicas da área que assim exige (Soares, 2006).
- Letramento digital – diz respeito às práticas sociais de leitura e produção de textos ligados aos ambientes digitais, textos no computador ou por dispositivos móveis. É

“um certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela” (Soares, 2002, p. 151). Para a Base Nacional Comum Curricular (2017), o letramento digital vai além do ato de aprender a manusear um computador ou aprender a digitar, pois se trata de um processo social de inclusão digital, que envolve saber usar os recursos tecnológicos, analisar, compreender e interpretar a escrita das informações obtidas no meio digital. Sobre isso, questiona-se: as pessoas candidatas têm letramento para acionarem o mecanismo de fechadura ao qual têm direito para ingressarem na UFSCar ou em outras Ifes?

O edital de ingresso na graduação tem um papel importante na vida do estudante que finaliza o Ensino Médio e deseja fazer uma faculdade, pois explicita o que é necessário como parte documental e comprobatória para que assuma de fato a sua vaga na universidade. O edital é a porta de entrada para um novo ciclo na vida do estudante. Considerar a temática da acessibilidade na Educação Superior é utilizar-se da Educação Especial como transvesal e interdisciplinar a todos os níveis de ensino.

A analogia entre a chave (Enem), o cilindro (Sisu) e o complexo mecanismo de fechadura (edital de ingresso), bem como de suas relações para alavancar e abrir formalmente a porta de ingresso da pessoa candidata à Educação Superior, precisa-se considerar o cenário no qual a UFSCar e as outras IES brasileiras estão inseridas.

Para isso, três fontes interessantes podem auxiliar na compreensão desse complexo panorama, no qual esta pesquisa foi desenvolvida:

1. O [Programme for International Student Assessment – Pisa \(Programa Internacional de Avaliação de Alunos\) \[link externo\]](#) – estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com estudantes de 15 e 16 anos de idade, em 79 países. O Programa avalia o desempenho estudantil em três áreas cognitivas – Leitura, Matemática e Ciências –,

considerando o processamento de textos e gerenciamento de tarefas no localizar, compreender, avaliar e refletir as informações.

- Indica que metade dos estudantes brasileiros com 15 e 16 anos de idade (49,9%) alcançou o Nível 2 ou acima ([Nota 07 – link de navegabilidade](#)) e a outra metade com essa mesma faixa etária (50,1%) não alcançou esse nível mínimo de proficiência. Esses fatos sugerem o comprometimento do avanço nos estudos, na conquista de bons trabalhos e na participação plena da sociedade (Fischer, 2021);

2. O [Indicador de Alfabetismo Funcional – Inaf \[link externo\]](#) – índice sobre os níveis de alfabetismo da população brasileira, com delimitação da faixa etária entre 15 e 64 anos de idade. No geral, são avaliados dois domínios, (a) o das capacidades de processamento com conexões lógicas e narrativas de informações verbais – letramento – e (b) as capacidades de processamento de informações quantitativas, com noções e operações matemáticas – numeramento.

- Em ordem decrescente de percentual aproximado, os dados do Inaf indicam a distribuição alfabetização funcional: (a) 34% da população brasileira de 15 a 64 anos é representada por pessoas com nível Elementar ([Nota 08 – link de navegabilidade](#)); (b) 25% são representados por pessoas com alfabetização funcional com nível Intermediário ([Nota 09 – link de navegabilidade](#)); e (c) 12% são constituídos por pessoas com nível Proficiente ([Nota 10 – link de navegabilidade](#)). Todavia, mais de um quarto da população brasileira (29%) é constituído por pessoas com condição de analfabetismo funcional, quando somados os percentuais de pessoas com nível Analfabeto ([Nota 11 – link de navegabilidade](#)) e com nível Rudimentar ([Nota 12 – link de navegabilidade](#)). Esses dados sugerem que 88% da população possui algum grau de dificuldade na alfabetização e/ou letramento;

3. A [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua \(Pnad Contínua\)](#) [[link](#)

[externo](#)] – investiga as condições do mercado de trabalho do país a partir de uma amostra de domicílios, o número de pessoas desocupadas, ou seja, aquelas que não têm emprego e estão em busca de uma ocupação, com o intuito de garantir a comparabilidade com outros países.

- Entre 2019 e 2022, houve uma queda do analfabetismo de 0,5%. De acordo com o levantamento do Pnad Contínua, 5,6% da referida população não sabia ler em 2022. Dessas 9,6 milhões de pessoas, 5,9% são representados pelo gênero masculino, e 5,4% pelo gênero feminino (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Esses dados indicam que o Brasil ainda demonstra muitos entraves na alfabetização brasileira, uma vez que a Educação Básica está intrinsecamente ligada com o aprender a ler e escrever textos simples e complexos.

Lima *et* Catelli Jr. (2018) alertam que esses resultados não devem ser analisados de maneira isolada e que a escolaridade precisa ser considerada. Todavia, essa relação não é absoluta ou linear, uma vez que há um número significativo de pessoas que, mesmo chegando ao Ensino Médio ou à Educação Superior, não conseguem alcançar os níveis de alfabetização intermediária ou proficiente.

Esse cenário sugere, portanto, que a população brasileira tem um alto índice de pessoas com precárias habilidades básicas de leituras necessárias para compreensão de informações disponibilizadas nos diversos gêneros textuais.

É provável que esse aspecto se agrave quando considerados textos burocráticos e jurídicos, tais como editais de processos seletivos. Em geral, esses textos são predominantemente longos, complexos e exigem etapas de processamento cognitivo que dificultam ou impedem a legitimação de seu direito de candidatura. Essa configuração

impacta diretamente no que o Relatório Brasil no Pisa 2018 compreende como “fluência em leitura”, isto é:

A facilidade e a eficiência com que se pode ler e entender um trecho de um texto.

Mais especificamente, inclui a habilidade de ler palavras e textos com precisão e automaticamente e, em seguida, analisá-los, fraseá-los e processá-los para compreender o significado geral do texto (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018, p. 53).

Assim, pessoas que pretendem ingressar na Educação Superior via Sisu, além de concluírem o Ensino Médio, devem compreender e atender às orientações presentes no edital do Enem e, também, no edital de ingresso da IES pretendida, bem como às orientações específicas para cada grupo minoritário, quando for o caso de concorrer via sistema de reserva de vagas em cursos de graduação.

Todavia, se a pessoa candidata, familiares e/ou terceiros enfrentam dificuldades de leitura e interpretação de seu conteúdo, a perspectiva pessoal de quem está em contato com o documento tem sido desconsiderada. Isso separa quem está “por dentro” de quem está “por fora”, acentuando a exclusão social (Fischer, 2021).

Nesse cenário, ao considerarmos alfabetização, letramento e compreensão de editais de ingresso, estaríamos consequentemente abordando o tema da acessibilidade? O que seria deficiência, então, quando consideramos o contexto? Seria essa uma abordagem biopsicossocial? A fim de buscar responder esses questionamentos, o Capítulo 2 poderá direcionar alguns caminhos conceituais e crítico-reflexivos.

Notas referentes ao Capítulo 1

Nota 01: Segundo Cabral et al. (2018), as IES

têm como organizações acadêmicas as Universidades, os Centros Universitários, as Faculdades, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os Centros Federais de Educação Tecnológica que, por sua vez, podem ser de diferentes categorias administrativas, a saber: Pública Federal; Pública Estadual; Pública Municipal; Privada com fins lucrativos; Privada sem fins lucrativos; e Especial (p. 114).

Nota 02: Desde então, qualquer pessoa que está concluindo ou já concluiu o Ensino Médio pode realizar a avaliação para acesso à Educação Superior. Os participantes que não o concluíram, têm a possibilidade de realizá-lo como “treineiros”, e seus resultados servem para autoavaliação de conhecimentos.

Nota 03: Atualmente, o Enem é pautado nos conhecimentos referentes a quatro grandes áreas. Para cada área de conhecimento, são apresentados 45 enunciados que, ao total, somam 180 questões. Ainda, no intuito de verificar as características dissertativo-argumentativas, é previsto que a pessoa candidata desenvolva uma redação a partir de uma situação-problema.

Nota 04: O Sisu passa a ser implantado progressivamente desde 2008 no cenário nacional. As IES que aderissem ao sistema passariam a utilizar a nota do Enem como seleção e etapa única para ingresso na graduação, extinguindo-se o próprio vestibular. Como resultado desse processo, a implantação do Sisu foi configurada na Portaria nº 2, de 26 de janeiro de 2010, a qual foi alterada pela Portaria Normativa nº 13, de 17 de maio de 2010, tornando-o um sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC).

Nota 05: O documento destaca, ainda, que essa adesão não implicaria a dispensa de outros mecanismos de seleção e, como alternativa, pode ser realizada

mediante simples informação, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, às IES, dos boletins de resultados dos candidatos que tiverem realizado o novo Enem, adotado como prova de seleção com base em Edital próprio publicado pela IES, facultando-se sua utilização como fase única ou primeira fase do processo seletivo (*Termo de Referência – Novo Enem e Sistema de Seleção Unificada*, 2009, p. 1).

Nota 06: O curso de graduação em Licenciatura em Música, especificamente, é composto de duas etapas – a primeira considera os resultados das provas do Enem; a segunda refere-se à prova de habilidades musicais. Assim, a inscrição para concorrer a uma vaga nesse curso não é realizada via Sisu.

Nota 07: A OCDE identifica o Nível 2 como o nível mínimo de proficiência que os estudantes devem adquirir até o final do Ensino Médio, quando começam a demonstrar a capacidade de usar as habilidades de leitura para ampliar conhecimento e resolver uma variedade de problemas práticos. Os estudantes que não conseguem alcançar esse nível de proficiência geralmente irão demonstrar dificuldade quando confrontados com material de alta complexidade, geralmente precisam receber dicas e instruções antes de conseguirem o envolvimento no texto (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018).

Nota 08: Nível Elementar de alfabetização – consegue selecionar uma ou mais informações, realizando pequenas inferências em textos de extensão média.

Nota 09: Nível Intermediário de alfabetização – localiza informações em textos jornalísticos e/ou científicos, realizando pequenas inferências. Interpreta e elabora síntese de textos diversos (narrativos, jornalísticos, científicos), relacionando regras com o reconhecimento de evidências e argumentos de acordo com a sua própria opinião ou senso

comum. Reconhece o efeito e sentido das palavras, de figuras de linguagem ou sinais de pontuação.

Nota 10: Nível Proficiente – elabora textos de maior complexidade (mensagem, descrição, exposição ou argumentação) com base em elementos de um contexto dado e opina sobre o posicionamento ou estilo do autor do texto.

Nota 11: Analfabeto – não consegue realizar tarefas simples que envolvam a leitura de palavras e frases.

Nota 12: Nível Rudimentar de alfabetização – localiza uma ou mais informações explícitas, expressas de forma literal, em textos muito simples que são do uso do cotidiano (calendário, cartazes, tabelas simples).

CAPÍTULO 2 – ACESSIBILIDADE PARA ALÉM DE RAMPAS

O capítulo precedente apresentou brevemente o complexo contexto brasileiro, com sua diversidade linguística, cultural e de apropriação da informação e da comunicação por meio da alfabetização e do letramento.

Assim, os conceitos de acessibilidade e de inclusão social estariam intrinsecamente ligados? Essa questão faz-se necessária pelo fato de a acessibilidade frequentemente tender a estar vinculada, nos discursos sociais, a aspectos arquitetônicos.

Contudo, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), baseada na Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [Unesco], 2006), considera acessibilidade como a

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (*Lei 13.146, 2015, Artigo 3º, Inciso I*).

Numa extensão de sentidos, a acessibilidade pode ser compreendida como um processo de atuação prática para a identificação e a eliminação de barreiras de modo a possibilitar a efetiva participação de pessoas nos diversos âmbitos da vida social.

Assim, na dimensão das IES, a acessibilidade deve ir além dos sistemas de reservas de vagas, que contribuem para o ingresso de pessoas com deficiência, pretos, pardos, indígenas e migrantes. É também preciso garantir que a pessoa candidata possa utilizar todos os serviços

ofertados na instituição, do edital de ingresso às condições de permanência e de conclusão do curso, especialmente no que se refere à acessibilidade informacional e comunicacional.

2.1. Acessibilidade comunicacional

A acessibilidade comunicacional é a disponibilização de recursos, atividades e bens culturais que promovem independência e autonomia das pessoas que precisam de serviços específicos para o acesso a algum conteúdo disponível. Essa comunicação pode ser compreendida como a

forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações (*Lei 13.146, 2015, Artigo 3º, Inciso V*).

Assim, abordar a acessibilidade comunicacional sob a perspectiva de troca de informações é considerar, nas mais diversas áreas da atuação humana, a garantia de direitos e da emancipação do sujeito nos contextos da vida cotidiana.

A importância dessa questão ganha relevância principalmente quando considerada a atual era informacional e da mediação/virtualização nas relações em sociedades. Todavia, para que os sujeitos participem ativamente da tessitura social, é fundamental que as ferramentas de comunicação sejam acessíveis e com condições viáveis, inclusivas e capazes de mitigar as barreiras que impedem a real integração das pessoas com ou sem deficiência (Pimentel *et Pimentel*, 2017; Figueira, 2019).

2.2. Acessibilidade informacional

Acessibilidade informacional é a dimensão que permite ter acesso a fontes e materiais de informação confiáveis e de maneira autônoma, de onde a pessoa esteja, livre de qualquer barreira que impeça de explorar o uso de tecnologias de informação, ou seja, possui característica relativa à diminuição e/ou remoção das barreiras no processo informacional, visando que as pessoas possam alcançar a satisfação de suas necessidades informacionais através de uma experiência positiva e com menor esforço necessário, obtendo resultados eficazes e condizentes com sua condição, seja ela qual for (Fernandes, 2018, p. 43).

A informação transmitida disponível em diversos suportes e meios acessíveis, de forma fácil, completa e objetiva, garante não somente o acesso, mas a acessibilidade da informação, como impressão em Braille, ampliação, PDF, HTML, e esses recursos são compatíveis com as tecnologias assistivas atuais e os dispositivos utilizados para a leitura digital (computadores, *tablet*, dispositivos para leitura digital, celular), os quais são considerados instrumentos acessíveis, que possibilitam uma maneira pela qual a pessoa consiga encontrar a informação desejada, seja em jornais, televisores, páginas na internet ou aplicativos de celulares (Castro *et* Brasil, 2021).

2.3. Acessibilidade comunicacional e informacional em editais para o ingresso na Educação Superior

Considerando que a acessibilidade comunicacional e informacional são eliminações de barreiras, garantindo que o edital seja didaticamente orientativo, com uma linguagem escrita e audiovisual compreensível, preconizada por frases breves e assertivas e disponibilizado em

formatos acessíveis, podemos considerar as seguintes significâncias materializadas na prática como direito público:

- Acesso (acessível): As informações sobre o edital de ingresso da graduação estão disponíveis? Onde?
- Acessibilidade (acessível): “essas informações apresentam formatos [*Portable Document Format* – PDF acessível; *Hyper Text Markup Language* – HTML; Libras; áudio; imagens com descrição, dentre outros] que possibilitem o acesso à informação por meio de dispositivos leitores de tela, recursos de comunicação alternativa e aumentativa e por pessoas usuárias de língua de sinais?” (Almeida et al., 2022, p. 66).
- Acessibilização (acessibilizável): para além de as informações sobre o edital estarem em ambientes acessíveis e disponíveis em formatos acessíveis, a linguagem do edital de ingresso permite a compreensão, elaboração e apropriação para o engajamento da pessoa candidata? (Ebersold, 2021, Almeida et al., 2022; Machado, 2022; Lima, 2023).

Assim, a partir do princípio da gramática da acessibilidade (Ebersold, 2021), o edital de ingresso deve ser disponibilizado de maneira acessível, valendo-se de possíveis caminhos para que uma pessoa com ou sem deficiência possa acessá-lo. Para além do uso das tecnologias envolvidas, a leitura e a compreensão do documento são imprescindíveis para que a pessoa candidata se engaje e realize o período de inscrição e de matrícula na universidade.

Importa que pessoas interessadas em ingressar na universidade tenham a legitimação de seu direito de acesso, de acessibilidade e de acessibilização das informações e comunicações institucionais.

Ao distinguir as significâncias dos termos acesso, acessível e acessibilização, tem-se na prática uma compreensão que vai para além de uma abordagem meramente jurídica, pautada na análise da legalidade, ou não, do referido ato. Se de um lado o

sujeito é aquele que elaborou os editais, participou das bancas de verificação e respondeu aos recursos interpostos, isto é, a quem a norma atribuiu a prática do ato, do outro é preciso compreender como esses documentos foram disponibilizados (acesso) e se de fato foram acessados pelos respectivos interessados (acessível). Vale dizer, não basta conferir acesso e tornar acessível, é preciso que haja engajamento para sua apropriação (acessibilização) (Machado, 2022, p. 46).

Estabelecer a relação entre a acessibilização do edital de ingresso e os princípios da materialização do direito material é concretizar uma adequação/mudança, não só levando em conta a subjetivação da pessoa candidata, mas que também faça sentido para o contexto institucional.

Para a instituição, o “fazer sentido” pode ser atribuído ao pertencimento, à apropriação e a uma engrenagem constituída por tempos, espaços, produção e participação ativa dos diversos setores envolvidos, tendo momentos coletivos e decisórios. Na acessibilização, os fatores sociais são considerados, como as culturas, as filosofias, a alteridade e a equidade (Ebersold, 2021; Almeida et al., 2022; Brancher *et* Pieczkowski, 2022; Machado, 2022; Lima, 2023).

É prevista, assim, a possibilidade de as pessoas viverem de forma independente e participarem de maneira ativa e autônoma de todos os aspectos da vida. Para isso, é fundamental que lhes seja assegurado, com igualdade de oportunidades, o acesso à informação, à comunicação e aos seus respectivos sistemas e tecnologias, conforme estabelecem as legislações nacional e internacional, bem como normas técnicas e recomendações listadas no [Apêndice A \(link de navegabilidade\)](#) da presente dissertação.

Assim, no âmbito da Educação Superior, uma vez que as Ifes são órgãos públicos, é obrigatório que garantam o direito fundamental do acesso à informação para o ingresso, a permanência e a conclusão.

Apresentados esses desafios e questionamentos, o que as comunidades científicas têm explorado a respeito da acessibilidade informacional e comunicacional em editais de ingresso de IES brasileiras?

CAPÍTULO 3 – A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Uma vez apresentada essa primeira aproximação com a temática sobre acessibilidade informacional e comunicacional, resultante de uma ocupação cidadã, profissional, política, científica e acadêmica, foi observada a necessidade de realizar um levantamento bibliográfico sistemático na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Nesse sentido, valendo-se das combinações variadas entre os seguintes descritores na modalidade de busca avançada, foram considerados sete grupos de descritores inerentes à temática da presente pesquisa, observando-se que os Grupos 1 e 3 contiveram subgrupos de combinações ([Figura 2 – link de navegabilidade](#)).

Desse procedimento, resultaram 1.291 títulos, dos quais 1.085 estavam repetidos, o que resultou em 543 títulos a serem analisados. Destes, considerando-se os critérios de inclusão e exclusão, 443 títulos foram excluídos por não apresentarem aproximação com o tema de pesquisa, restando 100 teses e dissertações ([ANEXO A – Link de navegabilidade](#)).

Os resultados preliminares foram compartilhados com os integrantes do Grupo de Pesquisa Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-Idea) para que, cooperativamente e dialogicamente, pudéssemos fazer uma nova verificação, considerando somente os títulos que indicavam haver aproximação.

Nessa perspectiva, foram estabelecidos cinco níveis de aproximação com a temática da presente pesquisa. Nesse espectro, os estudos com alta força de aproximação foram representados pelo nível 5, e, em seu extremo oposto, aqueles estudos com baixa força de aproximação foram representados pelo nível 1, conforme apresentado na [Figura 3 \(link de navegabilidade\)](#).

As pesquisas incluídas foram estudos que trouxeram elementos nos títulos e resumos sobre editais de ingresso, ações afirmativas, acesso, permanência e trajetória de estudantes com deficiências, e as pesquisas que não correspondiam a nenhum desses temas foram excluídas do levantamento.

Com o resultado da revisão sistemática da literatura, foi possível encontrar 100 trabalhos acadêmicos (19 teses e 81 dissertações) que apresentaram aproximação com a presente pesquisa, conforme apresentado a seguir.

Figura 2

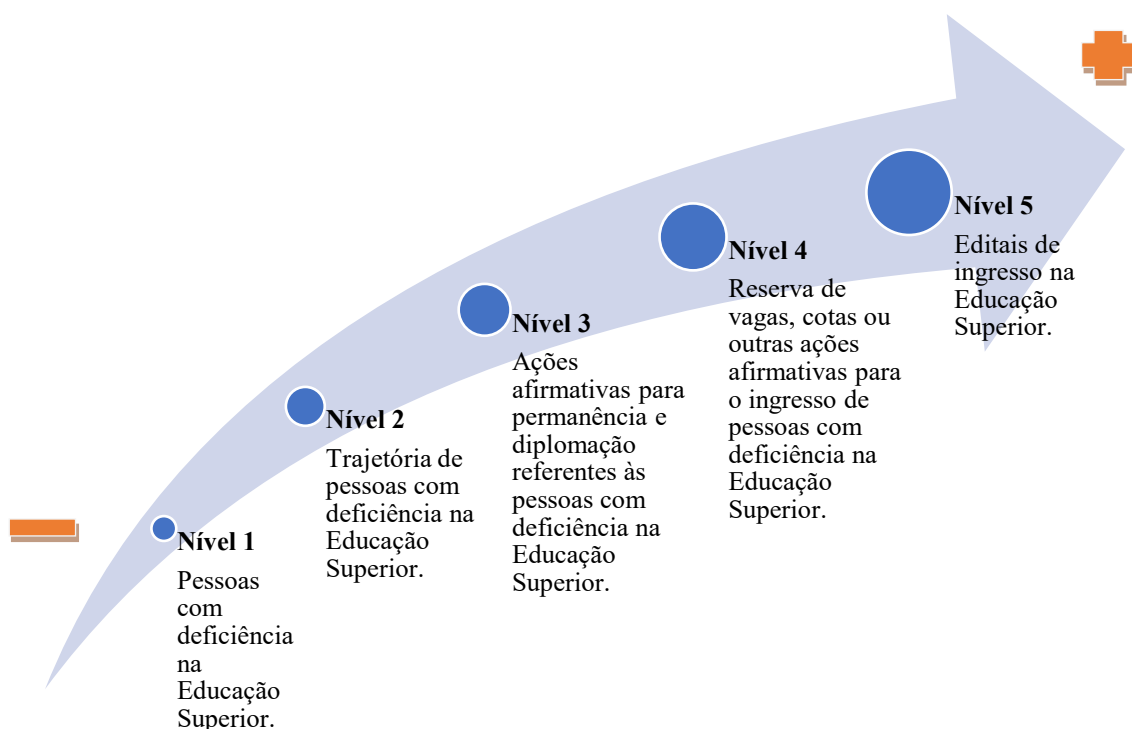
Representação da busca dos títulos de teses e dissertações



Nota. Descrição da Imagem: Organograma em que estão dispostos, separadamente, quadros de sete grupos na vertical, com combinação de descritores de busca. À frente dos grupos um e três, em disposição horizontal, há ramificação em outras cinco e dez combinações, respectivamente. Imagem com texto alternativo para usuários de leitores de tela.

Figura 3

Distribuição de temas por força de aproximação (em cinco níveis) com a temática da pesquisa



Nota. Descrição da Imagem: Imagem de uma seta curvada de maneira crescente na diagonal, demarcando os níveis pesquisados. Na sua extremidade esquerda o símbolo de menos (representado por um traço), e na direita o símbolo de mais (representado por uma cruz).

Imagem com texto alternativo para usuários de leitores de tela.

Tabela 2

Temas e quantitativo de publicações por níveis de aproximação

Níveis de aproximação	Temas	Quantidade de publicações
Nível 5	Editais de ingresso na Educação Superior	0
Nível 4	Reserva de vagas, cotas ou outras ações afirmativas para o ingresso de pessoas com deficiência na Educação Superior	17
Nível 3	Ações afirmativas para a permanência e diplomação referentes às pessoas com deficiência na Educação Superior	28
Nível 2	Trajetórias de pessoas com deficiência na Educação Superior	32
Nível 1	Pessoas com deficiência na Educação Superior	23
Total de publicações		100

Nota. Nível 5 – maior força de aproximação com o tema; Nível 1 – menor força de aproximação com o tema.

Ao explorar os títulos e resumos dos estudos levantados, em que o Nível 4 foi considerado o mais próximo da temática, foram identificadas questões sobre documentações de ingresso para pessoas com deficiência na Educação Superior por meio de sistema de reserva de vagas e indicações de acessibilidade no ingresso da Educação Superior (Ferreira, 2020; Veiga, 2020; Félix, 2019; Pereira, 2017; Seger, 2016; Tartuci, 2014).

É preciso diferenciar o estudo de Tartuci (2014), pois foi desenvolvido e publicado antes da promulgação da Lei 13.409/2016, a qual viria a implantar o sistema de reserva de vagas em todas as Ifes.

Para Ferreira (2020), é importante identificar ações institucionais, serviços especializados e apoios técnicos que promovam a inclusão e a permanência de estudantes com deficiência. Isso porque, uma vez que essas ações precisam envolver o planejamento e a organização de recursos e serviços, se espera que as acessibilidades comunicacional, metodológica-pedagógica, atitudinal e instrumental sejam promovidas, conforme expressa a legislação brasileira enquanto estratégia fundamental para a concretização dos direitos das pessoas com deficiência.

Félix (2019) e Veiga (2020), por sua vez, concordam que conhecer o perfil educacional e econômico dos estudantes com deficiência que entram na universidade faz diferença quando se trata de investigar os aspectos facilitadores e dificultadores para a permanência. Os auxílios e apoios financeiros ou recursos para acessibilidade são causadores de maior impacto positivo na vida do estudante, como bolsa-acessibilidade, residência, auxílio-moradia, auxílio-transporte e o empréstimo de notebook. Os estudantes que chegam à universidade por meio da reserva de vagas se encontram na faixa de renda de um salário

mínimo e meio, o que os coloca no alvo das ações financeiras para a permanência, pois as condições de deficiência e a social e/ou econômica desafiam as reais possibilidades de permanência disponibilizadas pelas IES. Nesse sentido, as políticas de inclusão voltadas ao ingresso precisam ser planejadas em conjunto com a comunidade acadêmica.

Tartuci (2014) e Pereira (2017), por outro lado, indicam que o movimento institucional enfrenta dificuldades decorrentes da escassez de recursos, mas para uma universidade inclusiva se faz necessário uma reestruturação que possibilite ingresso e permanência dos alunos com deficiência, uma vez que as matrículas acontecem em instituições públicas e privadas.

Segeer (2016) identifica que é importante as instituições estarem preparadas para receber alunos com deficiência, desde o ingresso até sua permanência, uma vez que o percurso escolar na Educação Básica tem mostrado muitas fragilidades do direito a uma educação pública de qualidade, acarretando a evasão dos alunos com deficiência.

As pesquisas levantadas dos Níveis 3 a 1 serão perspassadas nas discussões dos resultados, no intuito de aprofundarmos os conhecimentos sobre o tema.

De modo geral, observando o cenário apresentado pelas pesquisas levantadas em todos os níveis de aproximação, nota-se que existem análises de políticas de ações afirmativas de ingresso nas universidades para pessoas com deficiência, mas não foram encontradas pesquisas que abordassem especificamente a acessibilidade comunicacional e informacional dos editais de ingresso na graduação.

Os resultados desses estudos não abordaram ou sugeriram análises dos objetos de interesse desta pesquisa, que são: acessibilidade comunicacional e informacional em editais de ingresso na graduação. As análises por eles trazidas serão remetidas junto às análises e discussões da presente pesquisa.

CAPÍTULO 4 – PROBLEMAS, QUESTÕES E OBJETIVOS DA PESQUISA

O panorama apresentado nos capítulos precedentes sugere a existência de alguns problemas importantes à sociedade brasileira e às comunidades científicas, particularmente nas seguintes dimensões:

a) Dimensão social

A realização da pesquisa sustenta-se no direito fundamental à educação (*Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988, arts. 5º e 6º), na perspectiva de entender o acesso à Educação Superior como um direito social.

Nesse sentido, há que se considerar a diversidade brasileira, em que há pessoas com deficiência, que podem ser moradoras de assentamentos rurais, regiões periféricas, quilombolas, ribeirinhas, entre outros. Essas pessoas são historicamente excluídas de participarem de atividades sociais cotidianas e, por diversos motivos, concluíram ou não a Educação Básica.

É importante discorrer sobre inclusão social, de modo que todos possam ser respeitados e incluídos de forma digna em todos os ambientes coletivos, fazendo-se necessária a compreensão por parte da sociedade e dos governantes para promover políticas públicas que tornem o meio social acessível, independentemente de a pessoa ter ou não uma deficiência.

Tendo como princípio a acessibilização da legitimação de direitos humanos, o edital é um instrumento que precisa de apropriação por parte dos leitores e, sobretudo, das pessoas de direito (a pessoa candidata, seja ela com ou sem deficiência). Assim, quanto mais acessibilidade nos instrumentos de acesso à informação e à comunicação para a legitimação de direitos, como é o caso dos editais, maior autonomia e independência na leitura e na compreensão.

Nesse sentido, a presente pesquisa poderá se dedicar e contribuir com os signos e significados da escrita do edital (semiótica e semântica), ou seja, na significação do edital para o estudante que pode ou não ter concluído seus estudos no Ensino Médio, entendendo o edital como prática de compreensão.

b) Dimensão acadêmico-institucional

A justificativa do problema de nível acadêmico é em sua relação com a gestão de recursos humanos disponíveis para a elaboração de um edital acessível, considerando que interdisciplinaridade e intersetorialidade ainda são difíceis de serem orquestradas na Educação Superior.

No caso da UFSCar, o número de técnicos administrativos no setor de Coordenadoria de Ingresso na Graduação (CIG), responsável diretamente pelo edital, é reduzido em apenas dois técnicos para todos os quatro *campi* da universidade.

O edital abrange temas de diversos outros setores, porém as premissas de articulação e cooperação intersetoriais, muitas vezes, ficam à margem de prazos curtos e funcionamento rotineiro, uma vez que, como citado acima, há escassez de recursos humanos, e a alta demanda impacta negativamente no gerenciamento do tempo institucional, pois a universidade aguarda a divulgação das datas do edital do Sisu, feita pelo MEC.

Para intervir na população de documentos institucionais, é importante que haja diálogos junto à comunidade acadêmica, docentes, técnicos administrativos e discentes.

c) Dimensão científica

Para além da constatação apresentada na revisão sistemática da literatura científica, em que não foram encontrados temas relacionados especificamente a editais e acessibilidade comunicacional e informacional nas Ifes brasileiras, no caso da UFSCar, a revisão do edital

tem sido alterar apenas datas do calendário, bem como acrescentar respaldos normativos, tanto para a pessoa candidata quanto para a instituição, sem pensar na resolução de problemas.

Pensar em problema científico é entender que a Instituição de Educação Superior, como órgão público, tem o papel de democratizar, formalizar e materializar o direito da pessoa com deficiência. A dimensão científica deve abordar saberes interdisciplinares, como a comunicação, linguagem, escrita, gênero textual e tecnologia, pois está relacionada a uma construção cultural, que historicamente se modifica em relação à população interessada. No nosso caso, trata-se de uma construção cultural com aplicabilidade social, a partir de um documento institucional abordado com palavras mais populares, mantendo uma estrutura política e clareza de documentos normativos e orientadores institucionais, tais como os editais de ingresso e eventuais recursos (Cabral *et* Santos, 2017).

Para compor uma escrita normativa, com estrutura de acessibilização e nitidez nos procedimentos relacionados à informação e à comunicação, é necessário que essa escrita seja revista na instituição, de modo que a pesquisa, enquanto conhecimento científico, sistematize metodológica e teoricamente caminhos para analisar e aprimorar documentos que formalizam o direito das pessoas com ou sem deficiência na perspectiva da acessibilidade.

Dado o exposto, questiona-se se os editais de ingresso para a Educação Superior têm garantido a acessibilidade informacional e comunicacional e quais seriam os fatores que atravessam a produção de um documento institucional, que tem como intuito formalizar e materializar o direito da pessoa com deficiência?

Com o intuito de responder esses questionamentos, foi necessário organizar o processo investigativo traçado para alcançar o objetivo geral e os específicos, que consolidam o propósito da presente pesquisa.

O objetivo geral do presente estudo é identificar e analisar os elementos comunicacionais e informacionais que constituem e garantem a acessibilidade dos editais de ingresso em cursos de graduação. Especificamente, a pesquisa pretendeu:

1. identificar as principais variáveis que transversalizam a elaboração e/ou revisão de documentos formais na abordagem da acessibilidade comunicacional e informacional;
2. compreender as perspectivas de servidores e estudantes em relação aos instrumentos de ingresso na Educação Superior;
3. identificar aspectos facilitadores e dificultadores comunicacionais, informacionais e tecnológicos presentes nos ativos digitais relacionados a editais de ingresso da graduação;
4. propor diretrizes estruturais, informacionais, linguísticas e tecnológicas para a elaboração de editais acessíveis.

Para que esses objetivos fossem alcançados, utilizamos um método fundamentado nas ciências humanas, na direção de compreendermos os atravessamentos da acessibilidade comunicacional e informacional a partir das falas e dos relatos dos participantes.

Assim, o estudo insere-se no contexto educacional brasileiro contemporâneo, o qual tem sido um terreno interessante a ser analisado e compreendido, individual e comunitariamente.

Contudo, esse é um desafio muito complexo, no qual precisamos considerar e inter-relacionar muitos elementos de análise, tais como: aspectos subjetivos, relacionais, atitudinais, culturais, históricos, econômicos, políticos, sociais, psíquicos, fenomenológicos, jurídicos, didáticos, linguísticos, informacionais, comunicacionais, tecnológicos e curriculares.

CAPÍTULO 5 – MÉTODO

5.1. Tipo de Estudo

A presente pesquisa consiste em um estudo de caso, de caráter predominantemente qualitativo, uma vez que o objetivo geral é analisar os elementos da acessibilidade que constituem o edital de ingresso na Educação Superior.

É caracterizada como um estudo de caso por se tratar de uma pesquisa, realizada na UFSCar, que permite um conhecimento amplo, detalhado e a exploração de uma situação real e, também, a descrição do contexto investigado (Gil, 2010). Nesse sentido, é importante ter determinados cuidados para evitar o surgimento de vieses durante a pesquisa (Cabral, 2010).

A adoção de uma abordagem qualitativa pode contribuir bastante nesse sentido, por ser mais dinâmica e apresentar maior amplitude, inclusive durante seu próprio processo de escrita (Creswell, 2007).

A Pesquisa Social Aplicada tem como princípio o desenvolvimento de ações sob demanda, e, nesse caso, o contexto considerado é o processo de construção de editais de ingresso. Na pesquisa educacional é importante considerar a especificidade da natureza de seu objeto, uma vez que possui um caráter subjetivo e complexo (Gil, 2010).

5.2. Procedimentos éticos da pesquisa

Considerando que esta é uma pesquisa que envolve seres humanos, cuidou-se para que todas as normas da Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) fossem cumpridas. Nesse sentido, os procedimentos éticos foram aprovados pela Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSCar (Parecer nº 5.804.647). Junto aos participantes da pesquisa, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ([APÊNDICE B – link de navegabilidade](#)).

Nesse sentido, entender o papel de cada participante da pesquisa é essencial para que seja cumprido o direito da alteridade, reconhecendo eticamente que existem pessoas e culturas singulares e subjetivas, cada uma com a sua maneira de agir, pensar e entender o mundo, com respeito e empatia de todos os participantes envolvidos (Köche, 2017).

5.3. Contexto de investigação e processos de identificação e seleção dos participantes

Como parte da engrenagem institucional da UFSCar, a Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad) coordena 11 equipes que são responsáveis pelo funcionamento da graduação na universidade. No site da universidade, encontra-se o organograma de distribuição de setores e órgãos colegiados existentes ([ANEXO B – link de navegabilidade](#)), o qual levanta a reflexão sobre a acessibilidade em descrição da imagem, por apresentar diversos quadros com ramificações dos setores existentes.

Dessas unidades e setores, foram consideradas, para a pesquisa, duas unidades da instituição, por estarem relacionadas diretamente com o ingresso na Educação Superior e suas respectivas ações afirmativas.

- Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad): está relacionada ao acompanhamento pedagógico dos estudantes da graduação, prioritariamente ingressantes por reserva de vagas, com vistas a sua permanência, ações e projetos que visem a educação dos estudantes e formação para servidores técnicos e docentes que atuem no âmbito da graduação. Dessa unidade, foi considerada a Coordenadoria de Ingresso (CIG), setor relacionado ao ingresso de estudantes por meio do Sisu/Enem ou outras formas de ingresso.
- Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (Saade): questões relacionadas às pessoas com deficiência e outras especificações de desenvolvimento ou adquiridas.

Nesse contexto, considerando critérios de inclusão e exclusão para o alcance do objetivo da presente pesquisa, os sujeitos participantes foram escolhidos por seleção casual (por conveniência), por estarem em contato direto com o objeto da pesquisa, por possuírem familiaridade com as questões abordadas e por serem elegíveis para fazer parte desta amostra de dados.

Os participantes são:

- um/a técnico/a administrativo da CIG, que está envolvido/a diretamente com os setores institucionais relacionados ao ingresso e às questões afirmativas;
- um/a técnico/a administrativo da Saade, pessoa/a com deficiência, membro do corpo gestor desse setor e atuante nas questões relacionadas ao ingresso e às ações afirmativas;
- um/a estudante com deficiência da graduação que tenha iniciado no ano de 2022 e que compõe o Grupo de Trabalho Interdisciplinar para a Acessibilidade (GTI-Acessibilidade).

Os participantes serão representados na dissertação da seguinte maneira:

- técnico/a administrativo da CIG – T1;
- técnico/a administrativo da Saade – T2;
- estudante com deficiência da graduação – E.

5.4. Procedimentos e instrumentos para a coleta e o tratamento dos dados

Enquanto procedimentos adotados para a coleta de dados, foram agendadas reuniões com os técnicos administrativos e gestores por meio da plataforma *Google Meet*, a qual disponibiliza recurso de gravações.

Nas ocasiões foi possível explorar a respeito dos principais processos que envolvem a elaboração e difusão do edital de ingresso, identificando as dimensões, na perspectiva de cada perfil de participante: 1) como os editais de ingresso são elaborados; 2) quais outros setores da

instituição participam dessa formulação; 3) em quais formatos e canais de comunicação é feita a publicação. A partir de uma conversa inicial entre a CIG e a Saade sobre o edital de ingresso e as funções de cada setor, foi disponibilizado o edital de 2022 no *Google Drive* para que os envolvidos pudessem cooperativamente realizar alterações.

Junto ao estudante com deficiência, foi realizada entrevista como investigação social, com questões baseadas na avaliação heurística de maneira presencial, gravada a partir do *Google Meet*, valendo-se do arquivo do edital de ingresso para coletar as necessidades e desejos pautados nos seguintes temas: (a) processo seletivo; (b) acessibilidade do edital; (c) formulação do edital (Gil, 2010; Ferati *et* Beyene, 2017).

O participante da entrevista realizou cooperativamente as análises dos ativos digitais e materiais audiovisuais relacionados com as possibilidades e os caminhos de ingresso na Educação Superior, questões relacionadas às heurísticas (tópicos que abordam a acessibilidade em ambientes digitais) que envolvem interação humano-computador ([APÊNDICE C – link de navegabilidade](#)). Assim, foi possível identificar problemas de comunicação e informação, permitindo o estabelecimento de soluções com potencial de promover a acessibilidade no edital de ingresso.

Foi elaborado um roteiro para nortear a entrevista a partir de um diálogo sobre o edital, corroborando o levantamento de dados, sendo os membros do GP-Idea os juízes externos. O roteiro foi criado com base nos objetivos específicos, a fim de direcionar a discussão para o foco da pesquisa, com questões ligadas diretamente à construção de um edital acessível ([APÊNDICE D – link de navegabilidade](#)).

Os dados coletados foram tratados a partir da armazenagem dos arquivos digitais (gravações do *Google Meet*), catalogados em uma pasta do *Google Drive* e renomeados com o assunto de cada reunião. Os áudios da entrevista foram transcritos e categorizados por assunto abordado.

5.5. Análise dos dados

Os dados foram analisados na perspectiva da Análise do Conteúdo, com a abordagem da Análise Institucional. Na Análise de Conteúdo, os dados registrados a partir dos diálogos com os participantes são aproximados e discutidos com o conteúdo do edital de ingresso e com as discussões teóricas das produções científicas identificadas em levantamento sistemático realizado para a identificação do problema deste estudo, considerando os níveis que mais se aproximam com a temática.

Segundo Franco (2005), a Análise de Conteúdo pode ser definida como técnica de análise com o objetivo de obter mensagens e indicadores que permitam fazer uma inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens. Primeiramente, considera-se que o foco seja qualificar as vivências do sujeito, bem como as percepções de determinado objeto e seus fenômenos, atrelando, no caso desta pesquisa, o conteúdo presente com os dados levantados referentes às políticas públicas da Educação Especial na Educação Superior.

Os conteúdos serão analisados por meio da lente teórica da Análise Institucional, de Gregorio F. Baremblytt, por compreender que essa abordagem pode revelar pistas que elucidem variáveis inerentes à elaboração de documentos institucionais. Segundo Felício e Benelli (2014, p. 26), “não se pode definir a Análise Institucional como um conjunto teórico uniforme, pois ela sofreu modificações e adições teórico-metodológicas nos muitos lugares em que foi difundida”. A Análise Institucional possibilita prática de análise e mudança, ao mesmo tempo que seu objeto se define como sendo problemática social real.

O edital foi revisado cooperativamente desde março de 2022 com os técnicos administrativos da própria instituição, e com o estudante da graduação desde março de 2023, momentos em que foi possível inferir sobre a acessibilidade comunicacional e informacional,

bem como analisar os procedimentos institucionais e organizacionais na criação do edital da graduação. Como pode ser observado, as reuniões aconteceram entre os setores envolvidos a fim de estabelecerem maneiras possíveis para a construção do edital.

Tabela 3

Interlocução entre os setores envolvidos com o edital de ingresso

Minuta do Edital de Ingresso – Sisu	
01/09/2022	CIG, Saade e Comissões de Verificação
06/10//2022	CIG, Saade e Comissões de Verificação
14/10/2022	CIG, Saade e Comissões de Verificação
23/11/2022	ProACE, Saade, Assistentes Sociais (Avaliação socioeconômica)

Nota. ProACE refere-se à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFSCar.

A partir das reuniões, dialogou-se sobre as barreiras comunicacionais do edital, em todos os âmbitos, sendo elas verbais, não verbais, escritas, visuais e de estrutura do texto, apoiando-se na semiótica, caracterizada como a ciência dos signos, e na semântica, como parte da semiótica que se preocupa com os sentidos do discurso, com a preocupação de atualizar a hermenêutica do edital, com uma melhor significância de interpretação de texto.

Os dados são levantados a partir da análise realizada com o estudante da graduação, que ingressou utilizando o edital de 2022, sendo uma pessoa com visão monocular, moradora de assentamento rural e que, ao ingressar, passou pela avaliação biopsicossocial.

No momento da pesquisa, a Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021, está em vigor e considera a visão monocular como deficiência visual em razão da perda da visão binocular (em ambos os olhos). E a Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) garantiu às pessoas com visão monocular o direito de concorrer em concursos públicos a vagas reservadas à pessoa com deficiência.

Durante a pesquisa novas leis foram implementadas, como a Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, que dispõe sobre o ingresso de pessoas quilombolas em Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de nível médio, junto aos estudantes pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, bem como àqueles que tenham cursado integralmente o Ensino Médio ou Fundamental em escola pública. No entanto, devido a finalização da dissertação estar no mesmo período da lei, ela não foi contemplada no estudo, abrindo uma possibilidade para novas pesquisas sobre o assunto.

De antemão, a UFSCar insere em seu edital de 2024 a reserva de vagas atualizada com a nova lei.

As problemáticas explicitadas nos capítulos precedentes, ao lado dos questionamentos que fomentaram os objetivos e métodos traçados para a realização desta pesquisa, subsidiam a análise e as discussões de seus resultados, dispostas nos Capítulos 6, 7 e 8, tendo como base a acessibilidade comunicacional e informacional no tocante ao edital da graduação da UFSCar de 2022, por estar relacionado ao Sisu/Enem.

Os dados foram organizados a partir da Análise de Conteúdo sob a teoria da Análise Institucional. É importante destacar que a análise também explorou as dissertações e teses do levantamento sistemático como interlocução com a base teórica durante as discussões elaboradas.

Nesse cenário, buscou-se compreender, nesta pesquisa, como a UFSCar tem se organizado atualmente em relação a dois aspectos:

1. a interdisciplinaridade e intersetorialidade da construção desse documento;
2. o planejamento e a execução da acessibilidade comunicacional e informacional.

Sendo assim, compreendemos que uma das possibilidades está em nos dispormos a realizar uma análise institucional a partir do edital e do olhar do estudante da graduação e dos setores envolvidos, identificando os facilitadores e dificultadores comunicacionais,

informacionais e ativos digitais, para que no fim desta dissertação sejam propostas diretrizes que elucidem a linguagem simples nos documentos formais.

Os Capítulos 6 e 7 contemplam os resultados e a discussão da temática, que serão representados por dois estudos:

- Capítulo 6: Estudo 1 – Análise sobre a acessibilidade informacional e comunicacional;
- Capítulo 7: Estudo 2 – Análise institucional: processo de produção, revisão e difusão de editais de ingresso.

CAPÍTULO 6 – ESTUDO 1: ANÁLISE SOBRE A ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL E COMUNICACIONAL

O edital é um canal informativo que disponibiliza o passo a passo de como ingressar na universidade. Ele contém orientações sobre o que precisa ser providenciado e entregue como meios comprobatórios a partir dos documentos para a vaga e modalidade em que a pessoa deseja se inscrever. Estes são acompanhados por datas e prazos, os quais estão descritos no calendário do edital.

Ele é fundamentalmente um manual de instruções, e, assim, o texto de um edital de ingresso, especificamente, é pensado e elaborado para que a população interessada, participante do Sisu/Enem, tenha acesso à universidade pública.

Contudo, apesar da importância da clareza nas informações, esses documentos continuam sendo escritos com estilo burocrático (Fischer, 2021). Enquanto documento formal e institucional, nem sempre se mostra acessível e acessibilizável em sua linguagem e estrutura. Por vezes, o seu gênero textual predominantemente jurídico e complexo pode dificultar o entendimento das pessoas interessadas, independentemente de terem ou não alguma deficiência.

Martins e Filgueiras (2007) enfatizam que, para contemplar a acessibilidade comunicacional e informacional, a linguagem simples tem caráter desburocratizador e filosófico, por se tratar de uma linguagem clara e descomplicada. É como uma tendência filosófica a favor do uso da clareza e escrita minuciosa, que visa a compreensão e que tem por objetivo tornar o texto apreensível para determinado público.

As acessibilidades informacional e comunicacional, representadas por uma linguagem simples, contemplam o resultado de atitudes que facilitam ou possibilitam o recebimento de mensagens e de informações, transpondo as barreiras nas diferentes formas de comunicação –

falada, escrita, gestual e Libras. Somam-se, a esse processo, ferramentas tecnológicas, serviços e ambientes que sejam compatíveis com as necessidades de informações (Tavares, 2015; Cabral *et* Melo, 2017; Castro *et* Brasil, 2021; Stroparo *et* Moreira, 2021).

Para conhecermos as significâncias dos termos utilizados para contextualização de escritas textuais acessíveis, as quais são assuntos concomitantes à acessibilidade comunicacional e informacional e que se completam em suas intenções, temos:

1. Linguagem simples – é uma forma de comunicação usada para transmitir uma informação simples, objetiva e inclusiva. É considerada uma técnica e também causa social, por defender que os cidadãos devem ter pleno entendimento.
2. Linguagem acessível – é uma linguagem que pode ser compreendida por qualquer pessoa, independentemente do seu perfil, habilidades ou formação (pessoas idosas, com deficiência, de baixo letramento, crianças que estão na fase de alfabetização, estrangeiros, disléxicos, entre outros).

Considerando que a ProGrad está incumbida de garantir a acessibilidade no ingresso e na permanência de estudantes, torna-se imprescindível a adoção de políticas de ações afirmativas baseadas nos critérios biopsicossociais, tais como fatores socioeconômicos, étnico-raciais, de deficiência, de diversidade sexual e de gênero (Universidade Federal de São Carlos, 2016; Gavério, 2017; Cabral, 2018; Machado, 2022).

Isso porque, na UFSCar, há pessoas de diferentes regiões do Brasil e até do mundo, representadas inclusive por coletivos e grupos de pessoas negras (pretas e pardas), de povos originários (indígenas), de diversidade de gênero e sexualidades, com deficiências, com culturas africanas e latinas.

Assim, prever a acessibilidade informacional e comunicacional considerando, inclusive, a diversidade linguística que constitui a instituição é fundamental para a garantia do acesso ao direito formal e material.

6.1. Acessibilização cognitiva

A leitura pode ser estudada por diversos aspectos: sociocultural, afetivo, pedagógico e cognitivo. Ela é composta de palavras e da compreensão da mensagem escrita.

Partindo do pressuposto de que entender uma mensagem escrita é um processo no qual os leitores integram o texto às suas próprias experiências, considerando os processos de internalização do que já foi aprendido e resgatado em sua memória (Braibant, 1997; Perfetti, 1999; Salles *et Parente*, 2002), a compreensão da mensagem depende de dois componentes (Perfetti, 1999, tradução livre) ([Nota 13 – link de navegabilidade](#)):

- identificação de palavras escritas (codificação);
- processamento de linguagem que forma palavras em mensagens lidas (decodificação).

O entendimento do que se lê é a integração do material lido com as inferências que os leitores fazem a partir do que leram, utilizando como recurso cognitivo a memória de trabalho.

Compreender uma frase envolve lembrar palavras contidas na frase, recuperar informações precedentes, analisar a estrutura da frase e outros processos que requerem recursos. A memória de trabalho – um ou mais sistemas de capacidade limitada que tanto armazenam como manipulam informações – é um gargalo para estes processos. ... Evidências mostram que o importante na habilidade de compreensão leitora é um sistema de memória de trabalho ativo (Perfetti *et al.*, 2005, p. 238, tradução livre) ([Nota 14 – link de navegabilidade](#)).

Para compor essa afirmação, é importante destacar que o pensamento e a sua ação iniciam ainda na infância, quando, a partir das interações sociais, se inicia a linguagem. Com a mediação dos adultos, os processos psicológicos instrumentais vão dando forma e passam a

internalizar as representações, criando suas próprias compreensões (Vygotsky et al., 1988; Costas *et* Ferreira, 2011).

Segundo Vygotsky (1991), os processos de internalização são compostos de dois elementos mediadores: instrumentos e signos.

O instrumento é feito ou buscado especialmente para certo objetivo. Ele carrega consigo, portanto, a função para qual foi criado e o modo de utilização desenvolvido durante a história do trabalho coletivo. É, pois, um objeto social e mediador da relação entre o indivíduo e o mundo (Oliveira, 2010, p. 31).

Ou seja, os instrumentos são os elementos externos, voltados para fora do sujeito, e sua função é controlar processos da natureza nas ações concretas, como o machado para cortar e a vasilha como recipiente de água.

A invenção e o uso de signos como meios auxiliares para solucionar um dado problema psicológico (lembrar, comparar coisas, relatar, escolher, etc.) é análoga à invenção e uso de instrumentos, só que agora no campo psicológico. O signo age como um instrumento da atividade psicológica de maneira análoga ao papel de um instrumento no trabalho (Vygotsky, 1991, p. 38).

Esse mecanismo é chamado de processo de internalização, ou seja, a reconstrução interna de uma operação externa, que ordena os signos em estruturas organizadas e articuladas na memória. A memória, por sua vez, torna-se disponível aos fragmentos do passado, unindo elementos da experiência vivida com o presente (Vygotsky, 1991; Oliveira, 2010).

A internalização dos signos linguísticos demanda de ambientes culturais, socioafetivos e escolas que favoreçam situações que façam o uso da comunicação e registro, mas, se o

ambiente for escasso ou inexistente de signos mediadores, os processos de internalização e compreensão poderão apresentar impasses na leitura.

O leitor desenvolve seus próprios meios de prever um texto, a fim de interpretar a mensagem, ativando os processos cognitivos.

Considerando o que foi exposto nos capítulos anteriores sobre o cenário do letramento brasileiro, alunos advindos da Educação Básica da rede pública podem se deparar com diversos entraves para concluírem os seus estudos ao ingressarem na universidade e talvez encontrarão complexidades no edital, uma vez que o documento apresenta linguagem robusta e formalizada.

Assim, o princípio da acessibilização cognitiva é considerar a perspectiva biopsicossocial do estudante como promoção e garantia dos direitos sociais e como o uso dela pode impactar no processo de ingresso, uma vez que é necessário ter um ambiente acessível cognitivamente para que a pessoa possa interpretar as informações e compreender a comunicação vindas dos editais.

6.1.1 Compreensão textual do edital de ingresso

Ao utilizar o edital da graduação para o ingresso Sisu/Enem de 2022 ([ANEXO C – link de navegabilidade](#)), identificamos um documento extenso, com um total de 149 páginas, nas quais são veiculadas informações normativas e diretrizes de procedimentos por parte das pessoas candidatas.

O edital também conta com a menção de resguardos à população interessada e à instituição, com fragilidades na linguagem e formalidade para propiciar sua leitura e compreensão, como identificado na fala da participante:

É fácil de achar na internet. O difícil foi compreender o que estava escrito. E, nossa, tipo assim, como eu entrei na modalidade que precisava de muitos documentos, então

cada coisa eu precisava ler e entender certinho, e foi muito difícil. Precisei de ajuda de várias pessoas, e tinham coisas que eu tive que pesquisar por fora pra poder compreender, inclusive a minha condição de pessoa com deficiência. Não sabia se entrava ou não, se ia aceitar ou não. Tinha muitas palavras que eu não fazia ideia, e tive que pesquisar (Participante E).

Se os elementos linguísticos prejudicam a compreensão das informações e se a população brasileira passa por muitos entraves, conforme exposto na presente pesquisa, as Ifes devem ter um olhar cuidadoso para a questão textual acessível em documentos institucionais, afinal, os editais são o primeiro contato oficial com a universidade, é a partir deles que a pessoa organiza o seu processo seletivo, daí a importância da compreensibilidade (Castro, 2011).

Bridger (1995) aponta a necessidade de: (a) projetar textos e imagens de fácil acesso e que possibilitem a compreensão da linguagem; (b) utilizar significados comuns das palavras; (c) considerar o conhecimento contextual e de mundo; (d) considerar e entender os papéis de palavras concretas e abstratas no conjunto do texto.

Além desses aspectos, o autor orienta uma escrita: (a) com palavras concretas, e não abstratas, pois assim é mais fácil de o leitor lidar com uma sintaxe complexa sobre determinado assunto; (b) com frases afirmativas e diretas, por serem mais fáceis de compreender.

Nessa perspectiva, facilitar a compreensão de um texto institucional tem implicações diretas na democratização do acesso, pois se constitui em um tema de fundamental relevância, devido às fortes desigualdades sociais existentes no país.

Outro relato da Participante E faz relação com as colocações das palavras no texto: “Foi muito, muito difícil entender as palavras, pois algumas eu nunca vi na minha vida, e tive que pesquisar no dicionário ou na internet” (Participante E).

Dado o cenário apresentado pelo relato, é possível identificar o comprometimento da clareza dos significados e da expressividade da mensagem.

Para a Participante E, o edital é “neutro e padronizado, então exclui as outras pessoas que precisam de uma certa acessibilidade, tipo, não só as pessoas com deficiência, que é meu caso, mas também aqueles que demonstram uma dificuldade”.

Desse modo, salientamos que a comunicação em textos deve abordar o que é recomendado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007):

“Comunicação” abrange as línguas, a visualização de textos, o Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis (Artigo 2º, p. 17).

Nesse sentido, é importante que as Ifes, para que alcancem a população interessada, disponibilizem o edital de ingresso de uma maneira cuidadosa, em diferentes mídias, com linguagem acessível, contemplando toda a diversidade e respeitando o direito garantido (Santos, 2012).

6.1.2 Definição de Linguagem Simples como meio acessível

Este tópico reúne informações sobre o movimento social e a técnica de comunicação chamada Linguagem Simples, que visa transmitir informações objetivas e claras, evitando

elementos linguísticos característicos de documentos burocráticos, considerando a perspectiva do setor público.

Linguagem Simples é uma tradução para o termo em inglês *Plain Language*, que segundo o dicionário *Oxford Advanced Learner's* se refere a “fácil de ver, ouvir ou entender; claro”, “comum e simples”, “sem rodeios, expresso de forma simples” (Oxford University, 1989, p. 943, tradução livre) ([Nota 15 – link de navegabilidade](#)).

Com tantos significados, seria possível traduzir *Plain Language* como linguagem simples, linguagem clara, linguagem direta, linguagem objetiva ou linguagem fácil, entre outras variações, mas no Brasil tem sido usada a expressão Linguagem Simples (Fischer, 2021).

A Federação Internacional de Linguagem Simples (International Plain Language Federation) foi fundada em 2007 por iniciativa de três associações internacionais – Center for Plain Language, Clarity International e Plain Language Association International –, com a missão de construir fundamentos para a Linguagem Simples como campo profissional (James, 2008). A federação conta com tradução em 20 idiomas: africâner, catalão, chinês, holandês, finlandês, francês, alemão, grego, húngaro, indonésio, irlandês gaélico, italiano, japonês, norueguês, romeno, russo, sérvio, espanhol, sueco e turco. A International Plain Language Federation (como citado em Plain Language Association International, n.d.) define Linguagem Simples como:

Uma comunicação está em Linguagem Clara se as palavras, a estrutura e o *design* forem tão transparentes que os leitores a quem se dirige conseguem facilmente encontrar a informação de que precisam, compreender o que encontram e usar essa informação.

A definição de Fischer (2018) abrange princípios norteadores, elementos linguísticos e design da informação como sendo um conjunto de práticas que facilita a leitura e compreensão em textos, levando em consideração o público a quem se destina, para: (a) projetar uma comunicação para organizar as ideias; (b) escolher as palavras mais familiares aos estudantes do Ensino Médio; e (c) estruturar frases curtas e objetivas.

O leitor deve conseguir localizar com rapidez a informação de que precisa, para entendê-la e usá-la, evitando termos técnicos, mas, se forem indispensáveis, necessitam de explicações.

Abordar a Linguagem Simples nos editais de ingresso possibilita transmitir informações complexas de forma simples e objetiva, com a mesma finalidade de alcançar o estudante ingressante.

6.2. Domínio e apropriação das informações

Adotar uma linguagem acessível em textos formais é abranger o maior número de pessoas, no sentido de atingir todas as complexidades dos sujeitos. De acordo com a Participante E, “o edital considera o padrão de escrita, mas acaba desconhecendo as complexidades das pessoas, que têm culturas diferentes e que vivem em situações diferentes”.

Para Pettersson (2012), é importante garantir o domínio do texto para manter a apropriação e o engajamento dos leitores, pois as pessoas não são motivadas a ler o que lhes parece difícil.

Para aproximar a atenção do leitor, é importante que a leitura possa ser algo natural, contendo parágrafos curtos, frases objetivas, diretas e com elementos que tragam familiaridade com o que já conhecem.

Sobre esse assunto, foi possível identificar a dificuldade de engajamento das informações na fala da Participante E, quando afirma: “Minha mãe, que é uma dona de casa, não conhece tudo o que está escrito ali, também não ia conseguir entender”.

Santos (2012), ao realizar sua pesquisa sobre editais de processos seletivos de uma Ifes da região Nordeste, constata mediante entrevista com pessoas candidatas que apenas dois editais de um total de 18 eram claros em suas informações.

Por essa razão, é tão expressivo que as Ifes considerem o edital acessível, para abranger não somente os estudantes ingressantes na universidade, que possuem características de personalidade e diversidade, mas também quem está a sua volta (Castro *et Brasil*, 2021).

Deve-se pensar na apropriação da informação como algo capaz de aproximar de modo significativo aquilo que a pessoa já possui de conhecimento com aquilo que ela precisa identificar como novo.

Dessa maneira, a identificação de grupos e modalidades de vagas reservadas no ato da inscrição do Sisu/Enem deve ser entendível, uma vez que a comprovação se faz necessária.

6.2.1 Interpretação e identificação de documentos solicitados no edital

Cada Ifes se organiza de uma maneira para receber os alunos por meio da reserva de vagas, de acordo com a Lei 13.409/2016, e assim considera um percentual previsto às questões étnico-raciais, de deficiência e socioeconômicas (Costalonga, 2019).

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –

IBGE (*Lei nº 13.409, 2016, Art. 3º*).

Discutir a promoção de igualdade se faz importante, uma vez que faz parte das ações afirmativas e da luta da garantia de direito material.

A UFSCar contempla a questão com uma organização de grupos, separados por detalhamento de critérios para cada perfil: 1, 1D, 2, 2D, 3, 3D, 4, 4D e 5.

Utilizando-se do edital de ingresso da graduação, necessariamente, o candidato precisa se identificar com algum dos grupos, destinados a pessoas pretas, pardas, indígenas e com deficiência. Cada grupo possui a documentação específica, e depois são realizados agendamentos das bancas de verificação ([Nota 16 – link de navegabilidade](#)).

De acordo com o levantamento realizado, os grupos de reserva de vagas possuem uma extensa documentação, podendo gerar incertezas em sua comprovação:

O edital de 2022, por eu ter uma condição de dificuldade de interpretação ou alguma coisa assim. O meu namorado, que já é graduado e já teve contato com esses documentos muito mais que eu, me ajudou a entender o que seria cada um deles (Participante E).

O sistema de reserva de vagas tem como “função integrar e incluir os indivíduos em um conjunto específico de possíveis experiências” (Carvalho, 2014, p. 106). Ou seja, é como se ao mesmo tempo homogeneizasse e diferenciasse a pessoa com deficiência. Em outro relato da Participante E, podemos observar que “É bom entrar na universidade pública, mas de certa forma você é humilhado, durante o processo para você se matricular”.

A análise sobre reserva de vagas ainda se encontra em debate, pois coloca em evidência a desigualdade social, podendo gerar resistência social e argumentos contrários (Cabral, 2017; Miranda, 2010; Neves, 2010).

Para além da documentação, o ato de se identificar em um dos grupos, por autodeclaração, é algo muito subjetivo e interpretativo de suas próprias condições. Para a Participante E, “o problema do edital passado foi na hora de mandar os laudos e na carta que precisava escrever. Me trazia dúvida se a visão monocular entrava ou não e tive que me reconhecer com uma deficiência”.

O edital publicado em 2022 foi formulado em 2021 e de fato não abordava a especificidade da visão monocular como deficiência sensorial, por coincidir com o ano da vigência da Lei 14.126/2021.

Nesse momento, temos a questão de a pessoa ter que interpretar e identificar o grupo de pertencimento e observamos que esse movimento pode trazer inseguranças na sua compreensibilidade. É essencial que o edital seja um texto usual e inseparável da interação do leitor, visto que as documentações são importantes para a efetivação da vaga.

A participante também relata que replica o que aprendeu com os amigos, “pois já vários amigos perderam, já perderam por causa da renda, não sabem como comprovar” (Participante E).

Ao pesquisarmos as ações afirmativas, todas as pessoas cidadãos são idealmente consideradas iguais no direito, porém na contemporaneidade as desigualdades acontecem pela falta dos direitos materializados, acessíveis não somente na publicização do edital, mas também no acesso e em sua acessibilização (Machado, 2022; Oliveira, 2010).

6.3. Aspectos dificultadores e facilitadores de leitura

a) Aspectos dificultadores

A organização estrutural de um edital pode se apresentar confusa, por relacionar tópicos longos com linguagem padronizada e burocrática. Se levarmos em conta que a pessoa candidata pode não ter apropriação de textos formais como esse, acabará por apresentar

dificuldades de entendimento. Em um depoimento da participante, ela relata que “Achei difícil de encontrar as informações dentro do próprio edital” (Participante E).

Transitar e navegar pelo documento pode ser um processo confuso e complexo. Por ser um documento extenso, interpretar e identificar quais documentos precisam ser apresentados para as bancas de verificação, por exemplo, apresenta-se como um aspecto dificultador.

Um texto complexo com uma estrutura textual com muitos tópicos e informações impede que a pessoa usuária obtenha as informações essenciais (Baer, 2009). Um texto longo, com muitos tópicos e resguardos institucionais junto a cada item, deixa a escrita com uma difícil compreensão da informação que de fato deveria ser seguida.

Pettersson (2015) elenca aspectos dificultadores da compreensão:

1. escolha de palavras e expressões que não possuem familiaridade em relação ao repertório do público leitor;
2. o texto conter frases extensas, com muitos comandos e informações, o que possibilita a distração na leitura;
3. divisão dos parágrafos e aspectos visuais (títulos e subtítulos desconectados, extensão da linha, entrelinhas, ilustrações fora de contexto ou com mensagens confusas e espaçamento simples).

b) Aspectos facilitadores

Para o edital ser compreensível, é importante resgatar a causa social como uma técnica de comunicação, legitimando o direito de a pessoa entender as informações que a orientam, com uma prática voltada à elaboração de textos fáceis de ler.

Como causa social, resgatamos a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a qual fortalece a democratização de obtenção de informações públicas. “A lei tem como escopo a

concretização do direito fundamental à informação, marcado pelos valores da democracia, da república e da transparência” (Silveira, 2012, p. 233).

De acordo com o Guia da Transparência Ativa da Controladoria-Geral do Distrito Federal (2022): “VI. As informações devem ser divulgadas em linguagem cidadã, evitando que possam ter seu entendimento comprometido por uso de nomenclaturas pouco conhecidas ou termos técnicos” (p. 7).

Importa que a escrita seja clara e acessível, e deve-se, tanto quanto possível, simplificar a informação para que o cidadão possa entendê-la.

O processo de simplificação da escrita envolve (*Lei nº 17.316, 2020, Artigo, 4º*):

- conhecer a linguagem do público leitor;
- usar linguagem respeitosa, amigável, simples e de fácil compreensão;
- utilizar palavras comuns para possibilitar entendimento;
- usar linguagem apropriada às pessoas com deficiência;
- evitar jargões e palavras estrangeiras;
- explicar termos técnicos quando necessário usar;
- reduzir comunicação duplicada de assuntos que podem se repetir;
- usar elementos não textuais, como tabelas, gráficos e imagens de modo a completar a mensagem.

Notas referentes ao Capítulo 6

Nota 13: Original em inglês: (i) the identification of words; (ii) the engagement of language processing mechanisms that assemble these words into messages.

Nota 14: Original em inglês: Understanding a sentence involves remembering words within the sentence, retrieving information from preceding text, parsing the sentence, and other processes that require resources. Working memory – one or more systems of limited capacity that both store and manipulate information – is a bottleneck for these processes. ... In addition, the evidence shows it is an active working memory system rather than a passive short-term memory store that is important in reading comprehension skill.

Nota 15: Original em inglês: easy to see, hear or understand; clear; not trying to deceive, frank and direct; ordinary and simple; bluntly or simply expressed.

Nota 16: As bancas de verificação são um procedimento obrigatório para garantir a efetividade da política de reserva de vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas ou com deficiência. É um momento importante para a pessoa candidata, tendo em mente que a análise não é realizada a partir de um diagnóstico ou declaração, mas por uma avaliação biopsicossocial. As bancas de verificação nos processos seletivos para o ingresso na graduação são: de Heteroidentificação de Raça/Cor, para pessoas pretas e pardas; de Autodeclaração e Reconhecimento Institucional, para pessoas indígenas; de Autodeclaração e Avaliação Biopsicossocial, para Pessoas com Deficiência; e de Análise Socioeconômica, que analisa os documentos das pessoas candidatas ao sistema de reserva de vagas (laudos médicos, exames, autodeclarações etc.), afim de evitar fraudes.

CAPÍTULO 7 – ESTUDO 2: ANÁLISE INSTITUCIONAL: PROCESSO DE PRODUÇÃO, REVISÃO E DIFUSÃO DE EDITAIS DE INGRESSO

A Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad) é responsável pelas equipes relacionadas a diversos setores dedicados ao ingresso, e cada um dos setores possui funções específicas, mas com responsabilidades que cooperam entre si.

Seus respectivos profissionais são responsáveis pela construção das normativas, bem como pela acessibilidade relacionada às diversas formas de ingresso na graduação. A UFSCar conta com os editais:

1. Sisu/Enem;
2. Música e prova de habilidades;
3. Vestibular para Indígenas e Migrantes.

A análise da instituição deu-se a partir da organização de setores e técnicos administrativos, e foi possível notar que a interdisciplinaridade e intersetorialidade são abordagens ainda distantes do cotidiano universitário.

Isso ocorre devido à escassez de recursos humanos frente à alta demanda institucional, o que impacta negativamente no gerenciamento dos tempos. Assim, historicamente, isso fez com que o edital fosse o mesmo em todos os anos, alterando apenas as datas.

Nesse sentido, os resultados da presente pesquisa sugerem que é importante haver articulações e cooperações entre os setores, de modo a estabelecer ações preventivas para eventuais desafios (Baremlitt, 2002).

Ainda, considerando a diversidade de populações que entram em contato com a linguagem do edital, entende-se que existem diversas maneiras de ler e compreender um texto. Entender as individualidades das pessoas candidatas requer esforços coletivos na

equiparação de oportunidades de desenvolvimento, ofertadas com qualidade, para todas as dimensões da vida (Pacheco *et* Costas, 2006).

Para além da importância de textos acessíveis, Morejón (2009) tece reflexões sobre os caminhos e descaminhos da inclusão na Educação Superior, indicando que investigar o acesso com acessibilidade é um fator importante para materializar o direito da pessoa com deficiência, movimento que a UFSCar vem realizando com o tempo.

7.1. Secretaria, comissões e departamentos

As equipes que cooperativamente estão vinculadas são:

- Coordenadoria de Ingresso à Graduação – CIG;
- Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade – Saade;
- Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos e Estudantis – ProACE.

Elas são responsáveis pelos processos: (a) edital de ingresso e inscrições; (b) apreciação e solicitação de verificação das pessoas com deficiência, pretas, pardas e indígenas; e (c) apreciação de recursos de indeferimento e encaminhamentos pelas respectivas bancas (Machado, 2022).

Junto às coordenadorias, estão a Divisão de Gestão e Registro Acadêmico (Digra), Comissão Institucional de Verificação de Escolaridade (Cive) e o Serviço de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (Setils).

Quando a pessoa candidata envia seus documentos para o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga), inicia-se a análise documental, juntamente à ProACE, que é responsável pela análise socioeconômica.

Para a veracidade dos laudos médicos e autodeclarações, as Comissões de cada modalidade de ingresso realizam as entrevistas nas bancas de verificações com as pessoas

candidatas, e, após esse movimento, a Digra analisa e encaminha os documentos para a coordenação de cada curso para que se conheçam os novos estudantes.

Para exemplificar quais as comissões relacionadas à reserva de vagas, elaboramos uma figura com o nome e a sigla de todas.

Tabela 4

Comissões para veracidade documental

Comissão Institucional de Verificação de Aspectos Biopsicossociais da Pessoa com Deficiência – CVDD
Comissão Institucional de Verificação de Aspectos Socioeconômicos – Civase
Comissão Institucional de Verificação da Autodeclaração Étnico/Racial – CVA
Comissão Institucional de Verificação de Escolaridade – Cive

O acesso a essas informações potencializa a orquestração da acessibilidade a partir das funções administrativas de cada setor (Lima, 2020).

As comissões são realizadas mediante chamadas do processo seletivo Sisu/Enem, e a própria comissão convida os participantes da banca, normalmente composta de três pessoas, sendo elas professores e técnicos administrativos das quatro unidades da UFSCar (São Carlos, Araras, Lagoa do Sino e Sorocaba).

Como foi identificado na pesquisa, existe uma gama de setores engajados para que o ingresso aconteça, e eles necessariamente dependem um do outro em questões de planejamento. É nesse momento que autoanalisar e autogerenciar as demandas institucionais favorece a consolidação de ambientes que façam sentido para toda a comunidade acadêmica (Baremlitt, 2002; Ebersold, 2021).

Diante dessa afirmação, é fundamental pontuar que os demais setores também possuem outras demandas a serem organizadas, e participar das consultas do edital todos os

anos é algo que já faz parte da instituição, porém apenas para verificar o que estava sendo contemplado e atualizado. O relato da participante T1 ilustra esse processo:

Então, essas consultas já eram feitas. Esse era o primeiro momento que outros setores participavam. Houve uma aceleração nesse processo, foi quando conversei [com um docente pesquisador da área], pra gente tentar mudar o texto, porque esse texto vem sendo só reaproveitado em edições pontuais, em data ou alguma legislação do MEC que alterou e que tinha que ser incluída (Participante T1).

A partir dessa movimentação, o edital de 2023 ([ANEXO D – link de navegabilidade](#)) começa a ser revisto junto aos profissionais da Saade, mais especificamente com a Coordenadoria de Ingresso à Graduação, com a coordenação do referido professor pesquisador, tendo como objetivo a construção da acessibilidade do edital.

7.2. Recursos humanos

No caso da UFSCar, os recursos humanos podem trabalhar nos princípios que compõem a acessibilidade, nas formulações de estratégias de planejamento, adequação e atualização do edital, bem como nos meios de divulgação em ativos digitais.

No entanto, os recursos administrativos estão, quantitativamente, aquém do necessário, pois até início de 2022 o setor era composto de apenas um servidor, mas, devido ao aumento das demandas, atualmente conta com três pessoas atuando frente ao ingresso.

Já que no setor havia poucos recursos para elaboração do edital, isso interferiu na sua construção e revisão continuada, em razão das demandas institucionais relacionadas ao ingresso.

Vale afirmar que a falta de recursos humanos diz respeito à questão numérica, e não à questão de qualidade no trabalho desses servidores vinculados à UFSCar.

Em relação às demandas institucionais, a Participante T1 lembra que o edital é um documento que deve ser construído cooperativamente e relata que, se existissem mais recursos humanos interessados e disponíveis para a elaboração, o edital faria parte das agendas das demais equipes.

O que nós tínhamos de tradicional era consulta aos setores que trabalham diretamente com a Coordenadoria de Ingresso, principalmente na seleção do ingresso via Sisu, que é a principal seleção de ingresso da UFSCar e a maior também. A gente enviava por ofício, consultando a Secretaria de Ações Afirmativas e a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, consultando sobre as bancas, o que deveria estar no edital e aguardava a resposta para compor o que poderiam indicar (Participante T1).

Nessa mesma direção, o relato continua com a afirmação de que outras coordenadorias, necessariamente, precisariam estar juntas, pelo menos no Conselho de Graduação (CoG) em que o edital é apreciado, não apenas para aprová-lo, como aconteceu nos últimos anos de publicação.

No entanto, independentemente dos recursos humanos existentes na universidade, a procura de parcerias deve sempre existir (Breda, 2013). Uma vez que os trabalhos forem estabelecidos, a UFSCar tem o compromisso de dar o suporte aos setores, para que se efetive a acessibilidade no contexto universitário.

Assim, deve-se propor e considerar as demais unidades da universidade, além da cooperação de estudantes e servidores com ou sem deficiência.

Sobre os desafios descritos e os atravessamentos existentes, a Coordenadoria de Ingresso idealiza algumas situações, como:

1. trabalho colaborativo para formulação do edital de ingresso acessível, *sites* e âmbitos que disponham de informes relacionadas ao processo seletivo;

2. quando a minuta do edital passar pelo Conselho de Graduação, que ele possa estar inserido a partir de uma organização institucional em seu calendário e agendas;
3. depois que a minuta passar pela aprovação do Conselho de Graduação, o ideal é que não haja retificações no edital.

As retificações são correções no edital, as quais são publicadas posteriormente, com informes à população interessada. Esse movimento gera mais documentos a serem lidos e acompanhados, o que pode ser um momento de desordem nas informações fornecidas.

O edital acontece com as demais demandas, como se estivesse em um “trem em movimento” (Participante T2). É importante contar com pessoas dispostas a se dedicar nessas propostas de mudança, uma maneira de acompanhar o crescimento no decorrer das trajetórias dos alunos na Educação Superior, uma vez que a mobilização da universidade são os estudantes (Saviani, 1982; Lima, 2023).

Contudo, o interesse de outros setores e parcerias por formações de equipe deve ser um movimento materializado, com momentos de cooperação, interdisciplinaridade e aprendizagem coletiva na área da acessibilidade (Saviani, 1982; Breda, 2013; Ebersold *et Cabral*, 2016; Machado, 2022; Lima, 2023).

7.3. Cultura organizacional

A maneira como uma instituição se organiza faz parte do desenvolvimento de funcionamento que ocorreu durante a história do local, e isso se configura em estruturas lógicas, que podem ser leis, normas, hábitos ou regularidades de comportamento.

É possível entendê-las como estruturas discriminativas, que ao longo do processo tornam o trabalho fragmentado, motivando cada setor a realizar uma parte do serviço.

As instituições podem “significar a regulação de uma atividade humana, caracterizam uma atividade humana com respeito a ela, esclarecendo o que deve ser, o que está prescrito, e

o que não deve ser, isto é, o que é proscrito” (Baremlitt, 2002, p. 25). Com base nessa afirmação, podemos entender que:

- as instituições podem agir de maneira prescrita, considerando aquilo que deve ser seguido, como algo ordenado e organizado; e/ou
- as instituições podem agir de maneira proscrita, indicando o que não deve ser realizado ou o que não está nas normas ou padrões da instituição.

Com base na análise de Baremlitt (2002) e na fala dos participantes da universidade, o edital está sendo organizado como algo prescrita, considerando o que deve ser e conter, mas ainda com alguns contratempos nas suas elaborações.

Dentro da cultura organizacional, a prioridade é o planejamento, como premissa, enquanto alicerce. Esse movimento pode refletir em uma modificação da cultura universitária, em suas estruturas e atitudes.

As instituições utilizam/criam normas, leis, padrões e valores que legitimam sua apropriação, manifestando-se como instrumento de controle de conflitos (Baremlitt, 2002; Breda, 2013).

Como normas e respaldos institucionais são utilizadas tanto para a universidade quanto para as pessoas candidatas, na intenção de preservar as regras, o edital possui muitas redundâncias, para que, a depender de um pedido de revisão, a instituição possa se resguardar a partir de uma norma estabelecida (Participante T1).

Para complementar o relato, Baremlitt (2002) expressa que leis e normas possuem um papel histórico importante para a instituição:

Então, é evidente que o instituído cumpre um papel histórico importante, porque as leis criadas, as normas constituídas ou os hábitos, os padrões, vigoram para regular as atividades sociais, essenciais à vida da sociedade. Mas acontece que essa vida é um

processo essencialmente cambiante, mutante; então, para que os instituídos sejam funcionais na vida social, ele tem de estar acompanhando a transformação da vida social mesma para produzir cada vez mais novos instituídos que sejam apropriados aos novos estados sociais (p. 30).

O processo integra-se a uma vida social, uma vez que, ao considerarmos a universidade como um espaço público, é importante considerar elementos que possibilitem a instituição de acompanhar as pessoas candidatas, mesmo antes de ingressarem nos cursos de graduação.

Lima (2023, p. 57) elenca elementos favoráveis à cultura organizacional:

1. formulação de uma cultura interna que favoreça o trabalho participativo de todos os atores institucionais;
2. ações propositivas que se traduzam em hábitos cotidianos;
3. lapidação da filosofia de trabalho, a qual
 - dê um direcionamento institucional que vise cumprir com os propósitos e interesses coletivos e
 - abarque uma perspectiva biopsicossocial;
4. firmação de relações intra e interpessoais que envolvam uma cooperação e atuação em equipe; e
5. elaborações de planejamentos pautados pela moral, ética e valores alinhados com os direitos humanos.

Perante a análise, é relevante e sugestivo que a universidade se aprofunde na acessibilidade comunicacional e informacional sob o princípio da acessibilização da pessoa candidata, bem como em um trabalho que propõe diálogo participativo como pilar para uma

organização institucional, na intenção de construir a cultura organizacional acessível (Coutinho, 2011; Cabral, 2021; Machado, 2022).

Vale ressaltar que a cultura organizacional acessível estimula a interdisciplinaridade e intersetorialidade, pois, uma vez mobilizada a universidade, os setores tendem a ter parcerias e corresponsabilizações.

7.3.1 Interdisciplinaridade e intersetorialidade

A temática interdisciplinaridade e intersetorialidade tem ocupado um relevante espaço no debate em virtude da complexidade organizacional de instituições de ensino, constituindo-se num tema que, do ponto de vista teórico e prático, desafia a orquestração dos setores. Especificamente, nesta pesquisa, tratamos de setores envolvidos na construção do edital.

Análogos a essa reflexão e ao conjunto de engrenagens de Barembritt (2002), integrariam ao pensamento: a) instituição pública; b) organização setorial; c) equipamento como produto (edital) a ser disposto à sociedade.

Naturalmente, não há possibilidade de mobilização nisso tudo, senão por meio dos agentes institucionais. Eles são o suporte e os protagonistas para que haja a materialização organizacional.

A partir da análise desse primeiro movimento de elaboração conjunta do edital de 2023, foi possível perceber que a universidade é múltipla, mas precisaria obter momentos de inter-relações, ou seja, necessitaria de um trabalho de reta horizontal e contínua (Barembritt, 2002; Lima, 2023).

O trabalho nesse formato favoreceria os tempos e planejamentos, uma vez que o edital Sisu/Enem da universidade depende do Termo de Adesão do Sisu ([ANEXO E – link de navegabilidade](#)). Somente a partir de então seriam realizadas as alterações e principalmente

atualização de calendário, mas o que se evidencia é o funcionamento à margem rotineira da instituição.

Nas falas dos participantes, foi possível identificar que um dos momentos de interlocução seria durante o Conselho de Graduação, por ser um espaço no qual todas as informações referentes aos assuntos universitários são abordadas, mas por ser um momento de muitas demandas ainda não seria o ideal para a elaboração do edital.

Nesse CoG, geralmente a gente participa, mas é importante sempre procurar chamar o máximo de setores possíveis. Mas, sabe o que acontece, a galera está cheia de serviço, não há servidores, tem uma falta gigantesca (Participante T2).

Se não fossem as demandas indicadas pelos participantes, a revisão do edital aconteceria todos os anos, pois o Termo de Adesão do Sisu é publicado tradicionalmente no fim de outubro. A primeira chamada à graduação acontece pelo Sisu, e depois se segue com o edital da universidade; portanto, os editais precisam necessariamente estar iguais.

julho e agosto, quando a gente manda consulta para a Saade e para a ProACE, e quem não está participando ativamente, tem na verdade os outros meses, ou seja, de setembro até julho para pensar e para analisar (Participante T1).

Para os momentos mencionados pela Participante T1, seria algo a considerar: (a) a interlocução entre os agentes e setores; (b) a busca de caminhos para a superação do planejamento; e (c) a dedicação e a alteridade para analisar, sistematizar, registrar e dialogar com a comunidade acadêmica.

A intersetorialidade estimula a articulação e cooperação, já que sua definição é a construção de interfaces entre setores, visando a solução de problemas e demais desdobramentos (Monnerat, 2011; Lima, 2023). Ela é considerada fundamental em

instituições da Educação Superior, segundo Ebersold e Cabral (2016) e Fantacini (2017), porque:

- há corresponsabilização entre setores;
- tem viés propositivo;
- quanto maior a quantidade de agentes, melhor a antecipação de situações de negligências, no que se refere à materialização do direito à acessibilidade comunicacional e informacional.

Enquanto recomendações para as Ifes que estejam buscando acessibilizar o edital de ingresso, apresentamos temas prováveis de estarem em debate nas articulações institucionais:

1. ações de acessibilidade nos espaços administrativos da universidade em relação à construção do edital;
2. trocas de informações entre os setores, para que
 - o planejamento seja estabelecido e incluído no calendário da universidade para troca de ideias;
 - saberes e competências dos servidores se complementem;
 - possíveis desafios de caráter prático e burocrático sejam sanados;
3. mais momentos no Conselho da Graduação específicos para a difusão do edital acessível.

Compreende-se que é preciso que sejam discutidas novas possibilidades de como estabelecer uma engrenagem que promova, de maneira processual, o envolvimento e a corresponsabilização entre os recursos humanos do ingresso na graduação.

Dentre os temas interdisciplinaridade e intersetorialidade, elencamos mais dois tópicos intrinsecamente ligados à elaboração do edital de 2023, a seguir.

7.3.2 Interlocução entre agentes na construção do edital da graduação acessível

Os representantes da Saade e CIG concordam que o edital precisava ser revisto na abordagem da acessibilidade comunicacional e informacional, tendo em vista:

1. preceitos da inclusão e acessibilidade endossados pelas políticas de ações afirmativas e pelos direitos da pessoa com deficiência;
2. diálogos dos setores envolvidos – Saade e CIG –, com posterior movimentação dos demais setores;
3. corresponsabilização de seus respectivos setores em relação às normativas institucionais da UFSCar.

Os diálogos iniciados pelos dois setores tomaram rumos assertivos na elaboração do edital, uma vez que em reuniões realizadas pelo *Google Meet*, com o professor pesquisador, houve reflexões sobre a importância de a acessibilidade também estar nos textos institucionais.

Uma das reflexões mais significativas foi a da coordenação da CIG, que se mostrou sensível com estudantes de Ensino Médio que apresentam Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ao lerem o edital com tantas informações e normativas.

Mesmo com a mobilização da CIG e reflexões tecidas pelos membros do setor, as normas e respaldos citados na maioria dos tópicos do documento não poderiam ser excluídos ou transportados para outra seção do edital. Suas justificativas estão relacionadas à “proteção” que a universidade possui nas diversas situações do ingresso.

A preocupação da CIG se dá por serem eles o primeiro contato com os futuros estudantes, já que é a própria coordenação que responde dúvidas frequentes, e ter os respaldos acompanhados pelos tópicos facilita o trabalho enquanto resguardo institucional.

Entretanto, é importante destacar que a manifestação de vontade da coordenação, quando externalizada, é formada por uma série de precedentes que advêm da própria estrutura organizacional da universidade (Machado, 2022).

Dada a complexidade da construção do edital, é possível verificar que a autoanálise deve ser um processo simultâneo de auto-organização, em uma comunidade que se articula, se institucionaliza e consegue se organizar para construir os dispositivos, para produzir ela mesma ou para conseguir os recursos de que precisa (Baremlitt, 2002).

As reuniões aconteceram de maneira remota, como mostra a [Tabela 3 – \(link de navegabilidade\)](#), e foi compartilhado o documento intitulado “edital acessível” no *Drive*, para que todos que foram avisados, aderiram e concordaram com a elaboração pudessem contribuir igualmente, porém não houve adesão de mais agentes administrativos.

No entanto, um dos representantes da Saade trouxe em seu relato a importância da cooperação:

A parceria é fundamental para tudo! Principalmente durante a construção do edital, para que as pessoas candidatas se beneficiem. A parceria também veio para as dúvidas que chegam até a gente, que certamente virão e sempre vêm. Pra gente responder ao que surge, junto com a Coordenadoria de Ingresso, Saade e Pró-Reitoria de Ações Estudantis. Essa parceria é fundamental e de extrema importância (Participante T2).

Assim, a legitimação do direito das pessoas candidatas, tendo ou não deficiência, está diretamente ligada às ações dos agentes administrativos, sobretudo quando se compreende que estas podem ocorrer na cooperação dos setores, para que conjuntamente possam identificar critérios para avaliar a escrita do edital.

A interlocução mobilizou a universidade, e o edital de 2023 começou a ser revisto nos preceitos da ética, cooperação e corresponsabilização entre os dois setores e o professor pesquisador.

7.3.3 Ética, cooperação e corresponsabilização

Todas as temáticas intercalam-se com os direitos humanos e também estão alinhadas com a materialização dos direitos formais e materiais das pessoas com ou sem deficiência.

Compreender os direitos humanos dentro de uma instituição é também considerar a universidade enquanto unidade, sistematizando os interesses coletivos e perspectivas plurais.

Em consideração a isso, existem preceitos fundamentais para demonstrar que a materialidade da acessibilidade comunicacional e informacional não é apenas um passo a passo, mas um processo, envolvendo diálogos, ideias, concepções e subjetividades de estudantes e agentes institucionais (Ebersold, 2008, 2014, 2020; Cabral et al. 2023; Baremlitt, 2002; Ebersold *et* Cabral, 2016; Brancher *et* Pieczkowski, 2022).

As premissas para a acessibilidade são:

- Ética:

Para nos aproximarmos da materialidade inicial da acessibilidade, uma das premissas pode ser o da ética da ProGrad, na conexão entre o que dizem e o que fazem para os estudantes da graduação (Spinoza, 2009).

A ética é muito importante, porque acontece quando entra em cena o outro. Neste caso, trata-se de acessibilizar o edital para futuros ingressos, independentemente da condição da pessoa, para que ela possa encontrar um documento norteador que propicie o domínio de leitura e compreensão de maneira autônoma e intuitiva.

Considerando as atividades voltadas à acessibilidade no ingresso da graduação, a ética está presente quando a acessibilidade não parte “de interesses políticos ou campos

burocráticos, advindo de concepções caritativas ou capacitistas, que eventualmente segreguem, minorizem ou discriminem negativamente” as pessoas candidatas (Lima, 2023, p. 117).

- **Cooperação:**

Na abordagem cooperativa como ação institucional, os servidores conduzem suas relações de trocas com o principal objetivo de identificar métodos adequados para analisar situações em conjunto, de modo compartilhado e colaborativo, a fim de alcançar meios comuns ao longo da trajetória acadêmica (Lima, 2023).

Ao olharmos os tempos institucionais, dentro das demandas de serviço, compreendemos que o trabalho “solitário” não é suficiente para que a acessibilidade seja construída de uma forma que faça sentido na universidade, uma vez que o trabalho cooperativo é interdisciplinar e faz parte do contexto institucional (Lima, 2023).

No entanto, é possível afirmar que, a partir do momento que se institui uma cooperação em uma ação, as responsabilidades devem ser mútuas – considerando que cada setor ou unidade tem seu papel e função na universidade (Lima, 2023).

Os participantes acreditam que a cooperação é algo possível dentro das engrenagens institucionais do ingresso na graduação, apesar dos desafios (T1 e T2). Entre os desafios citados pelos participantes, estão: (a) reduzir os respaldos institucionais que constam no edital, uma vez que isso “protege” a instituição e a própria coordenação de ingresso, que responde sozinha, caso tenha uma situação conflitante; (b) as dificuldades quando se pensa na corresponsabilização dos demais agentes na construção do edital, considerando a realidade dos tempos institucionais, imaginando a cultura universitária como uma barreira no momento de instituir uma cooperação contínua no dia a dia.

Adicionamos a fala da coordenação de ingresso, em relação aos editais de 2021 e 2022, quando o trabalho estava majoritariamente remoto, o que acabou refletindo em 2023,

pois houve muitas retificações, e é importante que o edital não apresente muitos erros no texto, pois isso pode se tornar um empecilho para a pessoa candidata e também aumentar as demandas do ingresso na universidade.

Os participantes da Saade e da CIG destacam a atenção ao edital para não apresentar retificações e salientam que, possivelmente, estar num trabalho de cooperação entre os setores seria uma maneira de reduzir ou até eliminar erros nos editais de ingresso.

O movimento de cooperar pode ser considerado uma potência nas Ifes, pois a partir das intenções e trocas compartilhadas, conectadas com a materialização da acessibilidade comunicacional e informacional, seria possível construir uma cultura e filosofia de cooperação.

- **Corresponsabilização:**

É importante o conceito da corresponsabilização estar alinhado ao da ética e ao da cooperação, para nortear a instituição nas diversas demandas que possam surgir. Por meio dos relatos dos participantes, entende-se que a responsabilidade coletiva e o contato entre os setores da universidade podem, de maneira positiva: (a) potencializar constante mudança na cultura da acessibilidade; (b) construir princípios de sensibilização e conscientização durante o ingresso na graduação; (c) nortear a materialização do direito formal nas normativas da UFSCar que tratam sobre acessibilidade comunicacional e informacional.

Para Lima (2023, p. 120), é importante “materializar normativas em um viés corresponsável, reconhecendo o fato de que os direitos humanos são transversais ao ambiente da universidade e dos setores que a compõem”.

Com a proposta de aproximar acessibilidade e o direito material em documentos formais, na construção do edital a ProGrad e os demais setores, na ótica da corresponsabilização, denotam a não centralização em relação a uma pessoa, setor ou unidade,

mas como uma responsabilidade coletiva do meio (Baremlitt, 2002; Köche, 2017; Ebersold, 2020; Machado, 2022).

7.4. Reflexões sobre a publicação e difusão do edital de 2023

A UFSCar publicou o edital do Sisu/Enem no dia 30 de janeiro de 2023, seguindo os preceitos da acessibilidade e cumprindo o disposto na Lei nº 10.436/2002, no Decreto nº 5.626/2005 e na Lei nº 13.146/2015. O edital contou com:

1. informações mais acessíveis;
2. caminhos institucionais e intuitivos para apoio e suporte à pessoa candidata;
3. recomendações de eventuais alternativas para o cumprimento e materialização dos direitos das pessoas candidatas.

Após a publicação do edital, as equipes relacionadas refletiram sobre a maneira que poderiam ter redigido o edital, os impasses que tiveram devido ao tempo de aprovação e análise, pois não foi possível alterar o edital completamente, pelo receio de se perderem os resguardos institucionais.

O Participante T1 reflete: “[Esse edital], pra mim, ficou mais inchado, porém com as informações também redundantes, e tem o porquê de elas serem assim, traz uma segurança maior e tem mais informação [para a pessoa candidata]”.

Também levantaram o assunto da questão socioeconômica, por ser preciso seguir o Termo de Adesão do Sisu, que na reflexão é abordado como um impasse: “Todas as orientações vêm do governo, mas se esquecem de conversar com quem está na linha de frente [universidade], seria importante conversar, porque acaba atrapalhando o grupo, dificultando esse processo” (Participante T2).

Então, como publicizar um edital acessível para engajamento da população, se os documentos a serem seguidos não apresentam acessibilização?

A equipe organizou a apresentação dos grupos e modalidades que a própria universidade estabelece, de acordo com o Sisu, e a coordenação de ingresso refletiu sobre isso:

Uma das coisas que eu mais gostei, na verdade, e eu vou falar gostar mesmo, é o quadro que identifica o que é cada grupo. Porque essa não é a codificação do Sisu, ele é L1, L2 etc., esses códigos identificam os grupos de concorrência, as modalidades de concorrência, e as universidades são livres para colocar de outra forma. Aqui a gente chama de grupos 1, 2, 3, 4, 5, 1D, 2D, 3D, 4D. E antes, até 2022, na verdade, era o texto corrido, um destaque negrito para o grupo, não havia o espaçamento, então o texto é muito comprimido, é cansativo de ler daquela forma, então teve essa diferença da ampliação entre as linhas. E o quadro, ele fica mais intuitivo e lúdico, até você consegue ver, ele lembra um pouco os quadros que fazíamos para as orientações de matrícula presencial (Participante T1).

Outro trabalho evidenciado foi o realizado pela equipe da Setils, que em curto prazo realizou a complexidade de sincronizar o vídeo do texto com áudio e inserir caixa de Libras.

Os tradutores intérpretes da Saade, por não terem laboratório no setor, precisaram usar o do curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa (Tilsp), que possui poucos recursos tecnológicos para abranger o curso de graduação e os setores da universidade. Isso foi discutido, após a publicação do edital, com os setores Saade e CIG:

Nunca tem tempo. Então, a gente expôs isso. Assim que o [novo gestor] entrou, assumiu aqui a secretaria. Então ficou já um negócio mais formal para ele poder reunir os profissionais que vão trabalhar e ter o padrão mesmo todo da interpretação, não só a interpretação em Libras, mas com legendas, em português etc.” (Participante T1).

Publicar e difundir é transformar o conhecimento teórico e prático em ferramenta proveitosa para a sociedade, o que neste caso se refere ao edital de ingresso, demonstrando sua importância e relevância social, com respeito aos direitos humanos, à diversidade e à inclusão como prática de reconhecimento da cidadania (Sposáti, 2001; Carmo *et* Melo, 2020).

Estes são pontos expressivos da análise dos participantes sobre publicar um edital mais acessível, entendendo que esse processo foi o começo de uma grande mobilização institucional, uma vez que toda a universidade percebeu a dedicação das equipes.

7.4.1 Acessibilidade comunicacional, informacional e linguística

A UFSCar, ao seguir a Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, assegura os direitos das pessoas candidatas. É importante que o edital seja um canal direto de comunicação e que funcione como uma “via de mão dupla” entre o público interessado e a universidade.

Importa que esta comunicação seja acessada com autonomia, pois as acessibilidades informacional, comunicacional e linguística contemplam os meios, atitudes e comportamentos que facilitam e possibilitam o recebimento de mensagens e de informações por sistemas de comunicação e/ou de tecnologia da informação (Tavares, 2015; Cabral *et* Melo, 2017; Castro *et* Brasil, 2021; Stroparo *et* Moreira, 2021; Lima, 2023).

A comunicação pode se apresentar como uma barreira no dia a dia, e, por isso, é importante consultar pessoas com deficiência, visitar literaturas e manuais práticos (Quéré, 1991; Skliar, 1998, 2003; Passos, 2009; Santos *et* Dionizio, 2010; Köche, 2017; Machado, 2022; Lima, 2023).

Em reflexo a esse cenário, indica-se que foi preciso nos aproximarmos dos elementos que possam superar os impeditivos da acessibilidade no edital, que serão abordados nos tópicos a seguir:

1. Acessibilidade adotada no edital de 2023:

- a estrutura do edital foi reformulada para textos com tópicos em níveis de hierarquia, para que todas as pessoas, incluindo usuárias de leitores de tela, pudessem compreender os tópicos principais;
- orientação dos temas abordados em uma perspectiva didaticamente orientativa;
- troca do termo “pedido de recurso” para “pedido de revisão de resultado”, por compreender que há pessoas candidatas surdas ou com outra condição que não dominam a Língua Portuguesa como primeiro idioma;
- utilização da linguagem não binária, por exemplo, “a pessoa candidata” ao invés de “o/a candidato/a”, tanto por reconhecer a questão de gênero quanto pela questão de softwares leitores de tela, que leriam integralmente todos os caracteres (por exemplo, o barra a candidato barra a), ou seja, abrangendo todos os grupos;
- uso do termo “pessoa com deficiência” ao invés de “deficiente”, com base na definição da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência;
- inclusão da documentação para pessoas transgênero em relação à comprovação de regularidade com o Serviço Militar;
- espaçamento de 1,5 centímetros entre linhas e de 2,5 centímetros em tópicos, contribuindo para a facilitação da leitura das pessoas com dislexia e TDAH.

2. Divulgação do edital em Libras:

Após o edital finalizado, a Setils teve acesso ao documento para realizar a tradução em Libras, juntamente ao professor pesquisador e mais duas pessoas estudantes da própria UFSCar, que gravaram em áudio todo o texto, para que pudessem acrescentar a tradução no vídeo.

Realizar a tradução do edital em Libras também foi uma das preocupações da Saade e da CIG, para concretizar o que está disposto na Lei 10.436/2002, que reconhece a Libras

como “meio legal de comunicação e expressão”. Após 20 anos da promulgação da lei, ainda faltam várias ações que proporcionem às pessoas surdas sua efetiva participação na sociedade brasileira de maneira acessível. Foi pensando nisso que, em 2023, foi publicado o primeiro edital em Libras da universidade (Fernandes, 2022; Cardoso, 2023; Lima, 2023).

A publicação vem ao encontro da “garantia de acesso das pessoas surdas à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis e etapas de educação” (Fernandes, 2022, p. 258).

Devido aos entraves institucionais relacionados ao tempo, é indispensável refletir sobre o trabalho árduo da Setils para cooperar com a publicação do edital em Libras.

Enquanto recomendações para as Ifes que estejam buscando acessibilizar o edital em Libras e também para a UFSCar, é preciso debater, para posteriores articulações institucionais, sobre: (a) investimento em laboratórios, equipamentos e formações para os setores de tradutores intérpretes; e (b) planejamento de cronograma com os demais setores para publicização do edital em Libras.

Abaixo, a Figura 4 traz a notícia da publicação do edital.

Figura 4

Notícia sobre a publicação do edital acessível para seleção de ingresso em 2023



Nota. Recuperada do site da Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, 2023. <https://www.saade.ufscar.br/news/ufscar-lanca-versao-audiovisual-acessivel-de-edital-de-selecao-para-ingresso-em-2023>. [\[Link externo\]](#)

Descrição da Imagem. Na parte superior da imagem o link de acesso à reportagem, abaixo o logo da Saade nas cores rosa, laranja, verde, amarelo e verde e da UFSCar. Em seguida o texto da notícia. Imagem com texto alternativo para usuários de leitores de tela.

CAPÍTULO 8 – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE EDITAIS DE INGRESSO NA ABORDAGEM DA ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL E COMUNICACIONAL

A acessibilidade de textos escritos requer que a informação seja apresentada numa linguagem simples, seguindo os preceitos comunicacionais e informacionais acessíveis, de maneira que seja compreensível e compatível com as pessoas que irão acessar o edital de ingresso. Entendemos que o documento institucional poderá ser considerado acessível quando trazer as suas informações claras para que a pessoa candidata se aproprie do que está lendo.

Desse modo, o edital no momento da inscrição precisa “fazer sentido para alguém”, e acessibilizá-lo é um processo trabalhoso, que requer esforço e, principalmente, precisa considerar a alteridade, podendo ser comparado a uma “tradução dentro de uma mesma língua” (Finatto *et* Motta, 2019).

Todavia, hoje dada a mobilidade e a disseminação da informação, especialmente pelo advento da internet e das redes sociais e com a popularização do uso de telefones celulares, torna-se importante ter em mente não só um leitor mais específico, mas considerar vários leitores associados a um leitor inicialmente previsto (Finatto *et* Paraguassu, 2022, p. 21).

Com base nos diálogos e na cooperação com estudante e técnicos administrativos, foi possível obter subsídios para a formulação de diretrizes práticas de acessibilidade inerentes à elaboração dos editais.

Recomenda-se a inserção, no *caput* do edital, da preconização do atendimento às Políticas de Ações Afirmativas da UFSCar voltadas a pessoas que se reconheçam e se autodeclarem como pretas, pardas, indígenas, LGBTQIA+, sejam elas pessoas com ou sem

deficiência, a fim de assegurar os direitos dessa população nos âmbitos da inscrição pelo edital (Lima, 2023).

No mesmo sentido, a ProGrad deve dispor o edital da graduação em Libras, com parceria da Setils para a materialização desse direito.

Conforme disposto na Lei 10.436/2002, no Decreto 5.626/2005 e na Lei 13.146/2015, é importante que os editais para o ingresso na graduação contemplem:

1. Formatação:

- A configuração e a formatação de informações dispostas precisam estar em ambientes virtuais acessíveis, para que possam ser lidas em diferentes contextos e condições, por exemplo, por leitores de tela para pessoas cegas, com baixa visão ou deficiência visual, e possuir extensão em Libras para pessoas surdas ou usuárias da Língua Brasileira de Sinais.
- Utilizar espaçamento de 1,5 centímetros entre linhas.
- Utilizar espaçamento de 2,5 centímetros entre tópicos.
- Utilizar fontes como Arial, Times New Roman e Verdana (são conhecidas por serem fontes não estilizadas).
- Não utilizar unicamente características sensoriais para transmitir o texto, como cor, tamanho e formatação da fonte (por exemplo, o texto todo em negrito, sublinhado ou itálico).
- É recomendável utilizar textos alinhados à esquerda (textos justificados podem gerar espaços irregulares entre as palavras, causando uma falsa pausa na leitura, podendo gerar dificuldades de entendimento para pessoas disléxicas).

2. Estrutura:

- Conter disposições preliminares (como se fosse um sumário ou mapa do edital, para que a pessoa consiga ter um panorama geral do que contém no documento, podendo escolher a seção que lhe interessa).
- Ter orientação didática intuitiva, organizar em tópicos temáticos, dispor os itens do regulamento em níveis diferenciados e hierarquizados por assunto (organizar os itens de forma hierárquica, considerando a ordem de importância e subordinação dos conteúdos, facilitando a leitura e compreensão).
- No processo de hierarquização dos itens do edital, o conteúdo deve ser organizado e disposto em uma lógica que possa favorecer a compreensão em relação aos direitos e deveres ao longo do processo seletivo.
- Inserir quadro explicativo sobre o sistema de reserva de vagas, sistematizando a caracterização e os critérios referentes a cada grupo das vagas, de cada curso e turno.
- Colocar anexos no próprio corpo do texto, para que a pessoa possa identificar a sequência de sua leitura e os formulários a serem preenchidos.
- Dispor respaldos institucionais no fim do documento, inseridos como notas, pois são importantes para a universidade e para a pessoa candidata. Um exemplo retirado do edital de 2022 está exposto na Tabela 5 a seguir.

Tabela 5

Exemplo do trecho sem respaldos institucionais

Onde se lê:	Lê-se:
“os documentos necessários para a realização da matrícula dos candidatos selecionados, inclusive aqueles necessários à comprovação do preenchimento dos requisitos exigidos pela Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, incluindo-se as respectivas alterações dadas por meio da Portaria Normativa MEC nº 9, de 05/05/2017 e Portaria Normativa MEC nº 493, de 22 de maio de 2020, publicadas no DOU de 25/05/2020” (Edital de Ingresso 2022).	“os documentos necessários para a realização da matrícula das pessoas candidatas, inclusive aqueles necessários à comprovação do preenchimento dos requisitos exigidos pelo Ministério da Educação”.

3. Escrita e compreensibilidade de termos técnicos:

- Utilizar frases curtas e objetivas (de modo simplificado para facilitar a compreensão).
- Dividir parágrafos longos em sentenças mais curtas.
- Evitar uso de termos especializados ou difíceis de pronunciar (podem não ser claros para todas as pessoas).
- Utilizar palavras comuns no lugar de outras pouco familiares.
- Utilizar, preferencialmente, a voz ativa (ocorre quando se evidencia a prática, a ação, como no modo imperativo dos verbos).

- Inserir lista de definições ou glossário para palavras que podem ser ambíguas, desconhecidas ou usadas de forma muito específica (por exemplo, “solicitar recurso” por “solicitar pedido de revisão”).
- Disponibilizar explicação de termos técnicos quando forem usados e também a identificação da forma completa de siglas.
- Defendemos a não utilização da sigla PcD, pois, por mais que ela facilite e “economize” os espaços da escrita, corremos o risco de desvaloriza a condição precedente de serem pessoas de direitos.

4. Elementos não textuais:

- Elementos não textuais, como imagens, figuras e sons, devem ser descritos em texto, também de forma clara, objetiva e simples.
- No texto alternativo de uma imagem, evitar repetições de informações já apresentadas no texto.
- A descrição de imagem pode ser um pouco extensa, desde que tenha por objetivo oferecer informações relevantes que precisam estar mais detalhadas.
- Incluir legenda e janela com intérpretes de Libras nos vídeos para permitir acesso amplo às pessoas surdas.
- Incluir audiodescrição em imagens de maneira automática para leitores de tela.

5. Flexão de gênero:

- Utilizar, preferencialmente, palavras neutras, por exemplo, pessoa candidata, candidatura e população.
- Utilizar palavra “pessoa” e “quem” no lugar do substantivo masculino, por exemplo “para quem ainda não fez o pedido de revisão” ou “para a pessoa que ainda não fez o pedido de revisão”.

- Evitar termos como “tod@s”, “todes”, “todxs” em busca de uma linguagem mais inclusiva, pois pode dificultar a leitura por leitores de tela ou em outras condições específicas de leitura, devido a utilização de @ e/ou x no meio de palavras.

6. Ativos digitais e tecnológicos:

- Utilizar formatos textuais acessíveis, como PDF pesquisável, *Word Document* (DOC) ou *Open Document Text* (ODT), que são compatíveis com *softwares* leitores de tela.
- Usar *links* para complementar uma informação, *links* correlacionados, e não para mudar o assunto e dispersar.
- Evitar *link* do tipo “clique aqui” ou “veja mais”, pois essas expressões não são úteis para pessoas que usam leitores de tela. Recomenda-se os termos “clique”, “*link* externo” ou “abre em nova janela” junto ao assunto para facilitar o acesso a pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva (por exemplo, “Clique para acessar o Termo de Adesão do Sisu”).
- Certificar que *hiperlinks* a outras páginas ou a instrumentos específicos do texto estejam presentes, inclusive no sumário, possibilitando que a pessoa transite pelo tópico que desejar.

7. Tabelas:

- Evitar uso de tabelas com colunas vazias, pois atrapalha a leitura dos dados pelos leitores de tela.
- Sempre que possível, dividir assuntos em tabelas simples, pois tabelas complexas podem apresentar difícil compreensão para a pessoa que usa leitor de tela ou tenha comprometimento visual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões deste estudo visaram compreender os fenômenos relacionados à acessibilidade comunicacional e informacional em editais de ingresso na graduação, frente à dinâmica de trabalho da UFSCar, a qual mostrou ter uma filosofia de poder identificar e organizar aspectos que tangenciam os direitos formais e materiais para pessoas candidatas, sendo elas com ou sem deficiência.

Esta pesquisa procurou produzir conhecimento sobre a acessibilidade, nos contextos da Educação Especial como transversal e interdisciplinar a todos os níveis de ensino, e assim fomentar outras pesquisas sociais aplicadas no âmbito da legitimação de direito na abordagem da acessibilidade em textos institucionais da Educação Superior.

Para além da sistematização dos estudos sobre inclusão e acessibilidade na Educação Superior, a pesquisa buscou, ainda, identificar práticas sociais, acadêmicas/institucionais e científicas que potencializassem discussões de diretrizes acessibilizáveis, bem como práticas de diálogos, espaços de partilha e de troca de informações.

Frente a esse direcionamento, a UFSCar mostrou apoio à materialização da acessibilidade no contexto das Ifes. “É essa organização institucional que pode ser um passo inicial para a processual construção e concretização de espaços e atitudes acessíveis” (Lima, 2023, p. 140).

Simultaneamente a esses espaços, a pesquisa pôde desvelar indagações sobre o desafio de materializar o processo de democratização do acesso à informação jurídica acessível, aspecto predominante em editais de ingresso, reconhecendo as diversidades cultural, educacional e linguística que constituem nosso país e considerando variáveis e condições inerentes a todas as pessoas candidatas, como alfabetização funcional, letramento funcional e letramento digital.

Desse cenário, foi possível identificar que o edital de ingresso possui uma caracterização de estrutura e linguagem complexas para estudantes que concluem o Ensino Médio e que desejam o ingresso na universidade.

Considerando o edital como porta de entrada para um novo ciclo na vida do estudante, sua formalidade de escrita pode se mostrar confusa, acarretando na não efetivação do ingresso.

Assim, foi possível encontrar fragilidades na linguagem e formalidade, nos procedimentos, na acessibilidade digital e na acessibilidade linguística do edital.

Para a discussão dos dados, foram consideradas as obras encontradas no levantamento bibliográfico, a Lei Brasileira de Inclusão, publicações sobre linguagem simples e cartilhas de acessibilidade comunicacional.

Com a importância de estabelecer entendimentos sobre os processos de garantia do direito de ingresso (direito formal) e acesso (direito material), nesse sentido, o acesso à comunicação precisa garantir, nela mesma, a sua acessibilidade.

Sobre esses aspectos, também foram identificadas as diversas etapas que constituem a construção do edital, tais como planejamento, gerenciamento de tempos, interdisciplinaridade, intersetorialidade e recursos humanos, os quais trouxeram possibilidades positivas, mas que também possuem desafios derivados de culturas hegemônicas e tradicionais de uma instituição pública.

Todavia, os atores institucionais podem quebrar essas barreiras caso se sustentem nas premissas de equidade, convivencialidade, alteridade e legitimidade de direitos, com o objetivo de engajamento por parte das pessoas candidatas.

Compreende-se que não só foi possível registrar as indagações dos técnicos administrativos e estudante, mas também sistematizar alternativas que se encontram na intenção da materialização da acessibilidade.

Espera-se que a organização deste estudo possa não apenas contribuir com a instituição pesquisada, mas também com outras Ifes em suas respectivas realidades e aspectos que fazem sentido a elas.

Nesse mesmo movimento, que também possa contribuir com as comunidades acadêmico-científicas ao possibilitar sua replicação nos editais de outras universidades e em outros documentos formais, os quais são publicados para a diversidade de populações existentes no país.

Diante disso, espera-se, com os resultados deste estudo, a ressignificação da acessibilidade, que está para além de rampas, para que a acessibilidade comunicacional e informacional esteja intrinsicamente ligada aos processos de divulgação científica, com o intuito de tecer reflexões e discussões acadêmicas coletivas.

Entendemos que cada universidade possui suas particularidades no que diz respeito a mudanças estruturais, atitudinais e culturais, porém, à luz dos resultados, algumas práticas que compõem a intersetorialidade e interdisciplinaridade precisam ser revistas de modo propositivo, a fim de potencializar as práticas já existentes e de criar alternativas ainda inexistentes ou pouco comuns no contexto.

A revisão dos editais é um movimento complexo por reconhecer grupos diferentes que compõem a universidade, mas é uma maneira de apresentar uma possibilidade de a instituição ressignificar suas próprias condutas e agir de acordo com o que ela mesma institui como política de ações afirmativas.

Não é uma ciência exata, mas um exercício de ponderação e alteridade, o qual reflete constantemente nas práticas. Importa que a revisão do edital não ocorra de forma meramente mecânica e textual, mas de modo a evitar a cristalização existente na comunidade acadêmica.

Dessa forma, com a produção de pesquisas aplicadas, é possível que, academicamente, contribuam não só com a instituição, mas também com a população desejante ao ingresso,

assim também para técnicos administrativos, professores, coordenadores e gestores que fazem parte do processo de elaboração do edital.

As pesquisas sociais aplicadas de natureza científica, com a promoção da discussão na graduação sobre a acessibilidade comunicacional e informacional, se transformam em benefício com a materialização de direitos, podendo ser traduzidos como relevância social a prover a população, por exemplo, por meio de um edital que seja mais acessível, acessível e acessibilizado.

Acreditamos que a relevância social pode fortificar a acessibilização não só da UFSCar, mas de outras universidades que visem legitimar e cumprir os direitos fundamentais de toda a população.

Desde o movimento de construção do edital acessível, ainda que pequeno no início, a UFSCar tem olhado mais atentamente ao aprimoramento do documento, conforme ele é aplicado e conforme novas normativas vão surgindo e sendo implantadas, sendo possível já notar diferença nos editais, como no de 2024 ([ANEXO F – link de navegabilidade](#)).

As pesquisas sociais aplicadas são fundamentais para compreender as nuances e os caminhos ainda a serem pavimentados sob a abordagem da acessibilidade. Alguns tensionamentos ainda carecem de explorações e análises mais profundas, as quais esta pesquisa não conseguiu suprir em sua totalidade.

Com base nesse cenário, podemos propor possibilidades de investigação, as quais busquem alcançar mais ainda a acessibilidade no ingresso na graduação no contexto brasileiro, tão pouco analisado. Isso, em benefício do conhecimento científico, tornando-o algo prático e concreto.

Os resultados levantados durante a coleta e análise de dados indicaram mais elementos que possivelmente podem ser trabalhados de forma primária pela UFSCar e pelas demais

universidades que procuram difundir conhecimento sobre acessibilidade comunicacional e informacional em suas práticas:

- estudos que analisem conceitos sobre a acessibilidade comunicacional e informacional em relação a documentos formais e institucionais, como o edital de ingresso;
- pesquisas que relacionem o cenário brasileiro de alfabetização com o ingresso na universidade e a complexidade de engajamento de pessoas candidatas na Educação Superior;
- análises que tratem sobre os relatos de técnicos administrativos, professores, coordenadores e alunos em relação ao âmbito da graduação e suas nuances administrativas;
- pesquisas que explorem a subjetividade de alunos que concluem o Ensino Médio e desejam ingressar na universidade, professores e famílias, diante dos processos de realização do Enem e inscrição via Sisu e/ou reserva de vagas.

Pesquisas dessa natureza seriam de extrema pertinência não só pela relevância científica, mas para a continuidade acadêmica das Ifes brasileiras.

Salientamos essas sugestões de futuros estudos, pois temos ciência de que o assunto “acessibilidade comunicacional e informacional” não foi esgotado, e, talvez, isso nem esteja perto de acontecer. Os assuntos que foram abordados na pesquisa possuem potencial de serem individualmente explorados com mais profundidade.

Nesse contexto, a Educação e a Educação Especial precisam dedicar-se mais sobre a acessibilidade cognitiva e linguagem simples, investigando barreiras, implementações e gerenciamentos de construção de um texto acessível.

Entende-se, assim, que a pesquisa também é uma revisão de si mesma (autoanálise) e do próprio funcionamento (autogestão), o que também contribuiu na ressignificação de

conceitos e na promoção da construção do saber coletivo, em preceitos de cooperação, alteridade e convivencialidade.

Por fim, espera-se que o estudo contribua para análises continuadas sobre o edital do Sisu, para não perder de vista a democratização do acesso, em suas comunicações acessíveis, para que a materialidade do direito faça sentido nos editais de ingresso.

REFERÊNCIAS

- Abdala, I. E. (2020). [Jornada exaustiva de trabalho: dano existencial. *Revista Jurídica do Nordeste Mineiro*, 1\(1\). \(link externo para o artigo\).](#)
- Almeida, L. S. L., Machado, J. M., & Cabral, L. S. A. (2022). [Cães-guia em contextos educacionais. *Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, 9\(2\), 53–70. \(link externo para o artigo\).](#)
- Baer, K. *Information Design Workbook: Graphic approaches, solutions, and inspiration + 30 case studies*. Rockport Publishers.
- Barbosa, S. D. J., Silva, B. S., Silveira, M. S., Gasparini, I., Darin, T., & Barbosa, G. D. J. (2021). *Interação humano-computador e experiências do usuário*. Autopublicação.
- Baremblytt, G. F. (2002) *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática* (5a ed.). Instituto Felix Guattari.
- Base Nacional Comum Curricular. (2017). Ministério da Educação.
- Braibant, J. (1997). A decodificação e a compreensão: Dois componentes essenciais da leitura no 2º ano primário. In J. Grégoire, & B. Piérart (Orgs.), *Avaliação dos problemas de leitura: Os novos modelos teóricos e suas implicações diagnósticas* (pp. 167–187). Artes Médicas.
- Brancher, J. J. L., & Pieczkowski, T. M. Z. (2022). Inclusão de estudantes com deficiência intelectual na educação superior e processos de subjetivação. In T. M. Z. Pieczkowski, L. Piovezana, & I. Dickmann (Orgs.), *Pesquisa na Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação: dez (10) anos do PPGE da Unochapecó* (pp. 278–298). Argos.
- Breda, D. C. (2013). [A inclusão no ensino superior: um estudante surdo no programa de pós-graduação em educação \[Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo\]. Repositório da Ufes. \(link externo para a dissertação\).](#)

- Bridger, R. S. (1995). *Introduction to Ergonomics*. McGraw-Hill.
- Cabral, L. S. A. (2010). *A legislação brasileira e italiana sobre Educação Especial: da década de 1970 aos dias atuais* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar.
- Cabral, L. S. A. (2017). Inclusão do público-alvo na educação especial no ensino superior brasileiro: histórico, políticas e práticas. *Revista de Educação*, 22(3), 371–387.
- Cabral, L. S. A. (2018). [Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino brasileiro. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 26\(57\). \(link externo para o artigo\).](#)
- Cabral, L. S. A. (2021). Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IF-BrM), Diferenciação e Acessibilidade Curricular. *Cadernos Cedes*, 41(114), 153–163.
- Cabral, L. S. A., & Melo, F. R. L. V. (2017). [Entre a normatização e a legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras. *Educar em revista*, 33, 55–70. \(link externo para o artigo\).](#)
- Cabral, L. S. A., Mendes, E. G., & Ebersold, S. (2023). [Reconfiguração do fazer coletivo e as funções da acessibilidade na Educação Superior. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 12\(3\), 978–999. \(link externo para o artigo\).](#)
- Cabral, L. S. A., & Santos, B. C. (2017). Instrumentos informatizados institucionais para a identificação de necessidades educacionais de estudantes universitários. *Inclusão Social*, 11(1), 105–117.
- Cabral, L. S. A., Santos, V., & Mendes, E. G. (2018). [Educação especial na educação superior: podemos falar em democratização do acesso? *Educação e Fronteiras*, 8\(23\), 111–126. \(link externo\).](#)
- Canevaro, A., D'Alonzo, L., & Ianes, D. (Orgs.). (2009). *L'integrazione scolastica di alunni com disabilità dal 1977 al 2007*. Bozen-Bolzano University Press.

- Cardoso, A. B. (2023). [*Acessibilidade para deficientes visuais: um estudo na biblioteca central da Universidade Federal da Paraíba*](#) [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repertório Institucional da UFPB. ([link externo para a dissertação](#)).
- Carmo, J. R. S. B., & Melo, V. D. S. (2020). [Políticas públicas de inclusão: um estudo sobre a acessibilidade comunicacional do sujeito surdo na Secretaria de Estado da Educação do estado do Amapá](#). *Inovação & Tecnologia Social*, 6(2), 120–136. ([link externo para o artigo](#)).
- Carvalho, A. F. (2014). Foucault e a crítica à institucionalização da Educação: implicações para as artes de governo. *Pro-Posições*, 25(2), 103–120.
- Castro, M. J. R., & Brasil, M. V. (2021). [Acessibilidade informacional para pessoas com deficiência visual em uma biblioteca universitária](#). *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 12(1), 104–124. ([link externo para o artigo](#)).
- Castro, S. F. (2011). *Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos].
Repositório Institucional da UFSCar.
- Controladoria-Geral da União. (2022). *Guia de Transparência Ativa*. CGU.
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. (2007). [Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. ([link externo para o documento](#)).
- Costas, F. A. T., & Pacheco, R. V. (2005). O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. *Revista Educação Especial*, 27.

- Costas, F. A. T., & Ferreira, L. S. (2011). Sentido, significado e mediação em Vygotsky: implicações para a construção do processo de leitura. *Revista Iberoamericana de Educación*, 2, 205–223.
- Costalonga, L. R. C. (2019). [Sistema de reserva de vagas para sujeitos com deficiência nas universidades federais do Centro-Oeste brasileiro \[Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados\]. Repositório da UFGD. \(link externo para a dissertação\).](#)
- Cotrim-Guimarães, I. M. A. (2022). [Desigualdades sociais, evasão e permanência no ensino médio integrado: uma análise sob a perspectiva do processo pedagógico \[Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais\]. Repositório da UFMG. \(link externo para a tese\).](#)
- Coutinho, M. M. de A. (2011). *A inclusão da pessoa com deficiência visual na educação superior e a construção de suas identidades* [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Dom Bosco]. Repositório da UCDB.
- Cury, C. R. J., Horta, J. S. B., & Fávero, O. (1996). A Relação Educação-Sociedade-Estado pela mediação jurídico-constitucional. In O. Fávero (Org.), *A educação nas Constituintes Brasileiras: 1823-1988* (pp. 5–30). Autores Associados.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (L. de O. Rocha, Trad.; 2a ed). Artmed.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Diário Oficial da União. (2005). [Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. \(link externo para o documento\).](#)

- Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, Diário Oficial da União. (2009). Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
- Dourado, L. F., Catani, A. M., & Oliveira, J. F. (2004). [Políticas públicas e reforma da educação superior no Brasil: Impasses e perspectivas. *Pro-posições*, 15\(3\), 91–115.](#) ([link externo para o artigo](#)).
- Devin, P. (2020). [La rentrée scolaire 2019 est loin d’avoir été pleinement inclusive. In P. Bourdon, R. Gasparini, F. Legendre, S. Katz, P. Prelorenzo \(Orgs.\), *Enjeux del’école inclusive* \(18a ed, pp. 27–29\). Carnets Rouges.](#) ([link externo para o artigo](#)).
- Ebersold, S. (2008). L’adaptation de l’enseignement supérieur au handicap: évolution, enjeux et perspectives. In OECD (Org.), *L’enseignement supérieur à l’horizon 2030-Démographie* (pp. 241–261). OCDE.
- Ebersold, S. (2014). Orchestration de l’accessibilité, handicap et enseignement supérieur. In Dans P. Legos (Dir.), *Les processus discriminatoires des politiques du handicap* (pp. 147–167). Presses Universitaires de Grenoble.
- Ebersold, S. (2020). Ecole inclusive, Société de la connaissance et Impératif d’accessibilité. *Carnets Rouges*, 18.
- Ebersold, S. (2021). [The Grammar of Accessibility. In S. Ebersold \(Ed.\), *Accessibility or Reinventing Education*. ISTE/Wiley.](#) ([link externo para o artigo](#)).
- Ebersold, S., & Cabral, L. S. A. (2016). [Enseignement Supérieur, Orchestration de l’accessibilité et stratégies d’accompagnement. *Éducation et francophonie*, 44, 134–153.](#) ([link externo para o artigo](#)).
- Fantacini, R. A. F. (2017). *Ações do núcleo de acessibilidade na EaD de uma instituição de educação superior privada e a satisfação dos estudantes com deficiência* [Tese de

- Doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar.
- Felicio, R. G., & Benelli, S. J. (2014). A análise institucional como ferramenta para a atuação no campo do trabalho cooperado na economia solidária. *Diálogo*, 27, 25–37.
- Félix, L. M. Q. (2019). [Estudantes com deficiência na universidade: perfil educacional e socioeconômico \[Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte\]. Repositório da UFRN. \(link externo para a dissertação\).](#)
- Ferati, M., & Beyene, W. M. (2017). Developing heuristics for evaluating the accessibility of digital library interfaces. In M. Antona, & C. Stephanidis (Eds.), *Universal Access in Human–Computer Interaction: Design and Development Approaches and Methods* (pp. 171–181). Springer.
- Fernandes, C. L. T. (2022). [A Libras na lei e na prática escolar: o que temos e o que precisamos. Revista Momento – diálogos em educação, 31\(2\), 255–281. \(link externo para o artigo\).](#)
- Fernandes, J. D. P. B. (2018). [Diagnóstico da acessibilidade informacional na Biblioteconomia brasileira. Informação Em Pauta, 3\(1\), 132–133. \(link externo para o artigo\).](#)
- Ferreira, J. M. M. C. (2020). [Acesso e permanência de pessoas com deficiência na universidade de Brasília: sentidos de educação inclusiva \[Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília\]. Repositório da UnB. \(link externo para a dissertação\).](#)
- Figueira, E. (2019). [Introdução geral à educação inclusiva \(2a ed.\). Revista Ampliada. \(link externo para o artigo\).](#)
- Finatto, M. J. B., & Motta, E. (2019). [Terminologia e Acessibilidade: novas demandas e frentes de pesquisa. Revista GTLex, 2\(2\), 316–356. \(link externo para o artigo\).](#)

- Finatto, M. J. B., & Paraguassu, L. B. (2022). [*Acessibilidade textual e terminológica*](#). Edufu. [\(link externo para o livro\)](#).
- Fischer, H. (2018). *Clareza em textos de e-gov, uma questão de cidadania: subsídios do movimento mundial pela linguagem clara para facilitar a compreensão de textos que orientam cidadãos em ambientes de governo eletrônico*. Com Clareza.
- Fischer, H. (2021). [*Impacto da linguagem simples na compreensibilidade da informação em governo eletrônico: o caso de um benefício do INSS*](#) [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. Repositório da PUC. [\(link externo para a dissertação\)](#).
- Franco, M. L. P. B. (2005). *Análise de conteúdo* (2a ed.). Líber Livro.
- Gavério, M. A. (2017). Nada sobre nós, sem nossos corpos! O local do corpo deficiente nos Disability Studies. *Revista Argumentos*, 14(1), 95–117.
- Gil, A. C. (2010). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (5a ed.). Atlas.
- Indicador de Alfabetismo Funcional. (2018). [*Alfabetismo no Brasil*](#). [\(link externo para o documento\)](#).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). [*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Educação: 2019*](#). IBGE. [\(link externo para o documento\)](#).
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2018). [*Relatório Brasil no Pisa 2018: Versão Preliminar*](#). Inep/MEC. [\(link externo para o documento\)](#).
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2020). [*Histórico Inep*](#). [\(link externo para o documento\)](#).
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2021). [*Censo da Educação Superior*](#). [\(link externo para o documento\)](#).

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2023). [Censo da Educação Superior 2022: divulgação dos Resultados. \(link externo para o documento\).](#)
- James, N. (2008). [Setting the standard: some steps toward a plain language profession. Clarity, 59, 11–18. \(link externo para o artigo\).](#)
- Köche, R. (2017). *Direito da alteridade: democracia e desigualdade nos rastros da (in)diferença*. LiberArs.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Diário Oficial da União. (1996). [Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. \(link externo para o documento\).](#)
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Diário Oficial da União. (2002). [Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. \(link externo para o documento\).](#)
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Diário Oficial da União. (2011). [Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. \(link externo para o documento\).](#)
- Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, Diário Oficial da União. (2012). [Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. \(link externo para o documento\).](#)
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Diário Oficial da União, seção 1. (2015). [Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência \(Estatuto da Pessoa com Deficiência\). \(link externo para o documento\).](#)
- Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, Diário Oficial da União. (2016). [Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas](#)

[com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. \(link externo para o documento\).](#)

Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021, Diário Oficial da União. (2021). [Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual. \(link externo para o documento\).](#)

Lei nº 17.316, de 6 de março de 2020, Diário Oficial da Cidade de São Paulo. (2020). [Institui a Política Municipal de Linguagem Simples nos órgãos da administração direta e indireta \(link externo para o documento\).](#)

Lima, A., & Catelli Jr., R. (2018). [Inaf Brasil 2018: resultados preliminares. Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro. \(link externo para o documento\).](#)

Lima, A. H. (2020). [Entre sons e silêncios: a orquestração da acessibilidade na educação superior \[Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de São Carlos\]. Repositório Institucional da UFSCar. \(link externo para o tcc\).](#)

Lima, A. H. (2023). [Gestão democrática para a acessibilização de programas de pós-graduação stricto sensu: o caso UFSCar \[Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos\]. Repositório Institucional da UFSCar. \(link externo para a dissertação\).](#)

Lima, A. H., & Cabral, L. S. A. (2020). [Gestão democrática na educação superior para a diferenciação e acessibilidade curricular. Revista online de Política e Gestão Educacional, 24\(n. esp. 2\), 1104–1117. \(link externo para o artigo\).](#)

Lima, A. H., Juárez, M. V. V., Cabral, L. S. A., & Lacerda, C. B. F de. (2020). Pessoas com Deficiência na Educação Superior: o caso UFSCar. In A. C. M. Sá, V. H. S. D. Déa, *Acessibilidade e Inclusão no ensino superior: Reflexões e ações em universidades brasileiras*. Cegraf.

- Lourenço, G. F., & Battistella, J. (2018). [Mapeamento de alunos público-alvo da educação especial na Universidade Federal de São Carlos em 2014-2015. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22\(esp.\), 25–32. \(link externo para o artigo\).](#)
- Luria, A. R., Leontiev, A., & Vigotski, L. S. (1991). *Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. Moraes.
- Luz, J. N. N. (2013). [O sistema de seleção unificada \(Sisu\) na Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá – e a relação com a democratização do acesso \[Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso\]. Repositório da UFMT. \(link externo para a dissertação\).](#)
- Machado, J. M. (2022). [Ingresso das pessoas com deficiências na Educação Superior: atos e agentes administrativos em tela \[Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos\]. Repositório Institucional da UFSCar. \(link externo para a dissertação\).](#)
- Madruga, S. (2016). *Pessoas com deficiência e direitos humanos: Ótica da diferença e ações afirmativas*. Saraiva.
- Mainardes, J. (2006). [Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, 27\(94\), 47–69. \(link externo para o artigo\).](#)
- Marinho, M. O., & Vieira, F. O. (2019). [A jornada exaustiva e a escravidão contemporânea. *Cadernos EBAPE.BR*, 17\(2\), 351–361. \(link externo para o artigo\).](#)
- Martins, S., & Filgueiras, L. (2007). [Métodos de Avaliação de Apreensibilidade das Informações Textuais: uma Aplicação em Sítios de Governo Electronico. *Proceedings do Congresso Latinoamericano de la Interación Humanocomputadora. \(link externo para os anais do evento\).*](#)

- Miranda, S. A. (2010). *Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais*. Autêntica.
- Monnerat, G. L. (2011). [Da seguridade social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. *Revista Katálysis*, 14\(1\), 41–49. \(link externo para o artigo\).](#)
- Morais, E. S. (2020). [Tecnologia instrucional em educação especial: uma revisão integrativa da literatura \(2008 – 2018\) \[Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos\]. Repositório Institucional da UFSCar. \(link externo para a dissertação\).](#)
- Morejón, K. (2009). *O acesso e a acessibilidade de pessoas com deficiência no ensino superior público no estado do Rio Grande do Sul* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório da Produção USP.
- Neves, P. S. C. (2010). O contexto de emergência e de consolidação das políticas afirmativas na Universidade Federal de Sergipe. In: F. Marcon, & J. M. dos P. Subrinho (Orgs.), *Ações Afirmativas e Políticas Inclusivas no Ensino Público Superior: a experiência da Universidade Federal de Sergipe*. UFS.
- Nogueira, C. M. M., Nonato, B. F., Ribeiro, G. M., & Flontino, S. R. D. (2017). [Promessas e limites: o Sisu e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. *Educação em Revista*, 33\(2\), 61–90. \(link externo para o artigo\).](#)
- Oliveira, M. K. (2010). *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico* (5a ed.). Scipione.
- Organização das Nações Unidas. (2007). [Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. ONU. \(link externo para o documento\).](#)
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1994). [Declaração de Salamanca. *Necessidades educativas especiais – NEE*. Unesco. \(link externo para o documento\).](#)

- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1990). [Declaração mundial sobre educação para todos. Conferência mundial sobre educação para todos. Unesco. \(link externo para o documento\).](#)
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2006). *Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência*. Unesco.
- Oxford University. (1989). Plain. In *Oxford Advanced Learner's Dictionary*. Oxford University Press.
- Pacheco, R. V., & Costas, F. A. T. (2006). [O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. Revista Educação Especial, 27, 151–169. \(link externo para o artigo\).](#)
- Passos, J. R. C. (2009). Justiça e equidade em Aristóteles. *Revista Augustus, 14*(28).
- Pereira, O. A. A. (2017). [Os reflexos da emenda na Lei de Cotas Sociais para as PCD no acesso e na acessibilidade no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense campus Pelotas \[Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pelotas\]. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. \(link externo para a dissertação\).](#)
- Perfetti, C. A. (1992). A capacidade para a leitura. In R. Sternberg (Org.), *As capacidades intelectuais humanas: Uma abordagem em processamento de informações* (pp. 72–96). Artes Médicas.
- Perfetti, C. A. (1999). Comprehending written language: a blueprint of the reader. In C. M. Brown, & P. Hagoort (Eds.), *The neurocognition of language* (pp. 167–208). Oxford University Press.
- Perfetti, C. A., Landi, N., & Oakhill, J. (2005). The Acquisition of Reading Comprehension Skill. In M. J. Snowling, & C. Hulme, *The science of reading: A handbook* (pp. 227–247). Blackwell.

Pettersson, R. (2012). *It Depends: Principles and guidelines* (4a ed.). IIID Public Library.

[\(link externo para o documento\)](#).

Pettersson, R. (2021). *Text Design: Printed Words. Spoken Words*. IIID Public Library. [\(link](#)

[externo para o documento\)](#).

Pimentel, S., & Pimentel, M. (2017). [Acessibilidade para inclusão da pessoa com deficiência:](#)

[sobre o que estamos falando? Revista FAEEBA, 26\(50\), 91–103. \(link externo para o](#)

[artigo\)](#).

Plain Language Association International. (n.d). [O que é linguagem clara? \(link externo para](#)

[o documento\)](#).

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. (2008).

[Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007,](#)

[prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de](#)

[janeiro de 2008. \(link externo para o documento\)](#).

Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, Diário Oficial da União, Seção 1. (2010).

[Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado](#)

[gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos](#)

[de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele](#)

[participantes. Ministério da Educação. \(link externo para o documento\)](#).

Portaria Normativa nº 9, de 5 de maio de 2017, Diário Oficial da União. (2017). Altera a

Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria Normativa

MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012, e dá outras providências.

Portaria Normativa nº 13, de 17 de maio de 2010, Diário Oficial da União, Seção 1. (2010).

Altera a Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, que institui e regulamenta

o Sistema de Seleção Unificada – SiSU.

Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009, Diário Oficial da União, Seção 1. (2009). [\(link externo para o documento\)](#).

Portaria nº 438, de 28 de maio de 1998, Diário Oficial da União. (1998). [Institui o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM \(link externo para o documento\)](#).

Portaria nº 458, de 5 de maio de 2020, Diário Oficial da União. (2020). Minuta do Parecer do Novo Enem. <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2021-pdf/227221-proposta-de-recomendacoes-ao-novo-enem/file>. Acesso em: 5 agos. 2023.

Portaria nº 807, de 18 de junho de 2010, Diário Oficial da União, Seção 1. (2010). [\(link externo para o documento\)](#).

Quéré, L. (1991). De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo Praxiológico (L. L. Sena, & V. L. Westin, Trad.). *Réseaux*, 46/47. (Do original “D’un modele épistemologique de la communication à un modèle praxéologique”)

Rabello, E., & Passos, J. S. [Vygotsky e o desenvolvimento humano. Portal Brasileiro de Análise Transacional. \(link externo para o texto\)](#).

Resolução nº 015, de 22 de junho de 2009. (2009). [Regulamenta a execução do processo seletivo para ingresso nos cursos presenciais da UFSCar em 2010 e dá outras providências. \(link externo para o documento\)](#).

Resolução ConsUni nº 671, de 14 de junho de 2010. (2010). [Dispõe sobre o processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação da UFSCar-2011. \(link externo para o documento\)](#).

Sales, J. F. (2002). Processos cognitivos na leitura de palavras em crianças: relações com compreensão e tempo de leitura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(2), 321–331.

Salles, J. F. de., Parente, M. A. M. P. (2002). Processos cognitivos na leitura de palavras em crianças: relação com compreensão e tempo de leitura. *Reflexão e Crítica*, 15(2), 321–331.

- Santos, A. C. L., & Dionizio, P. M. (2010). [Sobre uma abordagem propriamente comunicacional: experiência, prática e interação. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. \(link externo para os anais do evento\).](#)
- Santos, A. S. (2012). [Inclusão de estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior da cidade do Natal/RN: análise das condições oferecidas no processo seletivo vestibular \[Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte\]. Repositório Institucional da UFRN. \(link externo para a dissertação\).](#)
- Saviani, D. (1982). [As teorias da educação e o problema da marginalidade. Cadernos de Pesquisa, 42, 8–18. \(link externo para o artigo\).](#)
- Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. (2022). [Guia para uso de linguagem simples. Governo do Distrito Federal. \(link externo para o documento\).](#)
- Seger, R. G. (2016). [As políticas de acesso para estudantes com deficiência nas IES públicas do estado do Paraná \[Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná\]. Acervo Digital da UFPR. \(link externo para a dissertação\).](#)
- Silveira, M. A. K. (2012). Lei de acesso a informações públicas (lei nº 12.527/2011) democracia, república e transparência no estado constitucional. *RPGE*, 33(69), 231–260.
- Skliar, C. (1998). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Mediação.
- Skliar, C. (2003). *Pedagogia (Improvável) da Diferença: e se o outro não estivesse aí?* DP&A.
- Soares, M. (2002). Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação e Sociedade*, 23(81), 143–160.
- Soares, M. (2006). *Letramento: um tema em três gêneros*. Autêntica.
- Spinoza, B. (2009). *Ética* (T. Tadeu, Trad.). Autêntica.

- Sposáti, A. (2001). A inclusão social e o programa de renda mínima. *Serviço Social e Sociedade*, 66(22), 76–90.
- Stroparo, E. M., & Moreira, L. C. (2021). [Bibliotecas universitárias federais brasileiras: acessibilidade/avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Educação*, 46\(1\), 1–20. \(link externo para o artigo\).](#)
- Súmula 377, Superior Tribunal de Justiça. (2009).
- Tartuci, T. M. (2014). [Ingresso e permanência de alunos com deficiência na UFG/Campus Catalão \[Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás\]. Repositório Institucional da UFG. \(link externo para a dissertação\).](#)
- Tavares, B. (2015). [Acessibilidade informacional na biblioteca universitária \(BU\) Universidade Federal de Santa Catarina \[Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina\]. Repositório da UFSC. \(link externo para o tcc\).](#)
- Termo de Referência. Novo Enem e Sistema de Seleção Unificada. (2009). [Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. \(link externo para o documento\).](#)
- Tibyriçá, R. F. (2018). [Direito à educação das pessoas com deficiência após a Lei Brasileira da Inclusão. *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*, 3\(18\), 59–67. \(link externo para o artigo\).](#)
- Universidade Federal de São Carlos. (2016). [Políticas de ações afirmativas, diversidade e equidade da Universidade Federal de São Carlos. Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade. \(link externo para o documento\).](#)
- Veiga, C. L. (2020). [O atendimento especial do programa de ingresso seletivo misto \(Pism\) da Universidade Federal de Juiz de Fora: histórico, desafios e possibilidades \[Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Juiz de Fora\]. Site do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Básica da UFJF.](#)

[\(link externo para a dissertação\).](#)

Vygotsky, L. (1988). *A formação social da mente* (7a ed.). Martins Fontes.

Vygotsky, L. S. (1991). *A formação social da mente* (4a ed.). Martins Fontes.

Vygotsky, L. S., Luria, A. R., & Leontiev, A. N. (1988). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. Ícone.

Zampar, J. A. S. (2013). [O estudante com deficiência no ensino superior \[Apresentação de trabalho\]. 7º Congresso brasileiro multidisciplinar de educação especial, Londrina.](#)

[\(link externo para os anais do evento\).](#)

**APÊNDICE A – REPRESENTATIVO DE LEGISLAÇÕES NACIONAL,
INTERNACIONAL, NORMAS TÉCNICAS E RECOMENDAÇÕES PARA A
ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL E COMUNICACIONAL**

Tabela 6

Legislação Nacional para assegurar a garantia do direito à acessibilidade informacional e comunicacional em editais de ingresso para a Educação Superior

Status do Documento	Documento	Caput	Artigos de destaque para a temática da presente pesquisa
Lei	<u>Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (link externo)</u>	Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.	Artigo 46, alínea d
Lei	<u>Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 (link externo)</u>	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	Artigo 2, alínea d; Artigo 17
Lei	<u>Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (link externo)</u>	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.	Artigo 1
Lei	<u>Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (link externo)</u>	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de	Artigo 5

		janeiro de 1991; e dá outras providências.	
Lei	<u>Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (link externo)</u>	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	Artigo 69
Decreto	<u>Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (link externo)</u>	Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	Artigo 2, inciso III
Decreto	<u>Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 (link externo)</u>	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.	Artigo 2 – Definições
Decreto	<u>Decreto nº 7724, de 16 de maio de 2012 (link externo)</u>	Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.	Artigo 8, inciso II
Portaria	<u>Portaria nº 3, de 7 de maio de 2007 (link externo)</u>	Institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – e-MAG no âmbito	Artigo 1

		do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP.	
--	--	--	--

Tabela 7

Documentos internacionais que subsidiam a garantia da acessibilidade informacional e comunicacional

Status do Documento	Documento	Caput	Artigo de destaque
Convenção	<u>Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, de 9 de setembro de 1886, revista em Paris, a 24 de julho de 1971 (link externo)</u>	Promulga a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, de 9 de setembro de 1886, revista em Paris, a 24 de julho de 1971.	Artigo 14, alínea c
Tratado	<u>Tratado de Marrakesh (link externo)</u>	Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.	Artigo 2, alínea c; Artigo 4

Tabela 8

Diretrizes e normas técnicas que subsidiam a garantia da acessibilidade informacional e comunicacional

Status do Documento	Documentos internacionais	Caput	Artigo de destaque
Diretrizes	<u>Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico- eMAG (link externo)</u>	Recomendações de Acessibilidade.	Capítulo 3
Diretrizes	<u>Web Accessibility Initiative – WAI / W3C (em inglês – link externo)</u>	Strategies, standards, resources to make the web accessible to people with disabilities	<u>Essential Components of web Accessibility</u> (link externo)

		(Estratégias, padrões e recursos para tornar a web acessível a pessoas com deficiência).	(Fundamentos da Acessibilidade na Web)
Normas Técnicas	<u>Comitê Brasileiro (CB-40) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (link externo)</u>	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços, equipamentos urbanos e apresentações de trabalhos acadêmicos.	ABNT NBR 9050 (link externo) ABNT NBR 14724 (link externo)
Regimento	<u>Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (link externo)</u>	Convenção de Berna (Constituição Federal, art. 5º, x 2º e 109, III, garantem a aceitação dos tratados e acordos internacionais como lei interna).	Artigo 9

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPANTES DA PESQUISA “CONSTITUINTES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PERSPECTIVA DA ACESSIBILIDADE EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU”

(Resolução Nº 510/2016 do CNS)

Nós, Luana Alves de Abreu Braseliano e Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – PPGEEs/UFSCar, vimos convidá-lo(a) a participar da pesquisa de mestrado intitulada “Acessibilidade Comunicacional e Informacional em Editais de Ingresso da Educação Superior”.

O objetivo geral do presente estudo é identificar e analisar os elementos da acessibilidade que constituem o edital de ingresso da graduação da Universidade Federal de São Carlos, na perspectiva comunicacional e informacional, por meio de ativos digitais e materiais audiovisuais.

A coleta de dados contempla encontros virtuais que abordarão as temáticas relacionadas ao tema, respectivamente: a) processo seletivo; b) acessibilidade do edital; c) formulação do edital.

Nesse processo, à luz da resolução nº 510/16, das “Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual”, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e após apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição sede, comprometemo-nos junto à/ao participante, em relação aos riscos e benefícios da pesquisa: enviar e, previamente, esclarecer na modalidade *online* o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e as finalidades da pesquisa; ainda, eventuais situações de vulnerabilidade serão consideradas e, se em decorrência da própria pesquisa seja necessário, prevemos assistência psicológica e prezaremos pela dignidade do participante.

Se, durante os procedimentos, algum participante sofrer qualquer tipo de desconforto ou inconveniente, a pesquisa poderá ser interrompida, se assim desejar.

Valendo-se dos princípios da beneficência, da não maleficência e da justiça em relação aos dados pessoais e sensíveis dos participantes (números de documentos, dados referentes a saúde, vida sexual, dado genético ou biométrico, origem racial ou étnica, opinião política, filiação a sindicato, organização de caráter religioso e/ou filosófico), e mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), serão assegurados o sigilo da identidade, privacidade, confidencialidade e anonimato de suas respostas nas divulgações social, acadêmica e científica dos resultados, em atendimento, inclusive, do artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

As ações previstas no projeto não envolverão a presença física do pesquisador e do/a participante de pesquisa, com vistas a preservação, proteção, segurança e os direitos dos participantes da pesquisa e dos próprios pesquisadores em um cenário de pandemia decorrente da Covid-19. Nesse sentido, o contato com os participantes e a coleta de dados ocorrerão integralmente em ambiente virtual. O(a) senhor(a) ao aceitar participar da pesquisa irá:

eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura deste termo (TCLE), o qual poderá ser impresso ou solicitado ao pesquisador via endereço de e-mail fornecido, se assim o desejar. Você poderá imprimir uma via deste termo ou, se desejar, o pesquisador poderá encaminhar uma via assinada por e-mail ou da maneira como preferir. Para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa, uma vez concluída a coleta de dados, o pesquisador se responsabiliza por fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou “nuvem”. O pesquisador é responsável por fazer o download dos dados, não sendo indicada a sua manutenção em qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou “nuvem”.

Destacamos a relevância social e a importância de sua participação nessa pesquisa, por valiosamente auxiliar-nos na obtenção de elementos imprescindíveis que poderão contribuir, cooperativamente, com as reflexões e discussões acadêmico-científicas que visem a potencialização de direcionamentos no âmbito da gestão institucional de pós-graduação na perspectiva da acessibilidade.

Sua participação é voluntária e não acarretará custos e compensações financeiras. A qualquer momento o(a) senhor(a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento, sem nenhum prejuízo aos envolvidos na pesquisa. Caso encontre qualquer problema ou tenha alguma dúvida prévia, durante ou após a sua participação na pesquisa, o(a) senhor(a) poderá comunicar-se por meio dos contatos (telefone e/ou e-mail) que constam respectivamente nas assinaturas do presente termo.

Observação: Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar, que, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem a responsabilidade de garantir e fiscalizar que todas as pesquisas científicas com seres humanos obedeçam às normas éticas do País e que os participantes de pesquisa tenham todos os seus direitos respeitados.

Luana Alves de Abreu Braseliano
(Pesquisadora do estudo)
Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – PPGEES
Universidade Federal de São Carlos
Fone: (16) 99209-9521
E-mail: luanaabreu@estudante.ufscar.br

Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral
(orientador e pesquisador do estudo)
Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – PPGEES
Universidade Federal de São Carlos
Fone: (16) 98262-8231
e-mail: leonardocabral@ufscar.br

Declaro que entendi o objetivo, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Parecer nº 2.997.423 do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em Seres Humanos da UFSCar, que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís, km 235, CEP 13.565-905, São Carlos-SP. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Telefone (16) 3351-9685. Atendimento: 08h às 11h.

Local e data _____
Nome do participante da pesquisa _____

APÊNDICE C – AVALIAÇÃO HEURÍSTICA

- H1. Prover texto alternativo para conteúdos não textuais;
- H2. Facilitar aos usuários ver ou ouvir o conteúdo (controles de contraste e aumento de fonte);
- H3. Possibilitar que as funções estejam acessíveis por meio de teclado;
- H4. Prover meios de ajudar o usuário a navegar na interface e encontrar conteúdo (hierarquia adequada de títulos);
- H5. Ter ícones simples e significativos (evitar ícones complexos); H6. Evitar informação irrelevante;
- H7. Concentrar informação no centro da página (ou ser acessível via TA de forma rápida); H8. Ter conteúdo da página e navegação em conformidade com padrões e expectativas (uso de linguagem simples e consistente);
- H9. Prover espaço adequado entre conteúdos (entre links e texto);
- H10. Sistema de busca deve cuidar de erros de digitação (tolerância a erros de digitação); H11. Mensagens de erro devem ser simples e claras (ter um guia de ajuda);
- H12. Prover descrição com significado adequado para títulos de links (evitar links com o mesmo título);
- H13. Prover descrição de tipo de material (pdf, áudio, vídeo, epub, xml);
- H14. Os recursos devem indicar o estado de sua disponibilidade;
- H15. Ter capacidade de autopreenchimento no sistema de busca;
- H16. Prover título e organização adequada de filtros e agrupamentos.

APÊNDICE D – QUESTÕES DAS ENTREVISTAS

6. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DISCENTE DA UFSCar

Conte um pouco sobre a sua trajetória de vida, com quantos anos está e quando ingressou na universidade?

Dentro da sua trajetória de vida, como foi o seu percurso escolar e o que te fez escolher esta formação?

Você já teve contato com outros ingressos em universidades ou apenas esse?

Já teve contato com outros editais?

Você se lembra do percurso realizado para o ingresso na universidade?

Em relação ao edital de ingresso, como foi realizada a leitura?

No edital da graduação você precisou procurar textos ou vídeos alternativos como auxílio? (H1)

Foram necessários controles de contraste e aumento de fonte ou buscou a ferramenta de ouvir a leitura do conteúdo? (H2)

Encontrou acessibilidade por meio do teclado, mouse ou a própria página da web? Precisou de auxílio para acessar? (H3)

Você identificou os ícones e menus apresentados no site para encontrar o edital? (H5)

As informações no edital foram claras para seguir o passo a passo da inscrição? (H6, H7, H8)

Você conseguiu encontrar a informação desejada com facilidade? (H6, H7, H8)

Como você define o uso da linguagem do edital? (H6, H7, H8)

Você leu o edital sozinho ou foi preciso auxílio de alguém? Por quê? (H6, H7, H8)

Houve momentos da leitura do edital em que você se sentiu confuso com as informações? (H6, H7, H8)

Houve momentos em que você compreendeu com facilidade as informações? (H6, H7, H8)

A estrutura do texto apresenta adequação entre os conteúdos (sequência lógica)? (H9)

Qual sugestão de acessibilidade você daria sobre o edital, em relação a sua escrita, formatação, e meios de transmissão (áudio, vídeo, pdf...)? (H13)

7. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TÉCNICO ADMINISTRATIVO CIG – UFSCar

Em relação ao movimento de construção do edital e das mudanças de 2022 para 2023, você poderia falar sobre os recursos humanos, a intersetorialidade, os tempos, os espaços para realização da acessibilidade do edital?

O que você notou de diferença nos editais, em comparação dos anos de 2022 e 2023? E das alterações que foram feitas?

O que você sugere para a instituição sobre os movimentos em relação à construção do edital?

Qual a relação do setor jurídico em aceitar as mudanças do edital?

Em qual site se deve entrar para poder ter o maior número de informações sobre o ingresso?

Qual seria o fluxo ideal para o processo de elaboração ou revisão do edital, o mês em que começaria, quem estaria envolvido?

8. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TÉCNICO ADMINISTRATIVO SAADE – UFSCar

Como foi e é sua trajetória na UFSCar, sua transição da graduação para efetivação como funcionário?

Na sua época de graduação, já existia algum setor falando sobre ações afirmativas?

Quando a Saade iniciou, como funciona e para que serve ela?

Você nota diferença da UFSCar antes e depois da Saade?

Como era o edital da época que realizou a graduação e qual a diferença para os de hoje?

Qual a relação da Saade com a elaboração ou revisão do edital?

Em relação à questão socioeconômica, como funciona isso frente aos assistentes sociais?

Durante as bancas de verificação, as pessoas candidatas trazem muitas dúvidas sobre a documentação que deverá apresentar na universidade?

Em relação à visão monocular, que entrou no edital de 2023, e para 2024 os quilombolas, qual sua visão do assunto?

Se a pessoa se candidata pela reserva de vagas nos grupos de modalidade para pessoa com deficiência e socioeconômica, ela teria que passar por duas bancas de verificação?

E pela sua experiência com a Saade, reserva de vagas e ações afirmativas, a UFSCar pensa em algo para as pessoas transgênero?

Acompanhando o edital de 2022, percebemos que, devido às demandas, alguns setores não participaram ativamente da elaboração ou revisão do edital. A reunião do CoG ajudaria para disseminação do assunto?

Quais são as suas impressões sobre o edital de 2022? O que começou a movimentação de uma construção acessível?

ANEXO A – TÍTULOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA DAS TESES E DISSERTAÇÕES AGRUPADOS POR NÍVEIS DE APROXIMAÇÃO

4 – Reserva de vagas, cotas ou outras ações afirmativas para o ingresso de pessoas com deficiência na Educação Superior				
TÍTULO (com hiperlink para acessar o arquivo)	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO	DISSERTAÇÃO/TESE
Os desafios do acesso e da permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais nas instituições de Educação Superior de São Luis-MA	Chahini, Thelma Helena Costa	2006	UFMA	Dissertação
Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras	Castro, Sabrina Fernandes de	2011	UFSC	Dissertação
O acesso e permanência de indivíduos surdos no ensino superior	Lima, Priscila Escanfella Alves de	2012	PUC	Dissertação
Políticas de acesso, autonomia e permanência da pessoa com deficiência nas instituições públicas de ensino superior da região metropolitana do Cariri	Lacerda, Guilherme Brito de	2013	UFC	Dissertação
Ingresso e permanência de alunos com deficiência na UFG/Campus Catalão	Tartuci, Tânia Maria	2014	UFG	Dissertação
Acesso e permanência na educação superior – estratégias e ações da divisão de acessibilidade e ações afirmativas/ DIAF na UFMS	Santana, Leila Lima de Souza	2016	UFMS	Dissertação
As políticas de acesso para estudantes com deficiência nas IES Públicas do Estado do Paraná	Seger, Rosangela Gehrke	2016	UFPR	Dissertação
Os reflexos da emenda na Lei de Cotas Sociais para as PCD no acesso e na acessibilidade no Instituto Federal Sul-Riograndense Campus Pelotas	Pereira, Olavo Antônio de Almeida	2017	UCPEL	Dissertação
Políticas de inclusão e permanência na Educação Superior: entre o público e o privado	Pereira, Sandra Regina Costa	2017	UFSM	Dissertação
Ações políticas educacionais inclusivas para os estudantes com deficiência no Ensino Superior presentes nos Planos de Desenvolvimento Institucional do sudoeste goiano	Resende, Camila de Oliveira	2019	UFG	Dissertação

Estudantes cotistas com deficiência na universidade: perfil educacional e socioeconômico	Félix, Lamoniara Mendes Querino	2019	UFRN	Dissertação
Implementação da lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência: um diagnóstico entre a Universidade Federal Rural do Semi-Árido e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte no tratamento designado aos portadores de necessidades educacionais especiais	Zelaya, Wanda Roberta Jácome	2019	UFRN	Dissertação
Acesso e permanência de pessoas com deficiência na Universidade de Brasília: sentidos de Educação Inclusiva	Ferreira, Jeanne Michelle Matozinhos de Carvalho	2020	UnB	Dissertação
Institucionalização da política de cotas para estudantes com deficiência na Educação Superior na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Guedes, Anielise Mascarenhas	2020	UFMS	Dissertação
O atendimento especial do programa de ingresso seletivo misto (PISM) da Universidade Federal de Juiz de Fora: histórico, desafios e possibilidades	Veiga, Caroline Lagrota da	2020	UFJF	Dissertação
Ações afirmativas e inclusão sustentável de estudantes com limitações por deficiência na Educação Superior	Oliveira, Cristina Borges de	2009	UERJ	Tese
Alunos com deficiência no ensino superior: subsídios para a política de inclusão da UNIMONTES	Oliveira, Antonia Soares Silveira e	2011	UFSCar	Tese

3 – AÇÕES AFIRMATIVAS PARA PERMANÊNCIA E DIPLOMAÇÃO REFERENTES ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

TÍTULO (com hiperlink para acessar o arquivo)	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO	DISSERTAÇÃO/TESE
A inclusão da pessoa com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento nos cursos de direito de Vitória (ES): limites e possibilidades de ingresso e permanência	Fernandes, Luana Siquara	2018	FDV	Dissertação
A inclusão da pessoa com deficiência na educação superior: um estudo sobre o acesso, permanência e aprendizagem	Mendes, Hernestina da Silva Fiaux	2015	Unioeste	Dissertação

A inclusão de alunos com deficiência no Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora: desafios e perspectivas	Alves, Simone de Oliveira	2019	UFJF	Dissertação
Acessibilidade atitudinal e pedagógica no ensino superior: caminhos para inclusão dos estudantes com deficiência na universidade	Brasil, Jôse Storniolo	2019	Unipampa	Dissertação
Acessibilidade do discente com deficiência na Universidade Federal de Pelotas: uma proposta de intervenção	Teixeira, Luis Antonio Borges	2019	UFPEL	Dissertação
Acessibilidade física e inclusão no ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal do Pará	Limeira, Caroline Septimio	2014	UFPA	Dissertação
Atendimento educacional especializado na educação superior: ações do Núcleo de Acessibilidade da UFSM	Pereira, Daiane Flores	2021	UFSM	Dissertação
Avaliação da aprendizagem de alunos surdos no ensino superior: estudo de caso em um curso de graduação em Letras Libras	Talmag, Ane Frank Araújo	2018	UFC	Dissertação
Contribuição das tecnologias da informação e comunicação (TICs) para a acessibilidade de pessoas com deficiência visual: o caso da Universidade Federal do Ceará	Juvêncio, Vera Lúcia Pontes	2013	UFC	Dissertação
Desafios da permanência estudantil para a população alvo da Educação Especial nas universidades estaduais do Paraná: foco na UEL	Thayara Rocha Silva	2017	UEL	Dissertação
Estudantes com surdocegueira na universidade: mapeando barreiras e facilitadores que perpassam o processo de inclusão acadêmica	Muccini, Patrícia	2017	UFSC	Dissertação
Inclusão de alunos com deficiência nos cursos de graduação EAD/UAB/UFSM	Dillenburg, Andreia Ines	2015	UFSM	Dissertação
Inclusão de alunos que apresentam deficiência visual na Educação Superior: adaptação de material didático	Miranda, Bruna da Silva Ferreira	2014	Unigranrio	Dissertação

Inclusão e acessibilidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de estudantes com deficiência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Riella, Michele da Silva Nimeth	2020	Unisinos	Dissertação
Interfaces da Educação Especial e Ensino Superior: processos constitutivos de acesso e permanência no Brasil e no México	Souza, Caroline de Andrade	2018	Ufes	Dissertação
O currículo e a inclusão na Educação Superior: ações de permanência nos cursos de graduação da UFSM	Lavarda, Eliane Sperandei	2014	UFSM	Dissertação
O processo de inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior de Maceió	Viana, Marcia Rafaella Graciliano dos Santos	2010	Ufal	Dissertação
Os caminhos da política de acessibilidade da UFG como afirmação dos direitos das pessoas com deficiência	Luz, Katariny Labore Barbosa da	2018	UFG	Dissertação
Pessoas com deficiência, acesso e permanência na Universidade Federal de Ouro Preto	Silva, Ana Carolina Alves	2021	Ufop	Dissertação
Políticas de inclusão na Educação Superior: acesso e permanência de pessoas com deficiência na UFPB	Silva, Lidiane Ramos da	2017	UFPB	Dissertação
Políticas institucionais de acessibilidade na educação superior: percursos e desafios para a inclusão de alunos com deficiência na UFMA	Pereira, Josenilde Oliveira	2017	UFMA	Dissertação
Práticas pedagógicas e serviços de apoio na educação superior: promovendo a permanência do aluno cego	Oliveira, Claudeson Vilela de	2017	Ufal	Dissertação
Um estudante cego no curso de licenciatura em música da UFRN: questões de acessibilidade curricular e física	Melo, Isaac Samir Cortez de	2011	UFRN	Dissertação
Um estudo de produções científicas: ingresso e permanência de universitários com deficiência	Urban, Ana Lidia Pentead	2016	Unesp	Dissertação
Acessibilidade e Ensino Superior: desvendando caminhos para o ingresso e permanência de alunos com deficiência visual na Universidade Regional do Cariri – URCA sob a perspectiva da avaliação educacional	Oliveira, Marla Vieira Moreira de	2017	UFC	Tese

Inclusão de estudantes com deficiência na universidade Estadual do Oeste do Paraná Unioeste	Góes, Eliane Pinto de	2015	UERJ	Tese
Libras e língua portuguesa em sala de aula: da democratização do acesso ao Ensino Superior à participação de estudantes surdos em práticas de letramentos acadêmicos	Terezinha Cristina da Costa Rocha	2021	UFMG	Tese
Reestruturação da Educação Superior e ações direcionadas à permanência e diplomação do estudante com necessidades educacionais especiais	Fiorin, Bruna Pereira Alves	2018	UFSM	Tese

2 – TRAJETÓRIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR				
TÍTULO (com hiperlink para acessar o arquivo)	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO	DISSERTAÇÃO/TESE
A inclusão da pessoa com deficiência visual na UFRN: a percepção dos acadêmicos	Fortes, Vanessa Gosson Gadelha de Freitas	2005	UFRN	Dissertação
A política de inclusão de estudantes cegos na educação superior na UFRN: do acesso à permanência	Ferreira, Erika Luzia Lopes da Silva	2016	UFRN	Dissertação
A trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com a inclusão no ensino superior	Ansay, Noemi Nascimento	2009	UFPR	Dissertação
Acessibilidade no Ensino Superior na perspectiva de alunos com deficiência: contribuições da psicologia escolar à luz da teoria histórico-cultural	Garcia, Raquel de Araújo Bomfim	2016	UEM	Dissertação
Acessibilidade, barreiras e superação: estudo de caso de experiências de estudantes com deficiência na Educação Superior	Silva, Jackeline Susann Souza da	2014	UFPB	Dissertação
Condições de acessibilidade na universidade: o ponto de vista de estudantes com deficiência	Silva, Kele Cristina	2016	Unesp	Dissertação
Desafios da inclusão no ensino superior: narrativas de uma universitária com síndrome de Down	Botelho, Deuzimar Helena de Oliveira	2019	UFRRJ	Dissertação

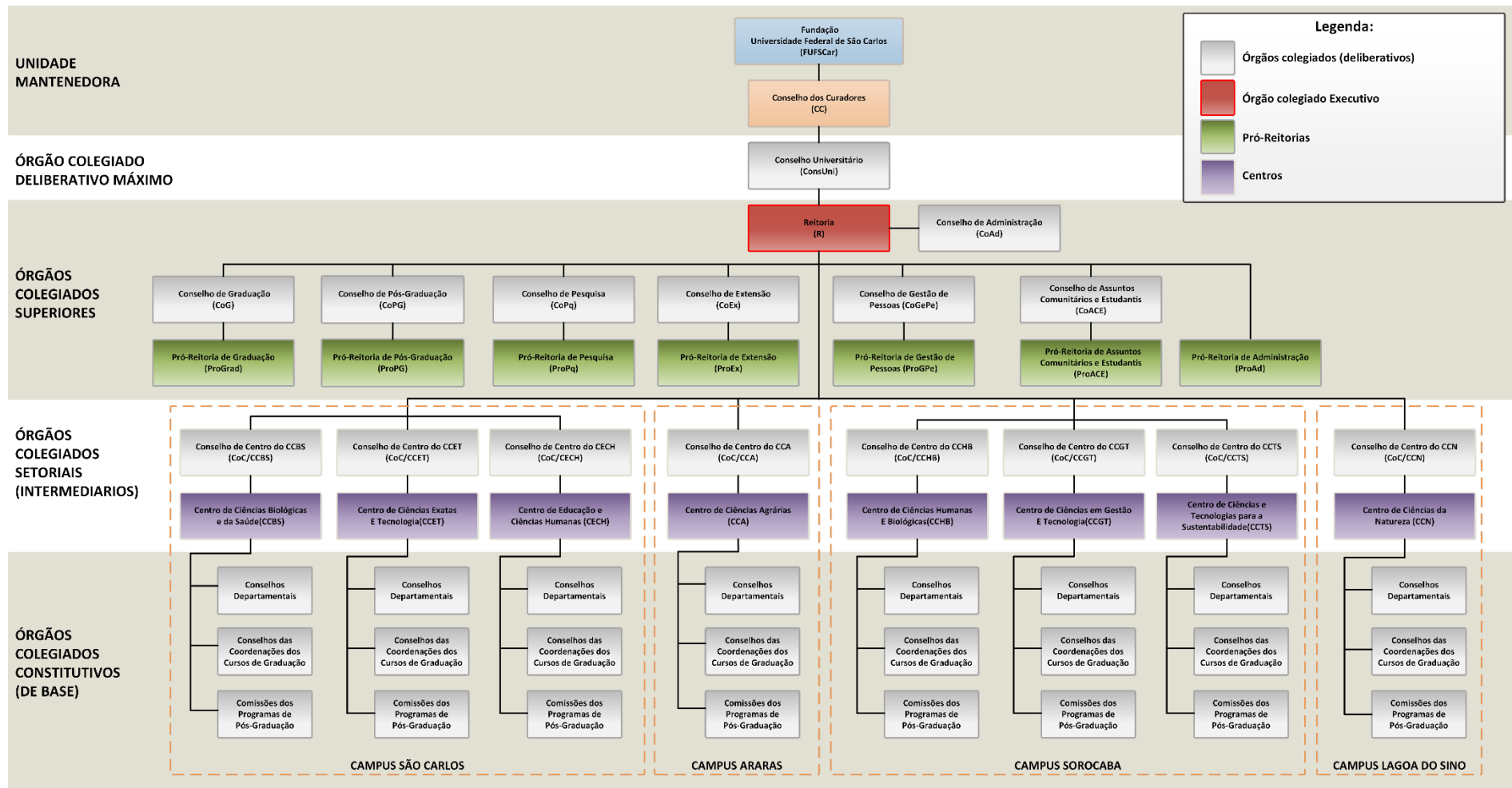
Discentes com dislexia na Universidade: um estudo de caso	Medeiros, Elaine Cristina de Moura Rodrigues	2017	UFRN	Dissertação
E agora você me viu? Percursos comentados de uma pessoa com deficiência na UFAL	Santos, Diego Januário dos	2019	Ufal	Dissertação
Educação especial no Ensino Superior : acessibilidade no processo de inclusão escolar, a partir de relatos de acadêmicos com deficiência	Tavares, Ana Paula da Paz	2014	UEM	Dissertação
Eu e tu, nós os diferentes: a percepção dos estudantes com deficiência sobre a inclusão no Ensino Superior	Passos, Simone Freneda Camparim	2016	UFMT	Dissertação
Inclusão de alunos com deficiência: um estudo de caso no contexto universitário de uma IES pública no Estado do Paraná	Pin, Aline Keryn	2014	Unioeste	Dissertação
Inclusão e universidade: análise de trajetórias acadêmicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	Pereira, Marilú Mourão	2007	UFRGS	Dissertação
Integração à universidade na percepção de estudantes com deficiência	Zampar, Josilene Aparecida Sartori	2015	UFSCar	Dissertação
Perspectivas de estudantes público-alvo da Educação Especial sobre facilitadores e barreiras nas universidades públicas de Mato Grosso do Sul	Diniz, Etiene Paula da Silva	2019	UFGD	Dissertação
Políticas públicas para a pessoa com deficiência na UFC: a percepção dos alunos com deficiência visual	Sousa, Teana Fátima Brandão de	2014	UFC	Dissertação
Processo de inclusão no Ensino Superior: o caso de estudantes com deficiência na Universidade Federal de Ouro Preto	Silva, Marcilene Magalhães da	2016	Ufop	Dissertação
Processos de resiliência em universitários com deficiência	Santos, Isabela Samogim	2018	Unoeste	Dissertação
Quando as exceções desafiam as regras: vozes de pessoas com deficiência sobre o processo de inclusão no Ensino Superior	Nascimento, Vera Creusa de Gusmão do	2011	UFPB	Dissertação
Relação pedagógica professor, intérprete de língua brasileira de sinais e o aluno surdo do curso de Pedagogia da UERN	Costa, Mifra Angélica Chaves da	2014	UFSC	Dissertação

Representações de alunos com deficiência sobre os currículos de seus cursos de graduação na Universidade Federal do Pará	Campos, Débora Ribeiro da Silva	2013	UFPA	Dissertação
Significados e sentidos do acesso e permanência no Ensino Superior: um estudo com alunos cotistas a partir da teoria histórico-cultural	Souza Filho, Edmundo Fernandes	2018	Unifesp	Dissertação
Trajetórias acadêmicas de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro	Morgado, Liz Amaral Saraiva	2017	UFSCar	Dissertação
Trajetórias de mulheres com deficiência: do Ensino Superior ao mercado de trabalho sob o olhar do gênero	Vitório, Janaína Damásio	2017	Unesc	Dissertação
Universidade, lugar e cotidiano: histórias de vida na trajetória educacional de alunos com deficiência física	Alexandre, Juliandersson Victoria	2018	UFPEL	Dissertação
A aprendizagem do estudante com deficiência intelectual na educação superior: obstáculos e possibilidades	Breitenbach, Fabiane Vanessa	2018	UFMS	Tese
A inclusão de alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Ceará: ingresso e permanência na ótica dos alunos, docentes e administradores	Soares, Ana Cristina Silva	2011	UFC	Tese
Acessibilidade no Ensino Superior: instrumento para avaliação, satisfação dos alunos com deficiência e percepção de coordenadores de cursos	Corrêa, Priscila Moreira	2014	Unesp	Tese
Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior: estudo de caso da UFSCar	Guerreiro, Elaine Maria Bessa Rebello	2011	UFSCar	Tese
Inclusão nas faculdades de tecnologia do estado de São Paulo: percepções de gestores e egressos público alvo da educação especial	Nalle, Juliana Gisele da Silva	2018	Unesp	Tese
Sinais de escolarização e as repercussões nos projetos de vida: representações sociais de universitários surdos	Gonçalves, Arlete Marinho	2016	UFPA	Tese
Universidade(s) e deficiência(s): interfaces, tensões e processos	Mozzi, Gisele De	2020	UFRGS	Tese

1 – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR				
TÍTULO (com hiperlink para acessar o arquivo)	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO	DISSERTAÇÃO/TESE
A atuação docente junto a estudantes com deficiência na Educação Superior	Candido, Eliane Aparecida Piza	2018	Unesp	Dissertação
A individualização do sujeito: deslocamentos na articulação das pessoas com deficiência a partir da Educação Superior	Almeida, José Guilherme de Andrade	2016	UFJF	Dissertação
A modelação de uma política cooperativa na formação de estudantes surdos no Ensino Superior	Costa Junior, Euluse Rodrigues da	2015	Ufes	Dissertação
A pessoa com deficiência no Ensino Superior: a concepção de docentes do curso de licenciatura em Educação física de uma universidade no município de Goiânia	Mesquita, Bárbara Andressa Mendonça de Rocha	2019	UFG	Dissertação
Acessibilidade no ensino superior: o caso da UFJF	Alencar, Paula Maciel Mourão de	2013	UFJF	Dissertação
Condições de acessibilidade dos centros acadêmicos universitários: criação de um instrumento de avaliação	Nascimento, Flaviano Batista do	2017	UFPB	Dissertação
Direito à educação da pessoa com deficiência no ensino superior: um estudo da acessibilidade arquitetônica e nas comunicações nas Universidade no Ceará	Braga, Janine de Carvalho Ferreira	2016	Unifor	Dissertação
Estudantes com deficiência na universidade: contribuições da psicologia para as ações do núcleo de acessibilidade	Ciantelli, Ana Paula Camilo	2015	Unesp	Dissertação
Inclusão no Ensino Superior: das políticas públicas aos programas de atendimento e apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais	Miranda, Wagner Tadeu Sorace	2015	Unesp	Dissertação
Intervenção psicopedagógica na Educação Superior: acessibilidade aos estudantes com deficiência	Bortolazzo, Jéssica Colpo	2015	UFMS	Dissertação
O papel dos movimentos sociais das pessoas com deficiência na efetivação de políticas educacionais de acesso ao ensino superior na Unioeste	Padua, Ivã José de	2018	Unioeste	Dissertação

Política para inclusão de alunos com necessidades educacionais: um estudo em universidades e centro universitário de Santa Maria-RS	Castanho, Denise Molon	2007	UFMS	Dissertação
Políticas públicas para pessoas com deficiência: aparato legal e implementação no Ensino Superior	Alves, Gilmar Cardoso	2016	UFPE	Dissertação
Programa INCLUIR (2005-2009): uma iniciativa governamental de Educação Especial para a Educação Superior no Brasil	Souza, Bianca Costa Silva de	2012	UFSC	Dissertação
Tecnologia assistiva: analisando espaços de acessibilidade às pessoas com deficiência visual em universidades públicas	Vigentim, Uilian Donizeti	2014	Unesp	Dissertação
Universidade Federal de Santa Maria: um lugar para os surdos	Lamb, Catia Regina Züge	2013	UFMS	Dissertação
Uso de Learning Analytics para aferição de evasão de acadêmicos surdos no curso de Letras Libras da Universidade Federal do Paraná	Taborda, Leticia Batista	2019	UFPR	Dissertação
Inclusão do estudante com deficiência no Ensino Superior e a formação continuada do docente universitário	Martins, Lisie Marlene da Silveira Melo	2019	UFRN	Tese
O ambiente de potencial formação (APF) como mediação para a acessibilidade de estudantes com deficiência na Educação Superior à distância	Dillenburg, Andreia Ines	2021	UFMS	Tese
O estudante com Transtorno de Espectro Autista nas universidades brasileiras	Silva, Vanessa Caroline da	2020	UFPR	Tese
Panorama nacional dos estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação Superior	Rocha, Luiz Renato Martins da	2019	UFSCar	Tese
Políticas públicas de educação inclusiva voltada para estudantes com deficiência na Educação Superior: o caso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Santana, Maria Zélia de	2016	UFPE	Tese
Reconhecimento da diferença: desafios para a inclusão dos estudantes com deficiência no Ensino Superior	Borgmann, Marta Estela	2016	Unijui	Tese

ANEXO B – ORGANOGrama DE ÓRGÃOS COLEGIADOS À UFSCar



Nota. Descrição da Imagem: O organograma possui cinco linhas ao fundo com cores claras, intercalando bege e branco, cada linha é representada por um órgão colegiado da instituição. Os quadros são desenhados sobre as linhas com suas ramificações e agrupados com tracejado laranja representando cada campus da

universidade. Os quadros representados pelas Pró-Reitorias estão na cor verde, e Centros de Pesquisa estão na cor roxa. A imagem toda possui um total de 58 quadros que se interligam. Imagem com texto alternativo para usuários de leitores de tela.

**ANEXO C – LINK DE ACESSO AO EDITAL PROGRAD N° 005, DE 9 DE
FEVEREIRO 2022**

https://www.prograd.ufscar.br/cursos/ingresso-na-graduacao/EditalProGrad005SiSU2022_ret2.pdf [*Link externo*]

**ANEXO D – LINK DE ACESSO AO EDITAL DE REGULAMENTO DA SELEÇÃO
PARA INGRESSO EM 2023 NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS**

https://www.prograd.ufscar.br/cursos/ingresso-na-graduacao/EditalSiSU0022023_pbl.pdf
[Link externo]

ANEXO E – TERMO DE ADESÃO DO SISU 2023

[Acesso ao Termo de Adesão \[Link externo\]](#)

ANEXO F – EDITAL PROGRAD Nº 20, DE 8 DE JANEIRO DE 2024

[Acesso ao documento em PDF *\[Link externo\]*](#)